# Boas Práticas:
# Integração de gênero nas ações contra o trabalho infantil

Organização Internacional do Trabalho Programa Internacional
para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)

**Editores:** Anita Amorim, Una Murray, Collin Piprell

Genebra, Julho 2004

# Prefácio

O Seminário do IPEC sobre a integração de gênero identificou várias áreas que precisam de mais atenção do IPEC e seus parceiros. Uma destas prioridades foi a identificação de Boas Práticas na integração de gênero durante as intervenções do trabalho infantil, política, proteção e pesquisa.

A luta contra o trabalho infantil requer um ambiente habilitado que ajude os médicos na:

- integração e integração do gênero nas suas atividades; e
- reprodução de Boas Práticas onde for apropriado.

O processo de identificação e de documentação de Boas Práticas também fortalece a rede de gênero existente na OIT, apresentando exemplos positivos enquanto proporciona um contato contínuo com pontos focais de gênero. Este relatório reflete duas necessidades principais:

- demonstrar e documentar as Boas Práticas para integrar o gênero que derivaram de programas, projetos e atividades do IPEC; e
- responder a todos os planos globais de ação da OIT sobre a integração de gênero para a igualdade de gênero conforme recomenda a repartição de Boas Práticas de integração de gênero.

Sobretudo, o relatório mostra que se deve compartilhar a informação dentro do IPEC, como também com as audiências externas, com os componentes e com os grupos visados, usando recentes Boas Práticas para mostrar os modos pelos quais podem ser empreendidos mais efetivamente os hábitos de gênero.

Em muitos países em desenvolvimento, um ciclo vicioso une o trabalho infantil persistente à discriminação de gênero e pobreza, enquanto priva as nações dos ativos principais para mudança social, segurança humana e desenvolvimento econômico. As relações de gênero e papéis de gênero são fatores importantes que estruturam a incidência e a natureza do trabalho infantil. O reconhecimento crescente deste fato está conduzindo a um aumento de pedidos para ações, implementadas de maneira sensível ao gênero que apóia o movimento contra o trabalho infantil, especialmente nas suas piores formas. Deveriam ser feitos esforços deliberados para endereçar as desigualdades de gênero em todas as atividades do IPEC. Dado este imperativo, a ação de gênero esteve definida como uma ferramenta essencial na estratégia da OIT/IPEC por endereçar a desigualdade no combate das piores formas de trabalho infantil.

A integração de gênero é a responsabilidade de todo o pessoal em todos os níveis e em todas as áreas. Em lugar de representar um fardo extra e integrar uma perspectiva de gênero, deveria ser vista como uma oportunidade para intervenções mais efetivas.

Dado as pressões cotidianas de trabalho de desenvolvimento, muitos exemplos excelentes de ações sensíveis ao gênero contra o trabalho infantil são esquecidos. Neste relatório, em base de critérios específicos, nós selecionamos várias Boas Práticas, compilando-as em uma publicação para o benefício dos que querem aplicar uma perspectiva de gênero em atividades semelhantes. Esta compilação tenta ser tão útil quanto possível para o usuário. O índice detalhado, em primeiro lugar, permite aos diferentes usuários se referirem diretamente a essas seções que forem mais pertinentes para eles.

Esta é a primeira coleção e análise de Boas Práticas empreendidas pelo IPEC em integração de gênero com ações relacionadas contra o trabalho infantil. Isto tudo está inserido nas prioridades definidas pelos componentes do programa de parceria da OIT-IPEC/DFID. A coleção de Boas Práticas foi participativa, aumentando a capacidade do pessoal para reconhecer como o gênero pode ser popularizado em programas, projetos e atividades.

Gostaríamos de expressar nossa gratidão a todos os nossos colegas do IPEC e parceiros que contribuíram, através de seus esforços individuais e coletivos, para a realização deste relatório.

Alice Ouédraogo,
Diretora da Seção de Política,
Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC),
Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 2002.

## *Indice*

### *Anexos*

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Alice Sorgho-Ouédraogo, Diretora para o Desenvolvimento de Política e Advocacia do IPEC, pelo seu generoso apoio durante a preparação de Boas Práticas: a integração do gênero através de ações contra trabalho infantil, e por me dar a oportunidade de trabalhar em um tópico tão interessante.

Também desejo estender um agradecimento especial a Anita Amorim, ponto focal de gênero da OIT/IPEC e coordenadora deste trabalho, e Peter Wichmand, coordenador de projetos, avaliação e seção de banco de dados da OIT/IPEC, por sua excelente coordenação e supervisão no desenvolvimento deste projeto — incluindo os comentários úteis em Boas Práticas em geral, e o conselho crítico nos primeiros rascunhos. Agradeço também a Nelien Haspels, Especialista de Gênero Sênior da Equipe Multidisciplinar da OIT para a Ásia Oriental, pela sua avaliação muito construtiva.

Estou muito agradecida pelo tempo que muitos funcionários da OIT e da OIT/IPEC, tanto da Sede como do campo, levaram para sugerir Boas Práticas na integração de gênero e ler os primeiros rascunhos das Boas Práticas relacionadas às áreas de perícias. Sem os seus comentários e sugestões de melhorias, este relatório não poderia ter sido escrito. Em particular, gostaria de agradecer a Donatella Montado, Yoshie Noguchi, Hakki Özel, Maria Gabriella Lay, Uma Sarkar, Pin Boonpala, Şule Çağlar, Jennifer Fee, Klaus Günther, Frank Hagemann, Angela Martins-Oliveira, Maria Arteta, Thuy Phan, Amy Ritualo, Marinka Romeijn, Alexei Boukharov, Nejat Kocabay, Ayaka Matsuno, Isabelle Boutron, Yukiko Arai, Od Busakorn, Naomi Cassirer, Eriko Kiuchi, Gerry Eijkemans e Ricardo Espinosa. Todas estas pessoas contribuíram com informação de base e valiosa discussão. Colaboradores externos como Nick Grisewood, Florencio Gudino, Burt Perrin e Seema Pannaikadavil também proveram sugestões excelentes e material de base.

Foi um grande privilégio receber comentários e sugestões dos peritos em gênero da OIT e o setor de gênero, em particular Jane Zhang, Linda Wirth e Adrienne Cruz.

## Resumo executivo

Este relatório avalia as recentes iniciativas considerando a integração de uma perspectiva de gênero na batalha contra o trabalho infantil. Este relatório pode servir como um ponto de partida e uma ferramenta para promover a igualdade de gênero enquanto estimula a pesquisa adicional e a ação na batalha contra o trabalho infantil. A condição prévia central para as Boas Práticas incluídas neste relatório é que elas apóiam a igualdade entre homens e mulheres, e entre meninos e meninas.

Este é o primeiro relatório agrupado pela OIT/IPEC em Boas Práticas nas ações contra o trabalho infantil e a integração de gênero. Contém um grupo diverso de Boas Práticas para a integração de gênero, endereçado a uma gama de assuntos relacionados com o trabalho infantil. O relatório abraça assuntos tão variados quanto o tráfico de crianças, HIV/AIDS, futebol, trabalhadores domésticos, exploração sexual comercial, estatísticas, pesquisa sobre força de trabalho, metodologias de pesquisa, programas de ação dirigida a grupos específicos, educação informal, consultas de pessoas interessadas e procedimentos institucionais da OIT/IPEC.

Critérios específicos determinam quais atividades se qualificam como Boas Práticas, em termos tanto das metas de ações contra o trabalho infantil quanto da integração de gênero da OIT. Cada Boa Prática é classificada como se tivesse sido experimentada e testada em muitos lugares ou em um só local. Para facilitar a referência, as Boas Práticas contidas neste relatório são categorizadas. As categorias emergem do reconhecimento dentro da OIT/IPEC cujas ações são necessárias em muitas frentes para tornar o gênero popular em todos os programas, atividades e políticas. O relatório inclui as seguintes categorias:

- Boas Práticas relacionadas à análise de gênero de uma situação, realçando a importância de desagregar todos os dados relacionados com o trabalho infantil. Até mesmo onde os dados foram desagregados não está ainda prontamente disponível, enquanto se pedir tal informação dos primeiros pontapés dos parceiros no processo de integração de gênero da OIT/IPEC, e normalmente sinais, ao menos, dos dados de sexo desagregados são necessários.

- Boas Práticas na luta contra o trabalho infantil podem parecer estar relacionadas principalmente com meninas, mas é importante que iniciativas específicas de meninas não se tornem fins nelas mesmas. Mulheres, homens, meninos e meninas não vivem em isolamento um do outro. Identidades de gênero masculinas e femininas, junto com seu comportamento laboral, familiar e aqueles que se manifastam na esfera pública, são altamente interdependentes. Assim, qualquer ação específica de gênero para combater o trabalho infantil também tem que envolver o outro sexo como parceiro e aliado. Do começo ao fim, este relatório dá ênfase a que, alcançar uma verdadeira mudança, estratégias têm que ser focalizadas nos homens e meninos como também nas meninas e mulheres, e nas relações entre homens, mulheres, meninos e meninas.

- Procedimentos sensíveis ao gênero ajudam a incorporar uma perspectiva de gênero como parte de trabalho contínuo da OIT/IPEC. Procedimentos de rotina e lembranças freqüentemente tornam mais fácil de integrar o gênero em atividades de trabalho infantil. Atividades de gênero deixam de ser *ad hoc* e largamente dependente nos interesses e compromissos de membros particulares.

- São necessárias iniciativas específicas, programas e atividades para tornar o trabalho das mulheres e das meninas mais visíveis. São exigidas habilidades de facilitação especiais e abordagens participativas para trabalhar com meninas marginalizadas (e meninos) e mulheres dando-lhes uma maior voz. Grande também é a habilidade para voltar atrás de uma iniciativa e deixar que outras pessoas assumam e detenham o poder. A razão pela qual o foco quase sempre está em dar às mulheres e meninas uma maior voz é que, em relação aos recursos e tomada de decisão, as mulheres e meninas é que geralmente são excluídas ou prejudicadas e, como resultado, muitas iniciativas tentam reparar desequilíbrios.

## Siglas

| | |
|---|---|
| AIDS | Síndrome do Vírus da Imunodeficiência Adquirida |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| BAO | Escritório de área da OIT em Bangcoc |
| DFID | Reino Unido (UK) Departamento para o Desenvolvimento Internacional |
| EASCAP | Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico |
| EASMAT | Equipe Multidisciplinar de Consultores da Ásia Oriental |
| ECOSOC | Conselho Econômico e Social das Nações Unidas |
| GECL | Igualdade de gênero no trabalho infantil |
| GENPROM | Programa da OIT para a Promoção da Igualdade de Gênero |
| HIV | Vírus da imunodeficiência humana |
| IOM | Organização Internacional para a Migração |
| IPEC | Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil |
| KIWOHEDE | Organização de Desenvolvimento e Saúde das Mulheres de Kiota, Tanzânia |
| SCREAM | Apoiando os Direitos de Crianças através da Educação, das Artes e da Mídia |
| SIMPOC | Informação Estatística e Programa Monitorado sobre o Trabalho Iinfantil |
| TBP | Programa de Duração Determinada |
| TICW | Projeto sobre o Tráfico de Crianças e de Mulheres |
| ONU-IAP | Projeto Inter-Agências das Nações Unidas sobre o Tráfico |

# Introdução

Este relatório apresenta uma coleção de Boas Práticas na integração de gênero compilada do trabalho feito pela OIT/IPEC e seus parceiros. Desenvolvido em resposta a pedidos do pessoal e parceiros da OIT/IPEC, discutimos os exemplos práticos do que havia funcionado no passado e o que pode ser esperado que ajude a focalizar assuntos de gênero no futuro.

Primeiro, recapitulamos alguns conceitos básicos de gênero, oferecendo uma avaliação da terminologia usada no relatório.

O **gênero** se refere às diferenças sociais *aprendidas* e as relações entre meninas e meninos e entre as mulheres e homens. Estes podem variar amplamente dentro e entre culturas. Em alguns países, por exemplo, é apropriado para as mulheres e meninas trabalharem em construção de estrada, considerando que em outros só homens e meninos executam um trabalho relacionado ao longo da estrada. O termo gênero é distinto de "sexo", que só se refere às diferenças biológicas/genéticas entre as mulheres e homens que não mudam. Só mulheres dão à luz; só homens adquirem câncer de próstata. As diferenças de gênero e as relações entre as mulheres e homens podem mudar com o passar do tempo e elas diferem de lugar para lugar. Exemplos são apresentados abaixo:

- Pode ser considerado "normal" para mulheres de um grupo étnico de uma idade particular vender seu produto agrícola em uma barraca de mercado, entretanto pode não ser considerado apropriado para mulheres de outro grupo étnico na mesma área vender em uma barraca semelhante, e são os maridos ao invés que fazem a venda.

- É possível ver uma menina em uma área rural andando de bicicleta para ir trabalhar, enquanto que, em uma região diferente do mesmo país, é considerado incomum e impróprio ver meninas andando de bicicleta.

- Em alguns países, as filhas ajudam as mães no trabalho, enquanto que os filhos são enviados à escola.

- Mulheres e meninas podem ser preferidas como empregadas na indústria de roupa porque as meninas já aprenderam a costurar em casa, desenvolvendo desde tenra idade a destreza manual e a capacidade para executar as tarefas necessárias.

- Mulheres solteiras jovens podem não ter permissão para participar das atividades de um projeto porque isto lhes exigiria que se entrosassem com homens que não são parentes. As viúvas podem ter permissão na mesma região para participar desse tipo de atividae atividades de projeto.

- As viúvas podem receber mais respeito e confiança e têm voz ativa em algumas culturas, enquanto que em outros elas podem perder toda a sua propriedade para parentes masculinos quando seus maridos morrem.

Claramente, o sexo do indivíduo, combinado com o contexto social e cultural desse indivíduo, determinam quais condições e oportunidades se apresentam a ele. As muitas desigualdades entre mulheres e homens são baseadas não só em sexo, mas também em fatores como contexto socioeconômico, idade, etnia e cultura.

A **igualdade** entre mulheres e homens e entre meninos e meninas, de acordo com a OIT/IPEC, refere-se aos direitos iguais, responsabilidades, oportunidades, tratamento e valorização de mulheres e homens no emprego e a ligação entre trabalho e vida.

Projetos, programas e políticas que ignoram gênero ou são "cegos ao gênero (*gender blind*) estão arriscados ao fracasso. O uso de uma "lente de gênero"— filtrando suposições enganosas sobre quem faz o quê, por quê e quando — é vital para prevenir ou resolver os problemas do trabalho infantil.

A **análise de gênero** é usada para identificar diferenças e descrever relações entre meninas e meninos e mulheres e homens. Fizemos uma análise de gênero para evitar suposições inválidas sobre quem faz o quê, por quê e quando.

## O que é "integração de gênero?"

A OIT promove igualdade de gênero por meio de sua estratégia de integração, que visa assegurar os assuntos de igualdade de gênero integrados em todas as políticas, programas, orçamentos e objetivos da OIT/IPEC. Todo o pessoal deveria incluir uma perspectiva de gênero sistemática no trabalho.

A integração de gênero melhora a estrutura interna de uma organização com respeito ao gênero, e assim pode promover melhor a igualdade de gênero. Também significa que o gênero seja incluído como uma variável importante nos projetos, programas e atividades de uma organização.

É útil considerar exemplos de integração de gênero no trabalho da OIT/IPEC e seus parceiros no combate ao trabalho infantil, realçando os modos nos quais o gênero já esteve incorporado em tais esforços.

**Integração de gênero** foi definido pelo ECOSOC (Conclusões do acordo E/1997/L.30, p.2) e adotado pelos Estados Membros da ONU em 1997:

- Integrar uma perspectiva de gênero é o processo de avaliar as implicações para as mulheres e homens (ou meninos e meninas) de qualquer ação planejada, inclusive legislação, políticas ou programas, em qualquer área e em todos os níveis.
- É uma estratégia para fazer as preocupações e experiências das mulheres (ou meninas) como também dos homens (ou meninos) uma parte integrante do desenho, implementação, controle e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e da sociedade, de forma que as mulheres e homens (ou meninas e meninos) se beneficiem igualmente e a desigualdade não seja perpetuada.
- A última meta para a integração é alcançar a igualdade de gênero.

**Mise en forme :** Puces et numéros

## O que são as "Boas Práticas" na integração de gênero?

Uma Boa Prática, na linguagem da OIT/IPEC, é qualquer procedimento que:

- funcione bem em termos de ações contra o trabalho infantil; e
- implemente, seja completamente ou em parte, a estratégia da OIT de integração de gênero.

Uma Boa Prática pode ter implicações para a integração de gênero em qualquer nível do IPEC.

Uma Boa Prática em integração de gênero para a OIT/IPEC pode representar qualquer tipo de prática, grande ou pequena. Deve ser, porém — seja completamente ou em parte —, uma prática testada e aprovada. Não tem que ser um projeto ou programa, poderia ser uma

atividade de nível político que tenha beneficiado amplamente as meninas e os meninos, ou até mesmo um elemento de uma atividade — um processo muito específico.

## Por que as Boas Práticas são úteis?

As Boas Práticas na integração de gênero nos permitem aprender com as experiências prósperas e lições de outros, e então aplicá-las mais amplamente. Estas práticas podem estimular idéias novas ou podem sugerir adaptações. Elas podem prover orientação em como prevenir mais efetivamente as piores formas de trabalho infantil prestando atenção aos problemas de igualdade de gênero, melhorando a situação da menina trabalhadora em particular.

"Gênero" é um fator de organização central em torno do qual a produção é organizada e as necessidades são encontradas. A experiência mostrou que os esforços de desenvolvimento que não visam explicitamente o problema da igualdade de gênero tendem a tornar a vida mais dura em lugar de mais fácil para as meninas e mulheres. Boas Práticas de gênero documentadas podem mostrar, através de exemplos, como alguns esforços de desenvolvimento da OIT/IPEC já visaram o problema de igualdade de gênero e que lições foram aprendidas.

## O que faz uma prática "boa?"

Determinando o que constitui uma "boa" prática, foram aplicados sete critérios a cada uma das 19 Boas Práticas escolhidas para este relatório. Nem todos os critérios foram aplicados em cada uma das Boas Práticas escolhidas. Em geral, uma combinação de dois ou mais critérios, no mínimo, foi o ponto de partida para a análise. Com algumas atividades da OIT/IPEC, estes sete critérios se aplicaram mais diretamente que outros. O 7º critério — informação sobre se os recursos humanos, financeiros e materiais eram de certo modo usados para maximizar o impacto — era o menos disponível.

**Sete critérios para determinar o que faz uma prática "boa"**

**1. Inovadora ou criativa**

O que é especial sobre a prática em termos de ação contra o trabalho infantil e de integração de gênero que torna interessante para outros que desejam integrar o gênero nas atividades do trabalho infantil?

**2. Eficiência/impacto**

Que evidência está lá de que a prática na verdade fez uma diferença em termos de combater o trabalho infantil e de hábitos de gênero ou igualdade de gênero? O impacto da prática pode ser documentado de algum modo, ou através de uma avaliação de programa formal ou por outros meios?

**3. Repetitividade**

Esta é uma prática que pode, de algum modo, ajudar a combater o trabalho infantil e promover atividades de integração do gênero em outras situações ou colocações? A prática não tem que ser copiada ou "clonada" para ser útil a outros, alguns elementos de uma prática podem eles próprios serem úteis para outros programas.

**4. Sustentabilidade**

A prática e/ou os seus benefícios são apropriados para continuar, de algum modo, a serem efetivos, a médio ou longo prazo? Por exemplo, isto poderia envolver a continuação de um projeto ou atividade depois que suas reservas iniciais se expirem. Mas também poderia envolver a criação de atitudes novas para assuntos de igualdade de gênero no trabalho infantil, novas maneiras de considerar a integração do trabalho infantil (a criança-menina em particular), ou a criação de capacidade entre os parceiros e o pessoal da OIT para focalizar assuntos de gênero.

**5. Relevância**

Como a prática contribui, diretamente ou indiretamente, para a ação de alguma forma contra o trabalho infantil? Como a prática contribui ou tem implicações na prática para a integração de gênero em outro lugar?

**6. Responsabilidade e força ética**

A prática é consistente com as necessidades identificadas tanto por meninas quanto por meninos; isto tem envolvido uma abordagem para a edificação de consenso; tem respeito pelos interesses e desejos dos participantes e outros; é consistente com os princípios de conduta social e profissional; e está de acordo com o Departamento de Normas e Convenções da OIT? Foi dada uma voz às meninas como também aos meninos, aumentando a participação deles/delas para assegurar que foram levados em conta seus interesses e perspectivas?

**7. Eficiência e implementação**

Foram usados recursos (humanos, financeiros e materiais) para maximizar o impacto?

## A que nível de realização está cada Boa Prática?

Não podemos nos dispor a esperar pela Boa Prática perfeita na integração de gênero em ações contra o trabalho infantil. Não obstante, é útil classificar Boa Prática em níveis diferentes — de bem desenvolvido e testado, a um fim do espectro, para as primeiras tentativas do outro, embora o posterior possa representar abordagens imaginativas, criativas. A OIT/IPEC recomenda que Boas Práticas sejam classificadas em um dos três níveis diferentes (veja abaixo).

**Boas Práticas em três níveis**

**Nivel 1: Práticas inovadoras**

Práticas a este nível podem não ser substanciadas por dados ou avaliação formal, mas elas foram na verdade experimentadas e um caso empírico forte pode ser feito, conforme os sete critérios listados acima, relativo à sua efetividade com relação à integração do gênero em atividades de combate ao trabalho infantil.

**Nivel 2: Práticas demonstradas com sucesso**

Práticas a este nível tiveram uma demonstração exitosa em um contexto, local ou situação. Embora esta prática seja localizada, tem características ou elementos de integração de gênero potencialmente transferíveis para outras colocações ou situações.

**Nivel 3: Boas Práticas reproduzidas**

Práticas a este nível, tanto no combate ao trabalho infantil e com a estratégia de integração de gênero da OIT, têm demonstradamente funcionado em muitos locais ou situações (por exemplo, através dos países, projetos, setores, ou colocações diferentes dirigidos pelo mesmo projeto — e.g. em diferentes comunidades ou com diferentes grupos).

## Ação requerida em cinco frentes

Claramente, gênero deve ser integrado nas atividades da OIT/IPEC, determinando os resultados melhorados quando ligados ao trabalho infantil e aos assuntos de gênero, sendo explorados mais profundamente. A ação é necessária em muitas frentes, cinco das quais são esboçadas pela OIT/IPEC [1]:

[1] N. Haspels, M. Romeijr, S. Schroth, Promoting gender equality inactions against child labour, ILO-IPEC, 2001, 2nd edition, 2003.

**Ações requeridas em cinco frentes para trazer o gênero na integração da OIT/IPEC**

1. Administrar a análise de gênero de uma situação para identificar desigualdades.
2. mplementar ações específicas de gênero se houver desigualdades entre homens e mulheres, ou entre meninos e meninas, com uma visão para reparar estas desigualdades. Isto significa visar meninas ou mulheres exclusivamente em um projeto ou, homens ou meninos exclusivamente, ou meninos, meninas, mulheres e homens individualmente.
3. Começar um processo de mudança institucional dentro da OIT/IPEC ou dentro de organizações parceiras, de forma que as preocupações de gênero e problemas sejam incorporados em todos os procedimentos e em todos os aspectos do programa.
4. Dar às meninas e mulheres (e outros que são marginalizados) uma maior voz ativa, aumentando sua participação e assegurando que suas perspectivas sejam levadas em conta.
5. Administrar o orçamento e auditoria de gênero.

Neste relatório, selecionamos as Boas Práticas em quatro destas cinco categorias de ação, uma vez que, no momento desta pesquisa, a informação relativa à quinta categoria — visando o gênero no orçamento e auditoria — ainda não estava disponível.

Algumas Boas Práticas podem ser efetivas em mais de uma destas frentes, mas classificamos cada uma de acordo com seu tipo principal de ação de integração de gênero, ou para ilustrar um ponto particular sobre uma determinada Boa Prática.

Efetiva integração de gênero normalmente requer ação em todas as cinco frentes.

## Como este relatório é organizado

Este relatório contém 19 Boas Práticas. Uma matriz com detalhes sumários está disponível nas páginas 26-28.

Cada Boa Prática leva um título que reflete seu conteúdo. Como sugerido acima, a cada uma também foi dado um nível. A introdução para cada Boa Prática apresenta uma preocupação relacionada ao gênero com respeito ao assunto pertinente do trabalho infantil. Isto é seguido por uma descrição curta da prática, delineando, onde possível, as datas apropriadas, objetivos e resumo dos fatos. Os principais passos na administração da prática são então resumidos.

A seção fundamental que se segue esboça as razões para incluir a atividade particular, iniciativa, processo, ação, elemento, projeto ou programa em questão. Somente as características selecionadas de uma determinada atividade, iniciativa ou programa constituem Boas Práticas na integração de gênero, e tais práticas são incluídas porque elas satisfazem os critérios esboçados acima. Também encontra-se nesta seção por que a prática se ajusta em uma das quatro categorias de ações descritas acima — meio pelo qual são trazidos assuntos de integração de gênero em todas as políticas, programas e atividades do IPEC. As subseções sucessivas apresentam informações mais detalhadas relativas aos critérios específicos satisfeitos por aquela particular Boa Prática.

Finalmente, são resumidas as condições necessárias sob as quais a Boa Prática foi administrada. Esta seção é essencial — ela indica outras situações onde, sob condições semelhantes, a pessoa pode ser capaz de usar ou reproduzir a Boa Prática. Cada Boa Prática conclui com uma caixa que contém fontes adicionais de informação, inclusive detalhes de contato para peritos na área ou aqueles com informação detalhada sobre o estudo de caso.

**Resumo**

Foram incluídas 19 ***Boas Práticas*** no relatório.

Foram aplicados 7 ***critérios*** para avaliar se uma prática boa pode ser considerada "boa" tanto em termos de combate ao trabalho infantil quanto na estratégia de integração de gênero da OIT.

Foram apresentados 3 ***níveis*** nos quais pode-se incluir uma Boa Prática, dependendo de com que freqüência e quão boa a Prática foi experimentada e testada.

As Boas Práticas foram organizadas em 4 ***categorias de ação*** exigidas para integralizar assuntos de gênero.

Cada Boa Prática é apresentada de acordo com o seguinte formato:

- descrição de assuntos de gênero e as Boas Práticas;
- passos importantes;
- por que uma prática é "boa"?;
- quais critérios classificam isto como "boa";
- as condições sob as quais foi administrada; e
- detalhes de contato e referências.

**Mise en forme :** Puces et numéros

## Avaliação de Boas Práticas

As 19 Boas Práticas apresentadas neste relatório foram colocadas em uma ou outra das quatro categorias correspondendo às frentes de ação necessárias para integrar os assuntos de gênero em todas as políticas, programas e atividades. Usando estas categorias, é esperado que se assegure abordagens consistentes da integração de gênero dentro da OIT/IPEC (Cada Boa Prática empregou uma variedade de táticas e métodos). Ações que conduzem a uma mudança atual para mulheres, por exemplo, poderiam ter em paralelo uma campanha de tomada de consciência pública ou uma estratégia que conduz a uma mudança no ambiente da política.)

### Categoria 1: análise de gênero

#### *Quatro Boas Práticas*

Trata-se de uma análise de gênero que correlaciona dados desagregados por sexo com outras variáveis para revelar disparidades baseadas em gênero no desenvolvimento econômico e social. Tais dados, se para informar a política, precisam ser analisados e interpretados. Uma boa análise de gênero deveria nos explicar por que há diferenças, na vida social, entre meninas e meninos. Desde 1998, o Programa de Monitoramento e Informação Estatística sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC) da OIT/IPEC encorajou a coleta de dados quantitativos e qualitativos seguros, sensível em termos de gênero sobre o trabalho infantil em todas as suas formas. Dentro de SIMPOC, esta se tornou uma norma institucional, um desenvolvimento que facilita análises efetivas de gênero por pessoal competente.

Boas Práticas que administraram análises de gênero incluíram dois estudos sobre mão de obra infantil. *Os trabalhadores infantis domésticos na África do Sul: Um relatório nacional* está baseado em resultados do levantamento do SIMPOC em 1999 na África do Sul, enquanto *Uma análise de gênero de uma pesquisa sobre trabalho infantil -Turquia* inclui uma conta de uma análise da força de trabalho infantil em 1994 numa pesquisa que focalizou em parte as tarefas domésticas e papéis de gênero.

Nossa categoria de análise de gênero também inclui um relatório sobre o combate à exploração sexual comercial de meninos e meninas no Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. Uma análise transversal sobre gênero esclareceu as razões para a pobreza feminina, que em última instância conduz as meninas para a exploração sexual. Esta Boa Prática também realçou o fato de que uma análise de gênero foi exigida para descobrir mais como os meninos estavam sendo explorados sexualmente. Uma análise de gênero ajudou a entender a causa inicial da pobreza feminina e masculina enquanto, secundariamente, determinou exatamente quem estava sendo explorado sexualmente comercialmente, como também quando e onde aconteceu.

A categoria de análise de gênero também inclui uma avaliação rápida que investigou a situação de crianças em prostituição na Jamaica. Aqui, os pesquisadores desagregaram a informação sobre prostituição infantil em nove categorias, dependendo do tipo de atividade engajada. Desagregar é a chave para planejar o alto impacto das intervenções designadas para cada categoria.

## Categoria 2: Ações específicas de gênero ou sensíveis ao gênero

### *Quatro Boas Práticas*

São necessárias ações específicas de gênero sempre que meninas ou mulheres, ou homens e meninos, estiverem em posições especialmente desvantajosas. Ação específica de gênero pode incluir uma combinação dos seguintes elementos: positivo, ou afirmativo, ação; atividades específicas de mulheres/crianças; e/ou atividades específicas de homens.

Essas Boas Práticas que administraram as ações específicas de gênero e sensíveis de gênero incluíram projetos que visam exclusivamente as meninas, como a *Reabilitação artística para meninas que trabalham na rua em St. Petersburg, Rússia,* e a *Abordagem integrada que visava as meninas envolvidas no trabalho rural e doméstico na Turquia Oriental.* Ambos programas de ação provaram ser efetivos, o anterior mantendo as meninas fora das ruas, o seguinte provendo formação profissional para as meninas.

As Boas Práticas em *HIV/AIDS e trabalho infantil na Tanzânia, África do Sul e Zâmbia: uma perspectiva de gênero* visou atitudes e comportamentos masculinos. É importante lembrar que visar explicitamente os homens também é uma ação específica de gênero. A Boa Prática posterior é de interesse à aqueles que, nos seus esforços em incluir assuntos de gênero nos programas, desejem considerar o papel das atitudes e comportamento masculinos. Estratégias efetivas que combatem a expansão do HIV/AIDS, especialmente as campanhas de informação, visando homens, têm que levar em conta as identidades de gênero e o comportamento dos homens.

A transversalização (“MainSCREAMing”) de gênero por meio da educação, artes e mídia são uma Boa Prática focalizada no aumento de consciência entre os jovens masculino e feminino relativo aos assuntos de trabalho infantil de um modo sensível de gênero. O objetivo global da Boa Prática era a mobilização de adolescentes meninas e meninos para “gritar” sobre os assuntos de trabalho infantil.

## Categoria 3: mudança institucional

### *Cinco Boas Práticas*

Um bom ponto de partida para integrar gênero em assuntos de trabalho infantil: administre uma revisão sobre gênero na organização que está implementando os programas para combater o trabalho infantil. *Deixando a agência de desenvolvimento pronta para os assuntos de igualdade de gênero: uma revisão de gênero* delineia um processo empreendido pela OIT/IPEC em que se considerou a si mesma como uma “instituição” analisada. A revisão examinou as próprias estruturas, culturas e procedimentos da OIT/IPEC, realçando quais mudanças seriam necessárias se a OIT/IPEC promovesse a igualdade de gênero mais efetivamente.

Incorporar os assuntos de gênero nos procedimentos rotineiros é importante para começar um processo de mudança institucional relativa às questões de gênero. O manual extensamente usado e descrito em *Um guia prático para promover igualdade de gênero em ação contra trabalho infantil* foi desenvolvido na OIT (Bangcoc), e assegura que gênero seja incluído nas iniciativas de trabalho infantil. Outro exemplo de gênero que se tornou parte dos processos institucionais internos da OIT/IPEC são as diretrizes

recentemente preparadas e descritas na Boa Prática de integração de gênero no desenho e preparação de documentos do projeto na OIT/IPEC. Estas diretrizes tem ajudado o pessoal envolvidas na elaboração do projeto a não se "esquecer" de contar na análise de gênero.

*Todo menino e menina conta: estimativa global do trabalho infantil*, é o resultado de um esforço sério, no nível institucional da OIT/IPEC, para assegurar a cobertura das diferenças de gênero no trabalho infantil e as estatísticas da atividade econômica da criança.

Avaliações temáticas que sistematicamente incluem uma perspectiva de gênero ao longo da análise contribuíram, em termos de ações contra o trabalho infantil, para a memória institucional do que funciona e do que não funciona. Eles contêm recomendações sobre o que deveria ser feito para integrar o gênero no futuro, acrescentando a uma cultura organizacional que enfrenta as desigualdades, baseadas em gênero, no trabalho de desenvolvimento. Incluiu-se aqui dois exemplos de avaliações temáticas sobre Boas Práticas intitulada *Integrando assuntos de gênero em avaliações temáticas*. Uma avaliação temática foi focalizada no tráfico e exploração sexual de crianças em cinco países; o outro visou os trabalhadores infantis domésticos em quatro países.

## Categoria 4: Dando às meninas e mulheres uma voz

### *Participação fortalecida de seis Boas Práticas*

Boas Práticas que dão para as meninas, mulheres e outras pessoas marginalizadas uma voz, aumentando sua participação, incluem muitos exemplos interessantes e diversos. Entretanto, Boas Práticas que só focalizam a infância marginalizada que trabalha em condições perigosas não têm sido documentadas, uma vez que não se incluem no relatório de Boas Práticas.

A Boa Prática intitulada *Como as meninas envolvidas na prostituição descrevem sua situação na Tanzânia* mostra como os métodos de pesquisa podem oferecer para as meninas uma oportunidade para explicar suas situações. Na campanha feita pela OIT/IPEC durante a Copa Africana de Nações é descrito nas Boas Práticas mulheres unidas pela camapnha de futebol "cartão vermelho para o trabalho infantil". Cedendo muito da responsabilidade à Coordenação das Associações de Mulheres de Mali e Organizações Não-Governamentais (CAFO), a OIT/IPEC não obstante trabalhou de perto com este grupo guarda-chuva de mulheres, que subseqüentemente mobilizou as pessoas para realçar os assuntos de trabalho infantil. Esta Boa Prática mostra que, até mesmo em uma área aparentemente dominada pelo homem, lá permanece um espaço para incluir as mulheres, absorver suas experiências e aplicar suas habilidades.

*Prevenindo o tráfico de mulheres e crianças na região de Mekong: uma abordagem aproximativa* é outro exemplo onde era dado às mulheres um papel maior na tomada de decisão, tentando assegurar que as atividades levassem em conta os seus interesses especiais e perspectivas. Neste caso, evitando abordagens de grandes cidades para intervenções do projeto e outras técnicas dando para as meninas e para as mulheres uma maior chance para serem envolvidas, aumentando deliberadamente sua participação no desenho da atividade. Este processo, claro, exige uma mudança institucional do ponto de vista das agências associadas. Deste modo — contudo nós escolhemos enfatizar o aspecto de participação do projeto —, esta prática poderia também ser incluída na Categoria 3, acima.

Uma atividade que emergiu do mesmo projeto de Mekong é esboçada na *Provisão de "espaço" para mulheres para encontrar e descobrir sobre os riscos de tráfico na China*. Esta Boa Prática resume o progresso em manter o tráfico de mulheres e crianças na ordem do dia nas cidadezinhas da Província de Yunnan. O estabelecimento das Casas de Mulheres ou centros provê, entre outras coisas, um foro para as mulheres expressarem suas preocupações sobre trabalhos potenciais fora de suas casas e estabelecer redes.

A OIT/IPEC, com a participação dos Governos, projetou um "programa de duração determinada" (TBP) como abordagem integrada para as piores formas de trabalho infantil. *Uma voz para crianças na consulta nacional de pessoas interessadas na luta contra as piores formas de trabalho infantil no Nepal* ilustrou como um seminário, entre outras atividades, poderia assegurar a integração de gênero no TBP com a participação de meninas e meninos trabalhando. Isto permitiu ouvir as vozes das crianças mais marginalizadas. Avaliações rápidas administradas durante uma fase preparatória do TBP deu indiretamente às meninas e meninos envolvidos nas piores formas de trabalho infantil uma chance para expressarem as perspectivas sobre sua situação à Consulta Nacional de Pessoas Interessadas.

*Expressar opiniões sobre a igualdade de gênero na Guatemala* mostrou como, em uma tentativa para desafiar o patriarcado masculino, um exercício de aumento de consciência para os pais de crianças que trabalham na indústria de café na Guatemala foi administrado regularmente por um projeto de café na Guatemala. O exercício de igualdade de gênero que aumenta a consciência ofereceu um foro para mulheres e homens expressarem suas opiniões em assuntos de igualdade de gênero e trabalho infantil.

# Matriz sumária de Boas Práticas contidas no relatório

| **Categoria de Boas Práticas**<br><br>(Qual ação principal é enfatizada?) | **Título** | **Nível de Boas Práticas** | **Resumo da prática** | **Por que isto é uma Boa Prática?** | **Os sete critérios**<br><br>Quantos e quais destes (inovativo/criativo; efetivo/impacto; repetitivo; sustentável; pertinente; sensível/ ético; eficiente/implementável) se aplicam à Boa Prática? |
|---|---|---|---|---|---|
| **Categoria 1: análise de gênero** | 1.1 Trabalhadores infantis domésticos na África do Sul: um relatório nacional | Nível 3: Boa Prática reproduzida | Uma análise de gênero inclusiva sobre o trabalho infantil doméstico remunerado e não-remunerado foi apresentada no Relatório nacional sobre os trabalhadores infantis domésticos na África do Sul em 2002. Foram reveladas diferenças baseadas em gênero. | Dado um exemplo claro de uma análise de gênero de trabalho infantil doméstico. | 4: Efetivo; reproduzido; sustentável e pertinente |
| “ | 1.2 Uma análise de gênero de uma pesquisa sobre o trabalho infantil - Turquia | Nível 2: Prática demonstrada com sucesso | Uma análise de gênero acontecida em 1994 Avaliação de trabalho infantil numa casa da Turquia. Características discrepantes de trabalho infantil em áreas urbanas e rurais foram investigadas. | Ofereceu um bom exemplo de uma análise de gênero no trabalho infantil (idades de 6 a 14 anos) na Turquia. | 2: Pertinente e efetivo |
| “ | 1.3 Transversalização das questões de gênero no relatório de Boas Práticas no combate à exploração sexual comercial de meninos e meninas no Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia | Nível 1: Prática inovadora - implementação piloto. | A análise contida no Relatório de intervenções de Boas Práticas enfatizou que os papéis de gênero perpetuam a pobreza feminina, enquanto conduzem no final das contas à exploração sexual comercial de meninas; os meninos foram com freqüência visivelmente menos envolvidos que as meninas nos quatro países estudados. | Pontos levantados que relacionaram a administração de uma análise de gênero de uma situação, primeiramente entendendo a raiz da causa da pobreza feminina e masculina, e, segundo, determinando exatamente quem está sendo explorado sexualmente comercialmente, como também quando e onde isto acontece. | 2: Relevante e sensível |
| “ | 1.4 Uma avaliação rápida que examinou aprostituição infantil na Jamaica | Nível 1: Prática inovadora - implementação piloto. | Desagregação cuidadosa dos dados disponíveis de crianças em prostituição foi feita por sexo e papéis na prostituição. Identificadas as causas, fatores que a motivam e as conseqüências. | As meninas e meninos analisados envolvidas em prostituição de acordo com as nove categorias, dependendo do tipo de atividade a que eles estavam comprometidos. | 3: Impacto relevante e responsabilidade |

| Categoria de Boas Práticas<br><br>(Qual ação principal é enfatizada?) | Título | Nível de Boas Práticas | Resumo da prática | Por que isto é uma Boa Prática? | **Os sete critérios**<br><br>Quantos e quais destes (inovativo/criativo; efetivo/impacto; repetitivo; sustentável; pertinente; sensível/ético; eficiente/implementável) se aplicam à Boa Prática? |
|---|---|---|---|---|---|
| **Categoria 2: ações específicas de gênero ou sensíveis de gênero** | 2.1 Reabilitação artística para meninas que trabalham nas ruas em St. Petersburg, Rússia | Nível 1: Prática inovadora: implementação piloto | O modelo inovador de reabilitação combinou criatividade (habilidades artísticas) e educação informal, com apoio psicológico para as meninas que trabalham na rua e suas famílias. | Uma iniciativa específica de gênero que focalizou em ambas as necessidades práticas e estratégicas das meninas que trabalham nas ruas em St. Petersburg. | 6: Efetivo/impacto; repetitivo; sustentável; pertinente e eficiente e implementável |
| " | 2.2 Uma abordagem integrada que visa as meninas envolvidas no trabalho rural e doméstico - Turquia Oriental | Nível 3: Boas Práticas reproduzidas | Uma gama de abordagens sensíveis ao gênero para o problema de meninas envolvidas no trabalho rural e doméstico foi ilustrada, inclusive com o envolvimento da comunidade, medidas anti-pobreza, formação profissional, apoio educacional, treinamento de controle de natalidade e aumento de consciência pública. | Adaptado mais de um tipo de intervenção sensível ao gênero para a situação de trabalho rural e doméstico para meninas. | 5: Inovador / criativo; efetivo/impacto; sustentável; compreensivo/ético; repetitivo |
| " | 2.3 HIV/AIDS e trabalho infantil na África do Sul, Tanzânia e Zâmbia: uma perspectiva de gênero | Nível 1: Prática inovadora | Milhões de crianças são afetadas pelo HIV/AIDS nas famílias, aumentando as probabilidades de ter que trabalhar para sobreviver e aumentando a sua vulnerabilidade para o assédio sexual. A sensibilização dos homens é realçada como uma área que pode facilitar a tomada de consciência e reduzir as relações sexuais de poder entre crianças e adultos. | Realçada que a atenção para o "pedido" ao lado da exploração sexual (ações específicas para homens) receba muito mais atenção do que previamente. | 2: Inovador e pertinente |
| " | 2.4 O gênero "MainSCREAMing" para a educação, as artes e a mídia | Nível 2: Prática demonstrada com sucesso | Módulos Educacionais SCREAM para encorajar os jovens no uso das artes criativas para cobrir uma gama de preocupações, inclusive assuntos de gênero, que circunda o trabalho infantil. | Assuntos de igualdade de gênero foram integrados ao longo dos módulos de educação contidos no SCREAM. Ações sensíveis de gênero são encorajadas. | 4: Inovador/criativo; efetivo/impacto; pertinente e sustentável |

| **Categoria de Boas Práticas**<br><br>(Qual ação principal é enfatizada?) | **Título** | **Nível de Boas Práticas** | **Resumo da prática** | **Por que isto é uma Boa Prática?** | **Os sete critérios**<br><br>Quantos e quais destes (inovativo/criativo; efetivo/impacto; repetitivo; sustentável; pertinente; sensível/ético; eficiente/implementável) se aplicam à Boa Prática? |
|---|---|---|---|---|---|
| **Categoria 3: mudança institucional** | 3.1 Preparando a agência de desenvolvimento para a igualdade de gênero: uma revisão de gênero | Nível 1: Prática inovadora | A Revisão de gênero da OIT/IPEC, que era uma tentativa para se obter uma avaliação transparente, atingiu através de documentos o que tinha acontecido para datar um melhor entendimento dos desafios que o pessoal enfrenta com respeito à integração de gênero dentro da própria organização. | Criticamente examinada a OIT/IPEC como um "estabelecimento" em termos de seus programas, estruturas, culturas, procedimentos e processos, e delineamento do que é (ou não é) conducente à promoção de igualdade de gênero. | 5: Pertinente; repetitivo: sensível e ético; sustentável; efetivo |
| " | 3.2 Um guia prático para promover a igualdade de gênero na ação contra o trabalho infantil | Nível 1: Prática inovadora | Pela primeira vez um Guia sobre a igualdade de gênero em trabalho infantil foi desenvolvido. O guia contribuiu para implementar a igualdade de gênero efetivamente no trabalho cotidiano, como também provou ser útil na capacidade de construir para aqueles envolvidos em assuntos de combate ao trabalho infantil. | Fornecido pelo pessoal da OIT/IPEC com uma estrutura e vocabulário para facilitar discussões e ações. Iniciou um processo de mudança institucional no IPEC e entre parceiros para implementar assuntos de igualdade de gênero. | 4: novador; pertinente; efetivo/impacto e sustentável |
| " | 3.3 Integração de gênero no desenho e preparação de documentos do projeto da OIT/IPEC | Nível 1: Prática inovadora | Como, em nível institucional, as diretrizes específicas para os procedimentos regulares como desenho de projeto e preparação podem incorporar as perguntas relacionadas com gênero. | Fornecer ajuda para o pessoal e parceiros de forma a que o gênero se torne parte de procedimentos regulares internos. Conduzir a mudanças de velhas maneiras de se fazer as coisas. | 3: Pertinente; sustentável; eficiente |
| " | 3.4 Todo menino e menina conta: estimativas globais do trabalho infantil | Nível 1: Prática inovadora | As estimativas ajudaram a melhorar a consciência e o entendimento do trabalho infantil e reforçaram os esforços para eliminar o trabalho infantil entre meninas e meninos. Foram realçadas as diferenças entre os meninos e meninas. | Um esforço comprometido foi empreendido em nível institucional para assegurar os dados desagregados por sexo usados no desenvolvimento de estimativas globais. | 3: Pertinente; impacto; sensível e ético |
| " | 3.5 Assuntos de integração de gênero em avaliações temáticas | Nível 1: Prática inovadora | Mostrou que incluir o gênero nos termos de referência para avaliações temáticas era um mecanismo importante no aprendizado de assuntos de gênero. Exemplos dos assuntos e recomendações que surgiram quando o gênero foi incluído em duas avaliações temáticas. | Incluir gênero nas avaliações temáticas embora o setor ou assunto assegurassem uma aprendizagem institucional em assuntos de igualdade de gênero. | 3: Relevante; efetivo; inovador / criativo |

| **Categoria de Boas Práticas**<br><br>(Qual ação principal é enfatizada?) | **Título** | **Nível de Boas Práticas** | **Resumo da prática** | **Por que isto é uma Boa Prática?** | **Os sete critérios**<br><br>Quantos e quais destes (inovativo/criativo; efetivo/impacto; repetitivo; sustentável; pertinente; sensível/ético; eficiente/implementável) se aplicam à Boa Prática? |
|---|---|---|---|---|---|
| **Categoria 4: Dando às meninas / às mulheres (e outras pessoas marginalizadas) uma voz** | 4.1 Como as meninas envolvidas na prostituição descrevem sua situação na Tanzânia | Nível 1: Prática inovadora | Uma das primeiras vezes em que foram usadas metodologias de avaliação rápida pela OIT/UNICEF para avaliar a situação de meninas envolvidas na prostituição. | Métodos de pesquisa deram uma voz às meninas envolvidas na prostituição, e lhes permitiu explicar com suas próprias palavras as relações exploradoras de gênero que elas experimentaram. | 4: Pertinente; sensível; efetivo/impacto e replicavel |
| “ | 4.2 As mulheres unidas pela campanha de futebol “cartão vermelho para o trabalho infantil” | Nível: 1. Prática inovadora | Mostra onde se repensa a participação de mulheres abrindo a porta para muitas possibilidades. Embora o futebol seja visto como o domínio de um homem, o grupo guarda-chuva de mulheres se tornou muito envolvido com a campanha para acabar com o trabalho infantil durante o evento de futebol Copa Africana de Nações ocorrida em Mali. | Em uma área aparentemente dominada por homens, havia ainda espaço para incluir as mulheres, absorver suas experiências e usar suas habilidades. Foi dada uma maior voz para as mulheres, com o apoio do IPEC e permitindo às mulheres assumir uma mobilização em torno da campanha do “cartão vermelho para o trabalho infantil”. | 3: Efetivo/impacto; sustentável; replicável |
| “ | 4.3 Prevenir o tráfico de mulheres e crianças na região de Mekong: uma abordagem participativa | Nível 2: Prática demonstrada com sucesso | Abordagens participativas eram usadas em muitos níveis neste projeto de anti-tráfico de mulheres e crianças. Focos incluíram o desenvolvimento de estratégias alternativas de sustento, treino de habilidades, geração de renda e educação básica para mulheres/meninas com risco de serem traficadas. | Este projeto enfatizou fortemente a abordagem participativa em todos os níveis, um componente vital de Integração de gênero e de desenvolvimento global de Boas Práticas. | 3: Inovador; repetitivo; sustentável e eficiente |
| “ | 4.4 Provisão de “espaço” para mulheres se encontrarem e descobrirem sobre os riscos do tráfico na China | Nível 2: Prática demonstrada com sucesso | Os lares de Mulheres eram estabelecidas na Província de Yunnan, China, e proviam excelentes locais para reuniões e discussão. Eles proveram um foro para aqueles com risco de serem traficados para ganhar informação considerando os assuntos de tráfico, e para discutir as razões abertamente para a migração. | Delineado o progresso favorável para manter o tráfico de mulheres e crianças na ordem do dia nas cidadezinhas da Província de Yunnan. Os Lares de Mulheres proveram um foro para mulheres fazerem suas vozes serem ouvidas e transmitiam em rede sobre as preocupações sobre as quais eles tiveram com relação a trabalhos potenciais. | 4: Pertinente; efetivo/impacto; repetitivo e sustentável |

| **Categoria de Boas Práticas**<br><br>(Qual ação principal é enfatizada?) | **Título** | **Nível de Boas Práticas** | **Resumo da prática** | **Por que isto é uma Boa Prática?** | **Os sete critérios**<br><br>Quantos e quais destes (inovativo/criativo; efetivo/impacto; repetitivo; sustentável; pertinente; sensível/ ético; eficiente/implementável) se aplicam à Boa Prática? |
|---|---|---|---|---|---|
| **Categoria 4: Dando às meninas / às mulheres (e outras pessoas marginalizadas) uma voz** | 4.5 Uma voz para meninas e meninos na consulta nacional de pessoas interessadas nas piores formas de trabalho infantil no Nepal | Nível 1: Prática inovadora | Esboços das fases preparatórias e processos na colocação de um programa de delimitar o tempo para combater o trabalho infantil no Nepal, e ilustram como podem ser incluídas as vozes de crianças trabalhadoras neste processo. | O processo para a Consulta Nacional de Pessoas Interessadas envolveu dando uma voz para as meninas trabalhadoras e para os meninos trabalhadores marginalizados. Suas opiniões foram buscadas deliberadamente durante a pesquisa de avaliação rápida. Foram convidadas as crianças para participar de seminários preparatórios, conduzindo a sua contribuição indireta ao plano global para combater o trabalho infantil no Nepal. | 4: Efetivo/impacto; inovador; pertinente; e sustentável |
| “ | 4.6 Expressar opiniões sobre a igualdade de gênero na Guatemala | Nível 1: Prática inovadora | Aumentar a participação de mulheres em um projeto sobre a prevenção e eliminação progressiva do trabalho infantil na indústria de café, medidas tiveram que ser tomadas para assegurar que as mulheres tivessem “permissão” para participar das atividades. | Um exercício que ofereceu às mulheres e aos homens uma oportunidade para expressarem suas opiniões em determinados assuntos de igualdade de gênero era importante, e criou mais oportunidades para alcançar consensos sobre como avançar. Resultou em uma crescente representação de mulheres em atividades de projeto. | 6: Efetivo/impacto; repetitivo; sustentável; pertinente; sensível/ético; eficiente/implementável |

## Palavras-chave em cada Boas Práticas

| Título de Boas Práticas | Palavras-chave |
|---|---|
| **1.1 Os trabalhadores infantis domésticos na África do Sul: um relatório nacional** | Pesquisa nacional; variáveis socioeconômicas; dados desagregados por sexo; análise de gênero; trabalho doméstico remunerado; trabalho doméstico não remunerado; tarefas domésticas; indicadores sensíveis de gênero; pesquisa sobre a utilização do tempo. |
| **1.2 Uma análise de gênero sobre uma pesquisa sobre trabalho infantil - Turquia** | Pesquisa sobre trabalho infantil; análise de gênero; análise de dados; atividades domésticas; tarefas domésticas; dados desagregados sobre sexo; papéis de gênero. |
| **1.3 Assuntos importantes de gênero no relatório de Boas Práticas no combate à exploração sexual comercial de meninos e meninas no Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia** | Papéis de gênero; percepções de meninas e meninos; abuso sexual de meninos; atacando a raiz da causa da pobreza; pobreza feminina. |
| **1.4 Uma avaliação rápida sobre prostituição infantil na Jamaica** | Desagregação de informação relativa a crianças envolvidas na prostituição. |
| **2.1 Reabilitação artística para meninas que trabalham na rua em St. Petersburg, Rússia** | Programa de reabilitação; meninas que trabalham na rua; necessidades práticas e estratégicas; apoio psicológico; envolvendo a família. |
| **2.2 Uma abordagem integrada que visa as meninas envolvidas no trabalho doméstico e rural - Turquia Oriental** | Meninas-alvo; ações específicas de gênero; atenção também para homens e famílias; programa de ensino a distância; abordagem interagência; as meninas no trabalho rural e doméstico; programa de geração de renda; treino de habilidades; organização de parceiros com experiência em zonas rurais. |
| **2.3 HIV/AIDS e o trabalho infantil na África do Sul, Tanzânia e Zâmbia: uma perspectiva de gênero** | HIV/AIDS; assuntos solicitados; atitudes masculinas; sensibilizando os homens; educação. |
| **2.4 Gênero de "MainSCREAMing" para a educação, as artes e a mídia** | Igualdade de gênero; educação de desenvolvimento; tomada de consciência; mudança comportamental; igualdade de gênero em módulos educacionais; métodos informais para elevar a consciência sobre gênero. |
| **3.1 Mantendo a agência de desenvolvimento pronta para igualdade de gênero: uma revisão de gênero** | Gênero e organizações; revisão de gênero; auditoria de gênero; examinando estruturas internas; gênero e pessoal. |
| **3.2 Um guia prático para promover igualdade de gênero na ação contra o trabalho infantil** | Construção da capacidade; conceitos de gênero compreensivos; consistência em terminologia de gênero; listas de verificação de gênero; ações necessárias para integrar o gênero; conselho prático. |
| **3.3 Integração de gênero no desenho e preparação de documentos de projeto da OIT/IPEC** | Desenho de projeto; desenho de projeto sensível ao gênero; dados desagregados por gênero; gênero em procedimentos rotineiros. |
| **3.4 Todo menino e menina conta: as estimativas globais do trabalho infantil** | Estimativas globais sobre o trabalho infantil; estatísticas desagregadas por sexo; as crianças em atividade econômica; trabalho doméstico não remunerado; tarefas domésticas; pesquisas domésticas; diferenciais de sexo. |
| **3.5 Integração de assuntos de gênero em avaliações temáticas** | Trabalhadores infantis domésticos; tráfico e exploração sexual comercial de crianças; avaliação temática; comunidade e abordagem participativa; focalizando em fatores de demanda; repensando papéis de gênero. |
| **4.1 Como as meninas envolvidas na prostituição descrevem sua situação na Tanzânia** | Avaliação rápida; as crianças envolvidas na prostituição; relações de gênero; dando para as meninas uma maior voz. |
| **4.2 Mulheres "marginalizadas" na campanha de futebol "cartão vermelho para o trabalho infantil"** | Campanha de combate ao trabalho infantil; envolvendo as mulheres; futebol. |

| Título de Boas Práticas | Palavras-chave |
|---|---|
| **4.3 Prevenção do tráfico de mulheres e crianças na região de Mekong: uma abordagem participativa** | Abordagem participativa; igualdade de gênero; foco de pessoas interessadas; habilidades e treinamento empresarial; tomada de consciência sobre a condição das mulheres; planejamento baseado na comunidade. |
| **4.4 Provisão de "espaço" para mulheres se encontrarem e descobrirem sobre os riscos do tráfico na China** | Prevenção do tráfico; troca de informações; transmitindo em rede; as mulheres nas tomadas de decisão; estratégias de igualdade que também envolvem os homens; aumento de consciência, participação, treinamento. |
| **4.5 Uma voz para as meninas e meninos na consulta nacional de pessoas interessadas sobre as piores formas de trabalho infantil no Nepal** | Programa de utilização do tempo; pessoas interessadas; gênero e política; trabalho preparatório e gênero. |
| **4.6 Expressar opiniões em igualdade de gênero na Guatemala** | Desafio do estereótipo de gênero e papéis de gênero; patriarcado; autorização; igualdade de gênero; exercício de aumento de consciência. |

# As Boas Práticas: integração de gênero em ações contra o trabalho infantil

**Categoria 1: Análise de gênero**

1.1. Trabalhadores infantis domésticos na África do Sul: um relatório nacional

1.2. Uma análise de gênero de uma pesquisa sobre o trabalho infantil — Turquia

1.3. Transversalização das questões de gênero no relatório de Boas Práticas no combate à exploração sexual comercial de meninos e meninas no Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia

1.4. Uma avaliação rápida sobre a prostituição infantil na Jamaica

## 1.1. Trabalhadores infantis domésticos na África do Sul: um relatório nacional

Nível 3: Boa Prática reproduzida

**Palavras-chave**: pesquisa nacional; variáveis socioeconômicas; dados desagregados por sexo; análise de gênero; trabalho doméstico remunerado; trabalho doméstico não remunerado; tarefas domésticas; indicadores sensíveis de gênero; pesquisa de utilização de tempo.

**Uma análise de gênero inclusiva sobre o trabalho infantil doméstico remunerado e não remunerado foi apresentada no Relatório Nacional sobre os Trabalhadores Infantis Domésticos na África do Sul [2] de 2002. Foram reveladas diferenças interessantes baseadas em gênero, inclusive o fato de que os meninos são mais apreciados como trabalhadores domésticos remunerados que as meninas, enquanto as meninas significativamente gastam mais tempo que os meninos em tarefas domésticas não pagas.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

O trabalho infantil envolve condições de trabalho diferentes, condições de pagamento e riscos relativos para meninas e meninos. Além disso, crianças de condição social diferente experimentam situações de trabalho diferentes. Diferenças de gênero dependem de o trabalho ser doméstico ou não-doméstico, rural ou urbano. A pergunta principal é como as várias diferenças se traduzem em vantagens nas situações respectivas de meninos e meninas (ou homens e mulheres).

O *Relatório Nacional sobre os Trabalhadores Infantis Domésticos na África do Sul* de 2002 estava baseado em dados da *Pesquisa de atividades de jovens* preparada pela Informação Estatística e Programa Monitorado sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC), da OIT/IPEC na África do Sul. O *Relatório nacional* indicou que meninos e meninas se ocupam do trabalho doméstico em outras casas, recebendo pagamento em espécie ou algo equivalente, e dentro das próprias casas onde eles executam tarefas não pagas. Dados da *Pesquisa de atividades de jovens* de 1999 da África do Sul comparados com aqueles da pesquisa de emprego do tempo (2000), o Relatório Nacional Sul-Africano apresentou uma análise de gênero fácil para leitura que apresenta o trabalho doméstico remunerado e as tarefas domésticas não pagas para faixas etárias diferentes, grupos de população, províncias e locais urbanos/rurais. Para mais detalhes na análise de gênero, veja Anexo 1.

### *Principais passos para iniciar as Boas Práticas*

- Pesquisadores revisaram a literatura relativa aos trabalhadores infantis domésticos e ao trabalho infantil em geral na África do Sul.

- Análise dos dados existentes nos resultados da *Pesquisa de atividades de jovens* de 1999 (SIMPOC na África do Sul) identificou variáveis que poderiam conduzir as crianças para o trabalho infantil doméstico. Idade, sexo, contexto familiar, estado de migração, etnia/classe, abuso físico e sexual, danos, níveis educacionais, atitudes para trabalho/escola e atividades desocupadas, se houver, era tudo, onde possível, isolado como variáveis. A análise examinou a natureza do trabalho executada por trabalhadores infantis domésticos em tais condições, como tipo de trabalho, tarefas, horas, pagamento, problemas, benefícios, freqüência escolar, idade para iniciar e grau de isolamento social.

[2] www.ilo.org/childlabour.

- A análise incluiu ambas as atividades de trabalho doméstico não pagas executadas nas próprias casas das crianças e crianças empregadas como trabalhadores domésticos para pagamento em espécie ou algo equivalente. Os dados em atividades de trabalho doméstico não pagas foram tabulados e analisados separadamente dos dados relativos à atividade econômica.

- A análise foi apresentada contra um fundo de cenário da história, demografia, padrões de migração, variáveis econômicas e políticas, tradição e cultura, estrutura legal, sistema educacional, situação das mulheres e políticas de governo Sul-Africano.

## *Por que o Relatório Nacional Sul-Africano sobre os Trabalhadores Infantis Domésticos é uma Boa Prática na integração de gênero?*

**Análise de gênero para revelar disparidades baseadas em gênero.** O *Relatório Nacional Sul-Africano sobre os Trabalhadores Infantis Domésticos* fornece um exemplo claro de uma análise de gênero sobre o trabalho infantil. Qualifica assim como uma ação de Categoria 1 inserindo assuntos de gênero em todas as políticas, programas e atividades.

Referindo-se a uma variedade de fontes de informação, a análise conduziu à identificação dos diferenciais de sexo principais no trabalho doméstico remunerado e não remunerado. Outras variáveis principais incluíram idade de trabalhadores, nível educacional, que pagamento recebeu, situação familiar de base, etnia dos trabalhadores e local geográfico. O antes invisível trabalho doméstico não remunerado foi explorado por completo. Foi evidenciada uma preocupação crescente relativa à incidência de violência sexual contra crianças jovens, particularmente as meninas, envolvidas no trabalho doméstico. Além disso, os autores propuseram indicadores sensíveis ao gênero no qual as piores formas de trabalho infantil doméstico poderia ser medido[2].

Em geral, a análise que conduziu ao relatório demonstrou uma abordagem que oferece oportunidades para réplica em outros países. Além de sua facilidade de acesso pelos leitores, tem uma real chance de causar um impacto na política.

## *Efetividade de usar gênero como uma variável*

*O Relatório Nacional Sul-Africano sobre os Trabalhadores Infantis Domésticos* mostra que, em qualquer análise sobre o trabalho infantil, gênero não tem que se tornar o tema predominante. Nem gênero tem que servir como a única categoria de análise. Porém, esta prática demonstra que gênero é uma das variáveis sociais relevantes — ao lado de outras como idade, classe, etnia e local —, permitindo avaliações mais precisas do problema de trabalho infantil doméstico remunerado e não remunerado. Ainda, deveria haver atenção às diferenças de gênero — porque é uma consideração importante que freqüentemente é omitida na coleta de dados e análise.

O relatório ilustrou a importância de ter dados desagregados por sexo antes de uma análise, enquanto leva em conta outras variáveis sociais. A combinação de variáveis sociais conduziu a uma compreensão mais profunda da demografia do trabalho infantil doméstico remunerado e não remunerado. Por exemplo, uma vez que a probabilidade de meninas, antes dos meninos, desempenhem trabalhos domésticos, tal trabalho é freqüentemente de preocupação especial ao se considerar o assunto da educação das meninas. Porém, o *Relatório Nacional sobre os Trabalhadores Infantis Domésticos* observou que, de qualquer modo, mais meninas que meninos freqüentam e perseveram na escola. Este é um dado importante, e um assunto sério para meninos que necessitam de ações para assegurar que mais meninos fiquem na escola.

## *Repetitividade e sustentabilidade da análise contidas no relatório nacional*

O *Relatório Nacional Sul-Africano sobre os Trabalhadores Infantis Domésticos* foi apoiado pela OIT/IPEC SIMPOC. Um dos objetivos globais do SIMPOC é assegurar que uma atenção especial seja outorgada à menina, de forma que diferenças, semelhanças e relações entre os trabalhadores meninas e meninos possam ser captados mais completamente. Assim, a OIT/IPEC SIMPOC encoraja a prática de colecionar dados desagregados por sexo em toda pesquisa nacional de trabalho infantil, até mesmo onde isto poderia não parecer particularmente pertinente na ocasião. Onde tais dados não estejam contudo disponíveis, o mero processo de pedir dados desagregados por sexo pode promover a idéia de que serão necessárias tais informações no futuro. Perguntas pertinentes também podem encobrir tendências previamente invisíveis, por exemplo o supracitado assunto da falta relativa de perseverança na escola por parte dos meninos.

Onde as fontes de dados existentes são inadequadas, os pesquisadores podem instigar a sua melhoria. O *Relatório Nacional Sul-Africano sobre os Trabalhadores Infantis Domésticos*, por exemplo, sugeriu que, ampliando a noção de trabalho doméstico não remunerado para incluir a coleta de combustível e água, o número de crianças envolvidas em longas horas de trabalho não remunerado foi aumentado considerablemente. Este ponto ilustrou como definições mais amplas afetam as estatísticas e podem influenciar a política e o planejamento.

## *Importância política deste relatório*

Os programas de ação do governo podem usar de maneira lucrativa os resultados apresentados no relatório. A análise que conduziu ao *Relatório Nacional Sul-Africano sobre os Trabalhadores Infantis Domésticos*, por exemplo, ajudou a inspirar o Programa de Ação Sul-Africano sobre o Trabalho Infantil, do Departamento do Trabalho, que tem metas e responsabilidades que se estendem por uma gama de instituições do governo. Os políticos têm agora informação legível relativa às características principais dos trabalhadores infantis domésticos remunerados e não remunerados, inclusive as razões pelas quais as crianças são levadas a trabalhar nesta área. Ao mencionar dados ainda não disponíveis, o relatório também propõe indicadores para monitorar as piores formas de trabalho infantil doméstico; incluindo o trabalho doméstico infantil econômico e tarefas domésticas perigosas não remuneradas[3].

Compreender o contexto do desenvolvimento nacional da África do Sul requer informação relativa à distribuição de todos os recursos, não somente esses a preço de mercado. Exemplos de tais atividades não orientadas pelo mercado incluem o capital humano necessário para o serviço doméstico, água e coleta de combustível, e outras atividades que se associaram com o conhecimento da família e as necessidades domésticas da comunidade. Algumas das recomendações de política no *Relatório Nacional Sul-Africano sobre os Trabalhadores Infantis Domésticos*, por exemplo, enfocam a necessidade de infra-estrutura, como o fornecimento de eletricidade, que encurtaria o tempo gasto coletando combustível e beneficiaria as meninas envolvidas em tal trabalho.

## *Condições necessárias para estas Boas Práticas*

- Pessoal institucional, como consultores/analistas, tiveram um conhecimento profundo de análise de gênero (como também das outras áreas de conhecimento necessárias para a análise).

- Uma recente pesquisa nacional sobre o trabalho infantil estava disponível. Entre as muitas variáveis a serem correlatadas, estavam idade, sexo, etnia, contexto familiar, estado de migração e níveis educacionais.

- Informação adicional e complementar, como o *Estudo do emprego do tempo,* estava disponível para propósitos de comparação com os dados da pesquisa nacional sobre o trabalho infantil.

**Mais informações:**

Budlender, D.; Bosch, D.: *Os trabalhadores infantis domésticos Sul-Africanos: um relatório nacional* (Genebra, OIT/IPEC, maio de 2002).

Programa da OIT/IPEC SIMPOC: *Objetivos e estratégias de implementação*. http://www.ilo.org/public/english/standards/ipec/simpoc/index.htm.

**Contatos na OIT/IPEC:**

Astrid Jensen, OIT Pretoria, pretoria@ilo.org

Emerita Mugore, funcionária para assuntos da África: mugore@ilo.org.

Angela Martins-Oliveira: ipec@ilo.org.

## 1.2. Uma análise de gênero de uma pesquisa sobre o trabalho infantil - Turquia

Nível 2: Prática demonstrada com sucesso

**Palavras-chave**: pesquisa sobre o trabalho infantil; análise de gênero; análise de dados; atividades/tarefas domésticas; dados desagregados por sexo; papéis de gênero.

**Esta Boa Prática é a análise de gênero que fez parte da *Pesquisa sobre trabalho infantil doméstico da Turquia em 1994*[3]. As características diferentes de trabalho infantil em áreas urbanas e rurais foi investigado, provendo uma análise global de gênero sobre a situação para o país inteiro.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

É uma tarefa difícil determinar, em nível nacional, onde os meninos e meninas trabalhadores ficam situados e até que ponto eles estão envolvidos nas piores formas de trabalho infantil. Uma parte essencial deste problema está na geração de dados quantitativos e qualitativos seguros, sensíveis ao gênero sobre o trabalho infantil em todas as suas formas. Todos os dados cruciais relacionados à situação do trabalho infantil em questão devem ser desagregados por sexo antes de começar a análise (veja Anexo 1).

Sensibilidade de gênero requer uma compreensão e consideração dos fatores socioculturais delineando uma discriminação subjacente baseada no sexo, seja contra meninos ou meninas. Uma análise de dados sensíveis ao gênero, relativa ao trabalho infantil, neste meio tempo, é uma base necessária para planejar políticas ou programas projetados para combater o trabalho infantil. Infelizmente, tal informação está freqüentemente em falta, e, onde for disponível, é freqüentemente inadequada para oferecer um quadro completo da situação. Pesquisas domésticas padronizadas são o instrumento fundamental para prover tal informação em nível nacional, com perguntas dirigidas aos pais e crianças [4]. Procedimentos de pesquisa de avaliação rápida também são usados para obter dados muito mais depressa, especialmente para as piores formas de trabalho infantil. Em locais geográficos específicos, é necessário incluir discussões e entrevistas com as próprias meninas e meninos, como também com seus pais e suas mães.

A OIT/IPEC, por meio de seu programa de cooperação técnica SIMPOC, provê ajuda em nível nacional com instrumentos para coleta de dados sensíveis ao gênero, relativos ao trabalho infantil. Esta informação contribui para entender a extensão do problema e promover uma campanha contra isto. O SIMPOC foi lançado em janeiro de 1998, embora a OIT/IPEC já tivesse realizado estudos estatísticos sobre trabalho infantil [5]. Até esta data, as pesquisas sobre o trabalho infantil foram administradas e os bancos de dados foram

[3] Esta Boa Prática está baseada em análises dos resultados da pesquisa sobre o trabalho infantil forçado do Dr. Meltem Dayioglu, do Departamento de Economia, da Universidade Técnica do Oriente Médio, em Ancara, Turquia. Muitos outros exemplos existem sobre análises de gênero conduzidas em tal pesquisa nacional sobre o trabalho infantil como aquelas tomadas na Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. Algumas destas podem ser vistas no http://www.ilo.org/public/english/standards/ipec/simpoc/index.htm.

[4] Patrões e pesquisas sobre locais de trabalho são também administrados de maneira comum. Os estabelecimentos dos patrões são freqüentemente listados com base na informação das pesquisas domésticas.

[5] Por exemplo, pesquisas experimentais sobre o trabalho infantil foram conduzidas em Ghana, Índia, Indonésia e Senegal.

estabelecidos em pelo menos 15 Estados-Membros da OIT. Detalhes dos relatórios rurais da pesquisa nacional sobre o trabalho infantil estão disponíveis na internet [6].

A *Pesquisa sobre trabalho infatil doméstico* na Turquia é administrada pelo Instituto Estatal de Estatísticas numa base semianual. Em 1994, pela primeira vez, foram incluídos dois questionários adicionais visando medir a incidência de trabalho infantil na Turquia. Os resultados da *Pesquisa sobre o trabalho infantil doméstico* foram analisados para realçar as diferenças de gênero.

### *Principais passos para realizar a pesquisa sobre trabalho infantil na Turquia em 1994*

A *Pesquisa sobre o trabalho infantil* fez parte Projeto Nacional sobre o Trabalho Infantil empreendido, com a ajuda técnica da OIT/IPEC, pelo Instituto Estatal de Estatísticas.

- A pesquisa semianual sobre o trabalho infantil em 1994 incluíram dois questionários adicionais visando medir a incidência do trabalho infantil na Turquia. Um estudo-piloto foi administrado para revelar quais perguntas não seriam entendidas completamente pelos entrevistados. Isto resultou em revisões como uma explicação melhor do que representa uma "atividade econômica".

- Foram enviados os dados não trabalhados obtidos da pesquisa ao Instituto Estatal de Estatísticas. Os dados foram analisados, aplicando o programa de *software* BLAISE, pelo Middle East Technical University, Ancara, e o relatório da *Pesquisa sobre trabalho infantil* foi preparado.

### *Por que a análise dos resultados da pesquisa sobre o trabalho infantil é uma Boa Prática na integração de gênero?*

**Análise de gênero para revelar disparidades baseadas em gênero.** A análise da Pesquisa sobre o trabalho infantil na Turquia em 1994 proveu o primeiro bom exemplo de uma análise de gênero sobre o trabalho infantil (idades de 6 a 14 anos) [7] na Turquia. Conseqüentemente, é incluída aqui a Boa Prática na Categoria 1 das ações necessárias para a igualdade de gênero. A pesquisa apresentou uma avaliação da situação, com um foco em diferenças-chave para os meninos e meninas em áreas rurais e urbanas e por faixas etárias. Tais resultados ajudaram a refinar e mais adequadamente visar os programas designados que focalizam estes assuntos.

Nesta Boa Prática, a análise de dados considerando tarefas domésticas e papéis de gênero no serviço doméstico demonstrou que não é o bastante coletar dados desagregados por sexo para a economia remunerada e não remunerada. A informação colecionada também precisa ser analisada e interpretada inclusivamente se for para informar a política

[6] www.ilo.org/childlabour.

[7] As pesquisas assistidas da OIT/IPEC SIMPOC — de acordo com a Convenção da OIT sobre Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 (n°. 182); a Convenção sobre a Idade Mínima, 1973 (n°. 138); e a Convenção da ONU sobre os Direitos das crianças — abrangendo crianças de idades entre 5 e 17 anos. Embora a *Pesquisa sobre o trabalho infantil* de 1994 da Turquia avalie crianças com idades de 6 a 14 anos, em lugar do grupo com a faixa etária indicada, não obstante nós incluímos isto como um exemplo, dada a análise integral de gênero feitos a partir dos resultados da pesquisa.

de uma maneira significante e efetiva. “Papéis de gênero” é o termo usado para se referir às atividades que ambos os sexos executam atualmente dentro de qualquer contexto dado. Estes papéis são reforçados pelo gênero, normas e estereótipos sexuais que existem em cada sociedade. O componente de papéis de gênero na análise dos dados da *Pesquisa sobre o trabalho infantil* explicou tais injustiças nas tarefas domésticas feitas pelos meninos e meninas, razões para emprego e determinados níveis de renda.

Desde 1998, o SIMPOC tem encorajado e incluído em seu mandato a necessidade por dados qualitativos e quantitativos seguros e precisos sobre o trabalho infantil que também é sensível de gênero. Esta, em si mesmo, é outra boa prática na integração de gênero. Coletar tais dados é agora uma norma institucional, e sugere que uma análise de gênero deveria constituir um componente importante para toda pesquisa nacional sobre o trabalho infantil.

### *Relevância: uma análise de gênero das tarefas domésticas*

Análise dos dados de *Pesquisa sobre o trabalho infantil* revelaram diferenças através de gênero nas horas gastas em tarefas domésticas. Uma proporção grande de meninas — 61 por cento — estavam envolvidas em tarefas domésticas. Quando só crianças matriculadas na escola foi considerado, esta proporção aumentou para 91 por cento. Isto mostra que, comparadas aos seus irmãos, as meninas que freqüentam a escola pegam um fardo mais pesado nas tarefas domésticas. Tais diferenças permaneceram as mesmas pelas várias regiões rurais. Em áreas urbanas, os meninos passaram 6 horas por semana em tarefas domésticas, comparadas às 10 horas entre as meninas. Em áreas rurais, a média era de 8 horas para os meninos comparados a 12 horas para as meninas, indicando uma incidência mais alta de serviço doméstico entre as crianças rurais, especialmente as meninas.

A análise indica que as meninas envolvidas em atividades econômicas são freqüentemente sobrecarregadas pelas tarefas domésticas. As meninas têm menos tempo livre. Isto é especialmente verdade entre as meninas em áreas rurais onde uma proporção maior está necessitada de se envolvidas em atividades econômicas e tarefas domésticas.

Os papéis de gênero são aprendidos muito cedo na vida. Como ocorre em muitas sociedades, o trabalho doméstico na Turquia é visto principalmente como um trabalho de mulheres, e é visto como a responsabilidade de meninas, não obstante a sua idade.

Até mesmo entre 6 e 9 anos, as meninas constituem a maioria das crianças que fazem tarefas domésticas. As diferenças se tornam mais pronunciadas nas faixas etárias mais velhas. Por exemplo, enquanto a proporção de meninos de 14 anos de idade que executam tarefas domésticas é de quase 18 por cento, a taxa correspondente para as suas irmãs é quase de 53 por cento. Mais da metade das meninas de 14 anos está envolvida em algum tipo de trabalho doméstico.

O número de meninas envolvidas nas tarefas domésticas aumentou com o número de irmãos. Por outro lado, o número de meninos engajados nas tarefas domésticas, ambos nas áreas rurais e urbanas, diminui continuamente assim como o número de irmãos aumenta. Assim, em termos de horas gastas em tarefas domésticas, as famílias maiores beneficiam mais os meninos do que as meninas.

## *Impacto da análise comparativa sobre o tempo empregado em planejamento*

Realçando um fator importante — trabalho doméstico na Turquia — a análise da *Pesquisa sobre o trabalho infantil* tem contribuído para ações futuras contra o trabalho infantil.

O trabalho doméstico não remunerado é omitido freqüentemente das análises. Normalmente, os dados sistemáticos relativos uso de recursos humanos domésticos em serviço doméstico, coleta de água, transporte e outras atividades foram associadas com encontrar as necessidades domésticas da família e da comunidade são escassos. Se as pesquisas não registram o tempo gasto em atividades essenciais não comerciais, então uma abertura séria emerge documentando a disponibilidade ou substituição do trabalho. O tempo aumentado pesa, particularmente para meninas, e representa um constrangimento na educação, e conseqüentemente no desenvolvimento do capital humano nacional global. Onde os planejadores econômicos ignoram como um grande número de trabalhadores infantis domésticos, e os constrangimentos de tempo impostos pelo trabalho doméstico não são administrados no planejamento nacional, muitas políticas bem-intencionadas e programas falharão.

Se as meninas ou meninos já estão trabalhando por longas horas no trabalho doméstico, é importante considerar os efeitos na hora em que as reformas econômicas nacionais ocorrerão, especialmente onde são recrutados os trabalhadores infantis para executar serviços previamente oferecidos por outros. Por exemplo, cortes em despesas de saúde normalmente resultam em meninas que têm que assumir maior responsabilidade com familiares doentes. Por outro lado, cortes no desenvolvimento da infra-estrutura rural podem resultar em meninos que gastam mais tempo deslocando-se para e de volta dos mercados. Para evitar reforçar o ciclo de aberturas na educação, fertilidade alta em meninas, saúde deficiente e pobreza, o planejamento tem que levar em conta tais assuntos de como são constrangidas as crianças para alocar seu tempo, e como as oportunidades educacionais são diminuídas através das mudanças relacionadas às políticas, pressões econômicas etc [8].

A análise dos dados da *Pesquisa sobre o trabalho infantil* revelaram que, quando as crianças identificaram os fatores que as levaram a se envolver no trabalho remunerado, os meninos e as meninas informaram prioridades diferentes. Relativamente menos meninas expressaram o desejo de ter um comércio ou ganhar experiência profissional. Mais meninas que meninos citaram o desejo de ajudar no empreendimento familiar doméstico. Além de obter um emprego remunerado, uma variedade de razões — refletidas nos papéis de gênero diferencial de meninas e meninos — foram dadas para não freqüentar a escola. Por exemplo, uma proporção maior de meninas não podem ir para a escola porque as famílias precisaram delas em casa. Um impacto desta análise foi nutrir a visão familiar de que as oportunidades educacionais representam uma chave vital ao futuro das meninas.

Comparado às meninas que fazem tarefas domésticas e que não estão envolvidas em nenhuma espécie de trabalho, um número maior de meninas atualmente com trabalho remunerado expressou um desejo pela escolarização. Estas meninas também mostraram maior desejo em encontrar um trabalho melhor. A análise sugere que o emprego não diminui o desejo que as meninas têm pela escolarização. Pelo contrário, as meninas, especialmente em áreas urbanas, consideram freqüentemente a educação como uma maneira de sair das experiências precoces em emprego remunerado.

[8] Elson, Evers, e Gideon: Relatórios econômicos rurais sobre gênero consciente: conceitos e fontes. Documento n° 1 (Genecon Unit, Graduate School of Social Sciences, University of Manchester, UK, 1997).

A análise revela que as meninas rurais se alimentam pior do que qualquer outro grupo de crianças. Por exemplo, elas têm menos vantagens em termos de recebimentos de pagamentos regulares e benefícios não-monetários até mesmo quando estão em emprego remunerado.

### *Condições necessárias para esta Boa Prática*

- Profissionais estatísticos trabalharam em colaboração íntima com a organização de estatísticas nacional. Foram requeridos os profissionais com conhecimento em assuntos relacionados com gênero no contexto nacional que pudessem analisar os dados não trabalhados. O SIMPOC proveu ajuda.

- Os custos de pesquisa dependeram do tamanho da amostra, e se a pesquisa era uma operação mantida sozinha ou se poderia estar ligada a uma pesquisa doméstica — a opção mais barata. São necessários fundos para os custos com incremento do tamanho da amostra de pesquisa e para as análises.

- As idades das crianças pesquisadas deveriam estar de acordo com as recomendações globais atuais de 5 a 17 anos, em lugar de 6 a 14 anos.

- Os critérios de seleção para os entrevistadores eram importantes, e incluiu tais artigos como qualificações formais, experiência em áreas rurais, sensibilidade para os fatores socioculturais delineando a discriminação subjacente baseada em sexo, e a habilidade para se engajar em discussões com mulheres como também com homens.

- Um manual do entrevistador foi usado para assegurar a consistência nas entrevistas e treinamento.

- Os supervisores e organizadores administraram controles de dados e verificações para reduzir a coleta de dados e processar os erros.

- Essas análises de informação e compilação do relatório tiveram um conhecimento de assuntos de gênero sobre o trabalho infantil. O Anexo 2 apresenta tipos de conhecimento necessários relacionados com gênero.

**Mais informações:**

- Akşit Bahattin, Nuray Karanci e Ayşe Gündüz-Hosgor: *Turquia: Crianças que trabalham na rua em três cidades metropolitanas - uma avaliação rápida.* OIT-IPEC Relatório de Avaliação Rápida n°. 7 (Genebra, OIT, 2001), 83 páginas.
- *Boas Práticas em ação contra o trabalho infantil: um relatório de síntese de sete estudos rurais, 1997-98, por pesquisadores independentes: Brasil, Indonésia, Quênia, Filipinas, Tanzânia, Tailândia e Turquia*, OIT-IPEC (Genebra, OIT, 2001), 102 páginas.
- *Trabalho infantil na Turquia 1999.* Instituto Estatal de Estatísticas, Turquia.
- *Trabalho infantil na Turquia* (Ancara, Organização Internacional do Trabalho, Turkiye Isveren Sendikalari Konfederasyonu, 1997), 40 páginas.
- Özcan Yusuf Ziya: *Desenvolvimento de diretrizes para políticos: relatório da região da Turquia sobre ação sustentável contra o trabalho infantil* (Genebra, IPEC, 1997), 309 páginas.
- *Padrões de trabalho infantil na Turquia rural* (Ancara, Organização Internacional do Trabalho e IPEC, 1994), 96 páginas.
- Dr. Meltem Dayioğlu*: Análises dos resultados da pesquisa sobre o trabalho infantil forçado* (Ancara, Departamento de Economia, Middle East Technical University).
- *Trabalho infantil na Turquia 1994*, Instituto Estatal de Estatísticas (SIS), Ministério Principal, República da Turquia.

Para detalhes mais precisos sobre a metodologia aplicada na *Pesquisa sobre o trabalho infantil forçado*, contate o Departamento Turco do Instituto Estatal de Estatísticas, Departamento de Estatísticas de Preço e de Índices, www.die.gov.tr. Divisão principal de Estatísticas de Trabalho (SIS): enver.tasti@die.gov.tr.

Filial de publicação do SIS: yayin@die.gov.tr .

**Contatos na OIT:**

Gulay Aslantepe, diretora da OIT Turquia;

Hakki Özel, SIMPOC, IPEC Genebra: ozel@ilo.org;

Şule Çağlar, funcionária do IPEC/Genebra: caglar@ilo.org.

http://www.ilo.org/public/english/standards/ipec/simpoc/turkey/index.htm.

## 1.3. Transversalização das questões de gênero nos *Relatórios das intervenções de Boas Práticas* sobre o combate da exploração sexual comercial de meninos e meninas no Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia

Nível 1: Prática inovadora

**Palavras-chave**: papéis de gênero; percepções de meninas e meninos; abuso sexual de meninos; atacando a raiz da causa da pobreza; pobreza feminina.

**A análise contida nos *relatórios de Boas Práticas*[9] delineia o fato de que os papéis de gênero perpetuam a pobreza feminina, conduzindo, enfim, à exploração sexual comercial de meninas. Os meninos podem também ser explorados sexualmente, mas este abuso é freqüentemente menos visível do que entre as meninas nos quatro países estudados.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

A exploração sexual comercial de crianças é uma violação total dos direitos das vítimas. Além de fatores relativos à demanda no Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia, as causas referentes a oferta na exploração sexual comercial de crianças incluem pobreza generalizada, falta de acesso à educação e treinamento para crianças e falta de oportunidades de empregos viáveis.

A vasta maioria de crianças apanhadas em exploração sexual comercial é de meninas. Em geral, papéis de gênero tradicionais e estereótipos não favorecem as meninas. Falta freqüentemente acesso à educação e outros serviços que podem aumentar as possibilidades de emprego na vida. Como resultado, as meninas freqüentemente têm poucas oportunidades de trabalho.

A evidência circunstancial sugere que um número crescente de meninos também esteja se tornando vítima de exploração sexual comercial. A presença de meninos na exploração sexual comercial permanecem relativamente "invisíveis", e uma razão é que seus clientes são predominantemente homossexuais. Tabus sociais relacionados são fortes na África Oriental, a região coberta por esta Boa Prática, e a invisibilidade conseqüente da homossexualidade conduz muitos segmentos da sociedade africana oriental a negar a existência de exploração sexual comercial de meninos, exacerbando a vulnerabilidade de meninos prostitutos.

Baseado em estudos de campo de intervenções lançadas para combater a exploração sexual comercial de crianças no Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia, a OIT/IPEC desenvolveu um *Relatório de intervenções de Boas Práticas*. Os estudos e análises para o relatório foram administrados durante a primeira metade de 2002. Foram descritas as abordagens que tinham funcionado em cada país visado. Aqui, nós realçamos alguns dos elementos mais importantes relacionados de gênero que emergiram do relatório. (O completo *Relatório de intervenções de Boas Práticas*, porém, deveria ser lido para apreender as abordagens sugeridas que funcionaram nestes países.)

[9] A avaliação destas Boas Práticas é baseada no estudo: *Combatendo a exploração sexual comercial das crianças: um estudo sobre as intervenções de Boas Práticas no Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia,* um relatório sintético feito por Nirás para o IPEC, junho de 2002.

## *Principais passos para preparar o Relatório de intervenções de Boas Práticas*

- Um consultor internacional estudou os dados dos relatórios de quatro países relativos a intervenções para combater a exploração sexual comercial de crianças, e um relatório de síntese foi preparado. O estudo de cada país tinha sido pesquisado em um processo de consulta nacional com pessoas interessadas, e envolveu uma revisão da literatura como também discussões individuais e de grupo com o pessoal do IPEC, implementadores de programa, crianças, pais, outros membros das comunidades afetadas e, onde foi possível, perpetradores de abuso sexual de crianças. Em cada um dos quatro países, uma gama extensiva de pessoas interessadas participou de um seminário nacional organizado para apresentar, validar e discutir os resultados e possibilidades para intervenções futuras.

- Intervenções de Boas Práticas foram extraídas e documentadas.

- Foram providas recomendações para intervenções futuras, particularmente em termos de possibilidades para aumentar e/ou reproduzir as Boas Práticas existentes.

## *Por que o* Relatório de intervenções de Boas Práticas *é uma Boa Prática para a integração de gênero?*

**Análise de gênero para revelar disparidades baseadas em gênero.** A análise contida no *Relatório de intervenções de Boas Práticas* é incluída como uma Boa Prática na integração de gênero por duas razões:

- realçou os papéis de gênero que perpetuam a pobreza feminina que pode conduzir, no final das contas, à exploração sexual comercial de meninas em desvantagem; e

- mostrou também que os meninos podem ser explorados sexualmente, mas, por razões culturais, tal abuso é até mesmo menos visível que o das meninas na região em estudo.

Ambos resultados contribuíram para uma análise de gênero da situação:

- revelando a raiz da causa da pobreza feminina e masculina; e

- descobrindo exatamente quem estava sendo explorado sexualmente para propósitos comerciais, quando isto estava acontecendo e onde. (Para mais detalhes relativos a uma análise de gênero, veja o Anexo 1.)

Incluímos assim estas Boas Práticas na Categoria 1: “administrando uma análise de gênero da situação”. Seus resultados podem contribuir para reformar as abordagens integradas para planejar atividades que combatem a exploração sexual comercial de meninos e meninas, em lugar de meramente somar atividades à margem das intervenções. No que segue, nós elaboramos cada um destes elementos relacionados de gênero.

## *Relevância da análise de gênero na identificação das ligações entre meninas, pobreza e acesso à educação*

A maioria das crianças exploradas no tráfico de sexo comercial nos quatro países estudados são meninas. O *Relatório de intervenções de Boas Práticas* identificou abordagens de Boas Práticas específicas para uma ação direta, prevenção, retirada, reabilitação e reintegração no combate à exploração sexual comercial destas meninas. O relatório aconselhou que uma abordagem baseada na comunidade — não obstante uma

delas ter ligações fortes com o governo — funcionou bem na prevenção da exploração sexual comercial de crianças nos países estudados. Além disso, o relatório recomendou que ela seja uma Boa Prática, ao trabalhar com as crianças e seus vigias imediatos, para adotar uma abordagem baseada no indivíduo, assegurando assim que a situação da vida inteira da criança seja levada em conta. Isto encoraja um foco mais claro em percepções socioculturais ao valor relativo de filhas e filhos e em diferenças de gênero relativas a investimentos em crianças.

Ao atacar a raiz da causa da exploração sexual comercial de crianças, o *Relatório de intervenções de Boas Práticas* recomendou que os governos, comunidades e outras pessoas interessadas visem a pobreza em todas suas dimensões, inclusive no acesso ao emprego e renda estável, segurança alimentar e serviços básicos, educação e cuidados médicos. Mais especificamente, um esforço deliberado é exigido para mudar os papéis de gênero e percepções que perpetuam a pobreza feminina e a posição desvantajosa da menina.

Embora esta seja uma obrigação difícil, onde a pobreza feminina foi na realidade agarrada, a exploração sexual comercial das crianças interessadas foi reduzida. O acesso das meninas à educação ou formação profissional é considerada crítica, tanto como uma estratégia preventiva como para reabilitação. Os exemplos providos claramente no relatório ilustram isto, onde falta emprego alternativo ou escolhas de salário, as meninas são canalizadas para a exploração sexual comercial.

O *Relatório de intervenções de Boas Práticas* também fez um esboço de como apoiar para construir uma capacidade em todos os níveis — local, nacional e regional — e fez uma estratégia efetiva para aumentar e reproduzir intervenções. Os assuntos relacionados ao gênero devem ser levados em conta na construção da capacidade entre os parceiros. As atividades que tentaram sensibilizar os exploradores potenciais, visando gerar atitudes novas, foram mostradas para ser Boas Práticas. Por exemplo:

- Uma abordagem inovadora, administrada pela Federação de Empregadores do Zâmbia (ZFE), aplicou o trabalho de extensão e de sensibilização entre os executivos empresariais e gerentes de nível médio em companhias associadas. A sensibilização foi em forma de apresentações, telas de vídeos e discussões em grupo no local de trabalho, e construiu um consenso geral no ZFE, tendo os gerentes um dever moral de mostrar o modo de ajudar e de se comportar de maneira socialmente responsável. Embora o projeto fosse bastante novo, as entrevistas indicaram que a mensagem foi bem recebida nos locais de trabalho.

- Semelhantemente, o trabalho de extensão foi administrado pela Organização de Desenvolvimento e Saúde da Mulher de Kiota na Tanzânia (KIWOHEDE). A KIWOHEDE trabalhou com homens/mulheres de meia idade, tais como donos de bares, e relatou interessantes efeitos benéficos. A KIWOHEDE trabalhou para sensibilizar estes grupos, como também as mulheres mais velhas que trabalham na prostituição, que subseqüentemente falaram com outras pessoas. Encorajar os donos de bares a não usar as meninas jovens para atrair os clientes para seus estabelecimentos foi tido como um exemplo positivo.

### *Sensibilidade ante o tema exploração sexual comercial de meninos*

O relatório realçou a exploração sexual comercial de meninos como uma das mais escondidas, menos documentadas, formas de abuso de crianças na região. Porque as práticas homossexuais são tabus, e conseqüentemente invisíveis, nestes países, freqüentemente é assumido que a exploração sexual afeta principalmente as meninas. O relatório recomenda uma prioridade imediata de pesquisa para avaliar a exploração sexual comercial de meninos nestes quatro países.

Globalmente, foi informado que a exploração sexual comercial de meninos está aumentando [10]. Embora em muitos países os meninos representem entre 10 e 20 por cento das crianças envolvidas em sexo comercial, os meninos são maioria em países como o Paquistão e Sri Lanka. O primeiro passo para combater o problema é assegurar que sejam reconhecidas todas as formas de exploração sexual comercial de meninos e meninas.

Uma melhor compreensão sobre a exploração sexual comercial de crianças necessita focalizar tanto os homens/meninos como as mulheres/meninas. Aqueles envolvidos em combater o problema, se focalizam em meninos ou meninas, têm que resistir em abraçar a sua própria visão estereotipada de prostituição infantil (por exemplo, não considerando a vulnerabilidade de meninos que ocupam posições mais marginais em casas e comunidades). Políticas de desenvolvimento ou programas que só se focalizam em mulheres não podem trazer um desenvolvimento eqüitativo de gênero. Para responder a padrões variáveis na exploração sexual de meninas e meninos, nós precisamos fundamentar nosso trabalho em uma compreensão de relações sociais, evitando estereótipos de gênero. O exame e a comparação das experiências de vida de meninos e meninas ajudarão nesta consideração.

A análise contida no relatório mostra que incorporando uma análise de gênero em estudos ou intervenções que tratam da exploração sexual comercial de crianças requer uma avaliação da maneira pela qual assuntos de gênero (entre outros fatores) podem contribuir para que meninas ou meninos sejam explorados. Um fator que pode conduzir as meninas em prostituição, por exemplo, é o matrimônio precoce forçado que freqüentemente faz as meninas correrem para longe de casa. Elas podem então serem envolvidas em prostituição como o único meio de ganhar bastante dinheiro para sobreviver. Os fatores paralelos que conduzem os meninos em exploração sexual comercial não são atualmente iguais aos que foram pesquisados e que afetam as meninas, embora fatores como pobreza, falta de moradia, e orfandade (por exemplo devido à AIDS) sejam provavelmente comuns a ambos os sexos.

### *Impacto do estudo do Relatório de intervenções de Boas Práticas*

Em função do Relatório de intervenções de Boas Práticas ter sido publicado recentemente, não é possível ainda determinar seu impacto global.

No futuro, poderá ser medido o impacto, nestes países, em termos de política variável relativa à implementação da Convenção da OIT para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 (n°. 182), ou outras intervenções para eliminar esta pior forma de trabalho infantil, em particular novas maneiras de tentar resolver a pobreza. Se são empreendidos estudos adicionais sobre a exploração sexual de meninos ou não são indicados se o estudo teve um impacto de fato documentad com as diferenças relacionadas com gênero que forçam meninas e meninos na exploração sexual comercial na região africana oriental.

### *Condições necessárias para estas Boas Práticas*

- Foram incluídos assuntos de gênero até certo ponto nos relatórios individuais dos países que foram usados na análise.

[10] *Um futuro sem trabalho infantil.* Relatório global sobre o monitoramento da Declaração sobre os Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho. Conferência Internacional do Trabalho, 90ª Sessão, 2002.

- Diretrizes claras com relação a necessidade de incluir enfoque de gênero e análise de gênero no desenvolvimento de Boas Práticas.

- Analistas ou peritos envolvidos na sintetização dos relatórios dos países foram informados sobre assuntos de gênero.

**Mais informações:**

*Luta contra a exploração sexual comercial de crianças: estudo de intervenções de Boas Práticas no Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.* Relatório de síntese por NIRAS (OIT/IPEC, 2002 de Junho).

*Compilação de Boas Práticas no combate à exploração sexual comercial*. ECPAT International. Referência no http://www.ecpat.net/eng/CSEC/good_practices/index.asp.

*OIT/IPEC: uma avaliação rápida: as crianças em prostituição na Tanzânia* (Dar es Salaam, OIT, 2001).

E. Kamala, E., Lusinde, J., Millinga, Mwaitula: *Tanzânia: Crianças em prostituição: uma avaliação rápida*, n° 12 (Genebra, OIT/IPEC, 2001). ISBN 92-2-112832-6.

OIT-IPEC: *exploração sexual comercial de crianças na África Oriental: a resposta do IPEC* (Dar es Salaam, OIT, 2001). Inédito.

## 1.4. Uma avaliação rápida sobre a situação de prostituição infantil na Jamaica

Nível 1: Prática inovadora – implementação-piloto

**Palavras-chave**: desagregar a informação; crianças envolvidas em prostituição; Jamaica.

**Esta Boa Prática é de particular interesse por causa da cuidadosa desagregação dos dados disponíveis por sexo e por papéis relativos a crianças em prostituição [11]. As causas, estímulo de fatores, e consequências para que esta pior forma de trabalho infantil fosse também determinada.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

O desenvolvimento de ações visando eliminar as piores formas de trabalho infantil freqüentemente requerem mais informações relativas à situação predominante de trabalho, incluindo exatamente quem está envolvido. Muitos países enfrentam as mesmas dificuldades produzindo e usando dados desagregados por sexo em escala, características, causas e conseqüências de crianças envolvidas em prostituição. Obter acesso às crianças em prostituição e atividades relacionadas é notoriamente difícil. Por exemplo, alcoviteiros e outros envolvidos freqüentemente negam a existência de tais crianças. Pesquisadores têm freqüentemente que passar por clientes, pagando pelo tempo que eles gastam falando com as crianças. As próprias crianças mentem sobre a idade. Freqüentemente, tempo insuficiente é gasto em descrições dos diferentes papéis de meninos, meninas, homens e mulheres; e os métodos usados para examinar tais papéis são inadequados.

As condições sociais, tabus e preconceitos prevalecentes fazem freqüentemente alguns grupos envolvidos em sexo comercial — ex: jovens crianças e meninos envolvidos em prostituição homossexual — menos visível, e por conseguinte fornecem informações quantitativas e qualitativas menos confiáveis sobre o escasso assunto. Adicionalmente, dados existentes, especialmente para análise de gênero (veja Anexo 1), são freqüentemente sub-utilizados, enquanto os produtores de dados e usuários de dados só comunicam insuficientemente.

Dentro da estrutura da OIT/IPEC e sua Informação Estatística e Programa Monitorado sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC), foi autorizado um estudo para uma avaliação rápida [12], entre junho e agosto de 2000, que forneceu uma visão rápida e a categorização de crianças em prostituição na Jamaica.

O estudo visou:

- produzir dados quantitativos e qualitativos relacionados com crianças em situação de prostituição;

[11] ILO-IPEC, “Jamaica: situation of children in prostitution — A rapid assessment”, 2001.

[12] A avaliação rápida é um método qualitativo de coleta de informação.

- descrever a escala, causas e conseqüências do envolvimento de crianças em situação de prostituição;
- rover recomendações para o desenvolvimento de política como também para melhorar metodologias para investigar prostituição infantil no futuro.

Além de locais mais óbvios, como clubes go-go, salas de massagem e bordéis, o estudo revelou vários outros locais de alto risco que proveram portos para a prostituição infantil, inclusive parques, praias para banho e pesca, pontos de ônibus, pontos de táxi, principais centros turísticos, portões escolares, centros comerciais e restaurantes de comida rápida. O estudo também identificou os locais geográficos fundamentais onde a prostituição infantil é prevalecente.

## *Principais passos para executar o estudo*

O estudo utilizou o método de avaliação rápida desenvolvida pela OIT/UNICEF [13].

- Condições de vida, papéis, relações com os semelhantes e famílias, e renda de crianças envolvidas em prostituição foi gravado.
- Triangulação foi usada para verificar a informação.
- Foram desenvolvidas recomendações em termos de política necessária, inclusive ratificação da Convenção n°. 182 e a Convenção sobre a Idade Mínima da OIT, de 1973 (n°. 138), e sugeriu intervenções como programas de ensino público e programas especiais para crianças; reformas legais e apoio institucional. O estudo necessita do estabelecimento de aparato nacional e de um plano de ação para lidar com o assunto de crianças envolvidas em prostituição na Jamaica. As recomendações legais poderiam ajudar a assegurar que nenhum grupo desmorone por falhas legais.

## *Por que o estudo é uma Boa Prática para a integração de gênero?*

**Análise de gênero para revelar disparidades baseadas em gênero.** Este estudo está incluído principalmente como uma Boa Prática porque os pesquisadores classificaram claramente meninas e meninos envolvidos em prostituição em nove categorias, dependendo do tipo de atividade com a qual eles estavam comprometidos (veja boxa abaixo). A divisão de gênero em algumas atividades sexuais também foi realçada. Tal processo de desagregação é fundamental para planejar intervenções para cada categoria de criança. Por causa da análise de gênero associada, a Boa Prática está incluída na Categoria 1— OIT/IPEC - ações necessárias para transversalização de gênero em todas as políticas, programas e atividades. Tal análise ajudou não só a identificar necessidades e vulnerabilidades de cada grupo desagregado por sexo, mas também por tipo de atividade envolvida.

[13] ILO-IPEC, “Rapid Assessment field guidelines”, 2000, reed, 2003.

**Desagregação de dados sobre crianças envolvidas em prostituição na Jamaica resultante da avaliação rápida**

1. Crianças vivendo e trabalhando na rua — a maioria meninos menores de 6 anos e meninos de 12 anos engajados em atividade sexual.
2. Crianças envolvidas em prostituição formal — a maioria são meninas com menos de 10 anos, mas alguns são meninos em relações homossexuais.
3. Crianças em prostituição de temporada — as crianças mais velhas têm entre 15 e 18 anos.
4. Dançarinas «go-go» — meninas com idade entre 12 e 18 anos, algumas operando em tempo integral em clubes específicos, outros migrantes que se movimentam por vários locais ao redor da Jamaica.
5. Trabalhadoras em salas de massagem — todas meninas, normalmente com uma educação escolar secundária, de 15 anos para cima.
6. "Meninas do papai" — algumas meninas jovens, com menos de 12 anos, que foram pressionadas a ter relações sexuais com homens adultos (também algumas crianças masculinas com velhos ricos).
7. "Chapses"— meninos adolescentes estudantes que têm relações sexuais com "múmias de açúcar" em troca de apoio econômico.
8. Crianças usadas em produções pornográficas — principalmente meninas jovens.
9. Crianças usadas em sexo sacrificial – esta categoria inclui meninas (identificadas mas não verificadas) usadas para sexo ritualista associado com cerimônias demoníacas, ritos satânicos e para limpar os homens com doenças transmitidas sexualmente.

## *Impacto para categorizar crianças envolvidas em prostituição*

Crianças envolvidas em prostituição não podem ser tratadas como um grupo homogêneo. O plano de intervenção deveria incluir a classificação de crianças de acordo com idade, gênero, grupo étnico, estado socioeconômico, que nível educacional atingiu, estado de HIV e estado de gravidez. Meninos que são usado como "chapses" (Categoria 7, acima), por exemplo, requerem tipos diferentes de intervenção com relação a meninos que se mantêm na rua.

Até mesmo onde os pesquisadores estão familiarizados com várias categorias de meninas e meninos envolvidos em formas diferentes de prostituição e atividades relacionadas, eles podem não obstante tender a visá-los como um único grupo. Os papéis sociais respectivos e responsabilidades de meninos e meninas afetam seu compromisso na prostituição. Conseqüentemente, o conhecimento do contexto socioeconômico é necessário para planejar medidas preventivas e ajuda direta.

São necessários canais diferentes de informação para que os vários grupos sejam alcançados efetivamente. Precisaria que todas as crianças, nas nove categorias listadas acima, tenham confiança para usar os centros de apoio? Se não, a quais grupos devem os centros de apoio ser apontados? As dançarinas go-go, da Categoria 4 acima, se movimentam através da ilha e conseqüentemente pode ser difícil alcançar uma base contínua. Todas as categorias confiam em instituições do governo que oferecem ajuda? Freqüentemente, crianças que vivem na rua não confiam em ninguém relacionado às autoridades oficiais. Em termos de ajuda direta, as informações desagregadas de gênero no estudo ajudarão a planejar logísticas e programas de ensino público.

## *Relevância em termos de identificar a vulnerabilidade*

Este estudo separou a informação abaixo de certo modo o que é altamente útil para determinar a vulnerabilidade de crianças envolvidas em prostituição. O conhecimento concernente aos papéis de gênero existentes entre estas crianças e as relações com clientes,

como velhos ricos ou turistas, ajudam a determinar quais grupos, em qualquer contexto determinado, são os mais vulneráveis. Por exemplo, o estudo informou que as meninas de salas de massagem geralmente foram mais educadas que outros grupos. Meninas envolvidas em prostituição temporária (Categoria 3) foram envolvidas porque elas desejavam ganhar dinheiro extra. Meninas envolvidas em encontros sexuais para obter o que comer, por outro lado, fizeram assim porque elas ou as famílias tinham fome.

Também vale lembrar que situações e categorias pertinentes de crianças mudarão, particularmente com respeito à revolução econômica. No entanto, a probabilidade de crianças jovens em situação de rua, apesar do sexo, se ocupando de prostituição em uma idade mais avançada é alta. Também está claro que todas as crianças são vulneráveis à exploração sexual quando elas são levadas a prover sua própria subsistência.

Reconhecendo a necessidade para considerar os meninos em situação de prostituição, o relatório de estudo também delineia nove categorias de prostituição envolvidas por meninos. A vulnerabilidade de crianças em situação de prostituição nunca é relacionada a seu sexo — também pode ser devido a idade, estado social e econômico, educação e assim por diante. As meninas e meninos de uma categoria específica identificada pelo estudo podem ter mais em comum entre si do que têm com grupos de meninas envolvidas em prostituição de outras categorias.

### *Responsabilidade da prática para identificar necessidades*

Crianças envolvidas em prostituição, como alguns dos perfis do estudo deixam evidente, têm histórias diferentes, bases e necessidades. As intervenções deveriam considerar bases individuais, habilidades, histórias e situações familiares.

Algumas crianças foram sujeitas a situações extremamente traumáticas; algumas requerem cuidado clínico. Algumas estão sós; algumas trabalham com alcoviteiros. Outras ainda estão vivendo com a família. Realmente, elas podem precisar prover financeiramente outros dependentes. Algumas crianças envolvidas em experiência de prostituição com violência sexual e requerem tratamento ginecológico como também aconselhamento terapêutico. Estupro, como um ataque físico, pessoal e social, resulta em perda de sua dignidade, e freqüentemente vincula a complicação de gravidez não desejada. Meninos como também as meninas experimentam trauma e violência enquanto estão comprometidos com a prostituição, e precisam se recuperar de tais eventos. Meninos, por causa de um caráter machista, podem achar difícil expressar sentimentos relacionados ao estupro.

As Boas Práticas de desagregar tanto meninos quanto meninas nas nove de categorias diferentes asseguram que a cada criança tenha a oportunidade para identificar as suas próprias necessidades. Os programas se tornam seguramente mais baseados em suposições apropriadas, e podem responder melhor a tais necessidades. As necessidades também mudam com o passar do tempo. Por exemplo, o estudo pode ter determinado que algumas meninas necessitam de dinheiro imediatamente e, como resultado, estão dispostas a se envolver na prostituição; a longo prazo, porém, elas necessitam de habilidades que proporcionem melhores oportunidades de emprego.

### *Condições necessárias para um estudo que desagrega as crianças envolvidas em prostituição*

- O governo nacional teve que sancionar a pesquisa para um estudo desta natureza.
- Tais estudos confiam em recursos humanos como seus mais valiosos recursos. Uma equipe de pesquisadores especialistas preparados em assuntos pertinentes se

encarregou do estudo e das análises dos resultados. Os pesquisadores permaneceram com a mente aberta e sem julgamento, inspirando um senso de confiança e segurança que permitiram às crianças envolvidas em prostituição discutir as situações mais francamente. Os pesquisadores estavam atentos às dificuldades que eles enfrentaram para obter informação segura e os meios necessários para superar estes problemas.

- Porque a equipe de pesquisa incluiu ambos os membros, masculinos e femininos, poderia envolver tanto meninas quanto meninos efetivamente.

- Considerando que algumas crianças entraram em mais de uma categoria, foram necessárias discussões para decidir como desagregar os grupos de crianças envolvidas em prostituição.

- Algum órgão apropriado, neste caso a OIT/IPEC, foi necessário para prover orientação global e coordenação.

- Uma plataforma foi provida para compartilhar os resultados da pesquisa do estudo.

**Mais informações:**

Dunn, Leith L.: *Jamaica: crianças em situação de prostituição - uma avaliação rápida.* OIT/IPEC Relatório de Avaliação Rápida n°. 8 (Genebra, OIT, 2001), 89 páginas. ISBN 92-2-112828-8.

**Contatos:**

Sra. Leith L. Dunn, Coordenadora de Pesquisa.

Sra. Janet Brown, Diretora do Centro de Desenvolvimento da Criança Caribenha, University of West Indies, Mona Campus, Kingston 7, Jamaica, West Indies. Tel. (876) 927-1660-9; e-mail: helpdesk@uwimona.edu.jm; website: www.uwimona.edu.jm, biblioteca: www.library.uwimona.edu.jm:1104.

Sra. Sian Williams, Consultora do Centro de Desenvolvimento da Criança Caribenha.

Sra. Claudette Richardson-Pious, Diretora de Crianças Primeiro, uma ONG jamaicana que apóia as crianças que trabalham na rua. Children First, Monk Street 9, Spanish Town, St., Catherine. Tel. (876) 984-0367; fac-símile (876) 984-2839; e-mail: kidz@cwjamaica.com; website: www.jamaica-kidz.com.

OIT/IPEC equipe em Genebra: Sra. Angela Martins-Oliveria: ipec@ilo.org.

**Categoria 2: Ações específicas de gênero e sensíveis ao gênero**

2.1. Reabilitação artística para meninas que trabalham na rua em St. Petersburg, Rússia

2.2. Uma abordagem integrada que visa as meninas envolvidas no trabalho rural e doméstico - Turquia Oriental

2.3. HIV/AIDS e o trabalho infantil na Tanzânia, África do Sul e Zâmbia: uma perspectiva de gênero

2.4. Gênero "MainSCREAMing" para a educação, as artes e a mídia

## 2.1. Reabilitação artística para meninas que trabalham na rua em St. Petersburg, Rússia

Nível 1: Prática inovadora; implementação piloto

**Palavras-chave**: programa de reabilitação; meninas que trabalham na rua; necessidades práticas e estratégicas; apoio psicológico; envolvendo a família.

**O modelo de reabilitação nestas Boas Práticas era muito inovador. Combinou criatividade (habilidades artísticas) e educação informal com apoio psicológico para as meninas que trabalham na rua e suas famílias. Visa as necessidades tanto imediatas quanto as de longo prazo para as meninas [14].**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

Em muitos países, a família é considerada o elemento fundamental na prevenção do trabalho infantil. Pouco ainda é conhecido sobre a relação entre estratégias de sobrevivência familiares e incidência de crianças em situação de rua. Pobreza dentro da família é um fardo pesado para todos os parceiros familiares. As mulheres freqüentemente assumem uma parte desproporcionada deste fardo, e, para levantar dinheiro, elas são forçadas freqüentemente a se voltar para o setor informal. Isto pode resultar em crianças, a maioria delas meninas, também envolvidas no setor informal, trabalhando principalmente nas ruas como vendedoras ambulantes.

As crianças em situação de rua estão entre os mais vulneráveis trabalhadores infantis. Para muitas destas crianças, especialmente as meninas, a prostituição é considerada como uma opção para ter dinheiro para suas necessidades imediatas ou ainda para melhorar seu estado de vida simplesmente. De acordo com a OIT/IPEC, a pesquisa sobre crianças que trabalham na rua em St. Petersburg, Rússia [15], quase todas as meninas em situação de rua, principalmente impelidas pela pobreza, estão até certo ponto comprometidas com a prostituição. A mesma pesquisa da OIT/IPEC identifica os seguintes fatores como entre aquelas meninas de comando na prostituição:

- Os papéis de mulheres ou meninas nesta sociedade ainda são em grande parte subestimados.
- A crise econômica contínua experimentada pela maioria das famílias das meninas em situação de rua é um fator agravante.
- As autoridades municipais não têm nenhuma política que focaliza o assunto de meninas em situação de rua.
- Nem a comunidade nem os políticos compreendem quão sério é realmente o assunto de prostituição infantil.

[14] Esta Boa Prática está baseada no Programa de Ação de Modelo Abrangente para Reabilitação de Meninas que Trabalham na Rua em St. Petersburg, 1 de Abril de 2001 - 30 de Junho de 2002, incluindo a própria avaliação final.

[15] Análise aprofundada do IPEC sobre a situação de crianças trabalhando na rua em St. Petersburg (Outubro de 2001).

- Os mecanismos de reabilitação existentes são inadequados e precisam ser ajustados para conhecer a situação prevalecente entre as crianças em situação de rua.

Em lugar de resolver o problema de pobreza para estas crianças, a prostituição tende a perpetuar o ciclo de pobreza e exploração. São necessárias opções que permitam às crianças em situação de rua fugir deste círculo vicioso. Os programas de reabilitação têm que oferecer alternativas viáveis para a vida nas ruas, e estes devem ser atraentes para as crianças e sustentáveis num tempo mais longo, assegurando que as crianças possam sobreviver sem os salários informais da rua. Argumentos fortes existem então para programas de reabilitação que responde às necessidades específicas de meninas em situação de rua.

Estas necessidades entram em dois tipos: necessidades práticas que surgem das condições imediatas atuais que os empurram para a rua — i.e. a necessidade de dinheiro, a situação familiar; e necessidades estratégicas a longo prazo, que se referem à posição subordinada de tais meninas na sociedade [16]. As necessidades práticas têm que ser conhecidas em uma base cotidiana, e os programas de reabilitação têm que facilitar a reunião de tais necessidades. Por outro lado, visar as necessidades estratégicas envolve um processo gradual de mudança de atitudes da sociedade, inclusive as atitudes das próprias meninas. Porque o assunto de prostituição infantil envolve aspectos econômicos e psicológicos, intervenções de reabilitação têm que ir além de simplesmente satisfazer as necessidades básicas práticas para desenvolver um programa de reabilitação mais inclusivo, um que seja endereçado às necessidades estratégicas a longo prazo.

Um programa de ação da OIT/IPEC desenvolveu um modelo de reabilitação para crianças em situação de rua, e aplicou isto em 100 meninas com idades entre 12 e 18 anos. Implementado em St. Petersburg, Rússia, entre 1 de abril de 2001 e 30 de junho de 2002, o programa de ação, executado pelo Troca de Trabalho entre Mulheres de St. Petersburg, apresentou uma resposta ao aumento alarmante de crianças em situação de rua na região noroeste da Rússia, especialmente em St. Petersburg. O grupo designado foram as meninas que trabalham na rua que tinham saído da escola, que foram afetadas pela crise familiar contínua, e estavam enfrentando exclusão social e isolamento.

O componente criativo do programa promoveu realização pessoal e uma visão pessoal do futuro, proporcionando para as meninas habilidades não-tradicionais. No passado, as meninas foram forçadas a aprender a costur porque acreditavam que uma menina, que tenha se envolvido anteriormente em prostituição, poderia trabalhar só como operadora de máquina de costura. Ao invés, quase a metade das meninas completou um curso em cerâmica, pintura têxtil e pintura em madeira, proporcionando-lhes habilidades profissionais e aumento do amor próprio. Para cada menina foi proporcionada ajuda psicológica individual para encorajar a sua reabilitação, desenvolvimento pessoal e socialização. Foram proporcionadas para 78 famílias um aconselhamento psicológico contínuo para apoiar as meninas e criar um ambiente mais conducente para a reabilitação das filhas e irmãs.

Antes da implementação deste programa de ação da OIT/IPEC, St. Petersburg não teve um modelo de reabilitação de longo alcance que combinasse intervenções familiares (para restringir as meninas de deixarem a casa), reabilitação psicológica e serviços de treinamento não-tradicionais. O programa de ação da OIT/IPEC não só trabalhou em harmonizar relações familiares, como também desviou as meninas das ruas e inspirou uma mudança pessoal nelas.

[16] A noção de distinção entre as necessidades práticas de gênero e as necessidades estratégicas de gênero podem ser encontratadas em C. Moser: "Planejar gênero no Terceiro Mundo: encontrando as necessidades práticas e estratégicas de gênero", no *Desenvolvimento Mundial*, Vol. 17, n°.11, 1989.

## *Principais passos para iniciar o programa de ação*

- Foram desenvolvidos seis programas para reabilitação inclusiva para um total de 100 meninas nas faixas etárias de 12 a 14 e 14 a 18 anos dentro da estrutura do programa de ação.

- Cem meninas estudaram artes e habilidades vocacionais em uma das áreas seguintes: cerâmica, pintura têxtil e pintura em madeira.

- Para todos os aprendizes foram proporcionadas terapia individual e psicológica de grupo, visando as necessidades mais estratégicas das meninas.

- Apoio de crise familiar foi provido como uma parte integrante dos programas.

- O Centro para Jovens de St. Petersburg para Aconselhamento da Carreira e Apoio Psicológico era uma organização associada, e ajudou na implementação do projeto. O Centro organizou exame médico inicial e prova psicológica das meninas para traçar um perfil. Também proveu terapia e conselhos para as meninas e os parceiros familiares. Sociólogos do Centro estudaram o impacto das criatividades artísticas na personalidade e padrões de comportamento.

- A metodologia de pesquisa incluiu um questionário de pós-treinamento e entrevistas abertas com pais administrados durante as sessões de aconselhamento. Além das 100 famílias, 78 (320 pessoas) participaram do programa de apoio psicológico.

- 81 meninas completaram o curso de reabilitação e receberam certificados de graduação. Os 30 melhores diplomados receberam certificados "especiais". Uma exibição final dos trabalhos das meninas aconteceu no Palácio de Shuvalov, um dos melhores palácios em St. Petersburg, com a assistência de mais de 1.000 pessoas.

- Os meios de comunicação de massa cobriram o programa em todas as fases. Vários programas da TV mostraram as meninas, professores e psicólogos no trabalho. Os problemas de meninas que trabalham na rua em St. Petersburg, como também a implementação do programa, estavam cobertos por rádio e jornais. O programa até chamou a atenção de três estações de mídia estrangeiras.

## *Por que o programa de ação é uma Boa Prática na integração de gênero?*

**Ação específica de gênero.** O programa era uma iniciativa específica de gênero com vistas a melhorar a situação de meninas que trabalham na rua, e foi incluído na Categoria 2 de ações necessárias para promover a inserção de gênero.

Porque visou ambas as necessidades práticas e estratégicas das meninas, o programa de ação com o modelo de reabilitação para meninas que trabalham na rua também é incluído como uma Boa Prática na integração de gênero. As necessidades práticas das meninas foram visadas através da formação profissional criativa. As necessidades estratégicas das meninas foram visadas através dos esforços para aumentar o amor próprio, com muitas meninas informando depois do programa que elas se sentiam mais confiantes e otimistas sobre o futuro. Aumentar a consciência da condição das meninas e de seus problemas específicos também era um foco do programa, com a ampla cobertura da imprensa serviu em parte para educar o público.

## Eficácia/impacto

O programa foi avaliado para medir seu impacto. Resultados da pesquisa sobre o questionário de avaliação que envolve as meninas e seus pais, junto com as observações de professores e psicólogos, mostra que o programa fez uma diferença significativa para as meninas. Por exemplo, os pais declararam que havia menos conflitos em casa; e as meninas apresentaram maior interesse nos estudos e no desempenho escolar. As próprias meninas puderam descrever melhor seus planos de carreira, aumentando sua autonomia [17] num futuro próximo, e os psicólogos observaram uma condição psicológica melhorada.

## Replicabilidade

O programa de ação alcançou claramente resultados de política positivos e mostra o real potencial para a replicabilidade.

O programa de ação e a agência de implementação trabalharam com as autoridades municipais e a polícia. Várias reuniões foram feitas com os representantes da cidade e o líder do departamento de coordenação dos conselhos municipais de St. Petersburg, como também os chefes dos programas sociais sob a responsabilidade do Comitê de Trabalho e Proteção Social. O futuro do modelo de reabilitação foi posto na ordem do dia, e o Vice-Governador de St. Petersburg propôs autorizar a equipe do programa a avaliar os serviços sociais que funcionam atualmente sob a responsabilidade do Comitê de Trabalho e Proteção Social. A equipe do programa também foi convidada a fazer recomendações para a agenda de política social de 2002-2003, e recebeu grandes elogios do Chefe do Departamento de Formação Profissional e Recursos Humanos e do Chefe do Departamento de Orientação Vocacional, no Ministério do Trabalho russo.

## Sustentabilidade

Aconselhamento extenso, com uma ênfase nas habilidades de comunicação, deixou as meninas mais capazes para discutir os problemas e lidar com situações de crise. A equipe do programa também observou um aumento na tolerância para com os outros. Noventa por cento era de meninas dispostas a continuar uma formação profissional para alcançar melhores resultados. Porém, os psicólogos recomendam que a orientação psicológica e vocacional seja contínua durante seis a oito meses, reforçando assim as habilidades adquiridas por um período mais longo. Estão sendo considerados planos para um modelo de de réplica entre duplas, por meio do qual os aprendizes diplomados facilitariam a reabilitação de mais meninas que trabalham na rua. O modelo também poderia ser adaptado e poderia ser aplicado a meninos que trabalham na rua.

## Relevância

As autoridades municipais e o público responderam positivamente aos resultados. A administração da cidade propôs que a equipe do programa de ação e os organizadores

[17] De acordo com Schrijvers (1993), a autonomia das mulheres é um conceito que se refere ao "controle ampliado pelas mulheres sobre suas próprias vidas e corpos, assegurando no processo um senso de dignidade e de auto-determinação(...). Isto expressa o princípio de uma atitude de força interior, uma atitude que dá lugar para transformações que chegam pelos seus recursos interiores, aumenta e trabalha contra uma dominação indesejada". Schrijvers Joke: "Em direção de uma autonomia ampliada? O trabalho da mulher camponesa nas províncias do centro-norte do Sri Lanka", em Raju Saraswati; Bagchi, Deipica (eds.): *Mulheres e o trabalho no Sul da Ásia: modelos e perspectivas* (Londres, Routledge, 1993).

avaliassem os serviços sociais da cidade. Isto indica que o programa já contribuiu para a erradicação do trabalho infantil, assentanto as bases para melhorar a eficiência dos serviços sociais de St. Petersburg.

## *Eficiência e implementação*

A OIT/IPEC proveu ajuda, enquanto o Conselho Nórdico de Ministros comprou materiais para o programa e o UNICEF proveu fundos para os equipamentos.

As condições necessárias para as Boas Práticas incluíram:

- Falta de programas de reabilitação inclusivo para meninas que trabalham na rua em St. Petersburg significou que tal serviço era necessário.
- O modelo de reabilitação foi construído em uma fundação sólida, o resultado de muitos anos de trabalho pelos professores e psicólogos que complementaram um ao outro e trabalharam bem como uma equipe.
- Elementos paralelos importantes do programa incluíram reabilitação familiar psicológica, apoio psicológico contínuo, desenvolvimento criativo e formação profissional.
- Todos os professores tiveram qualificações excepcionalmente altas e acreditaram na beleza de trabalho criativo pelas meninas em situação de rua, inspirando assim os aprendizes.
- Todos os psicólogos participantes eram profissionais, e os programas de aconselhamento eram adaptados para cada menina.
- O foco eram as meninas que escutam umas às outras, trabalhando em grupos, analisando as próprias situações e resolvendo conflitos.

**Mais informações:**

Agência associada: Bolsa de Trabalho de Mulheres de St. Petersburg. E-mail: vli@mail.rcom.ru.- Sra. Luodmila Velichko, Chefe de Bolsa de Trabalho de Mulheres de St. Petersburg. Grimeninoedova kan.107, 190000 St., Petersburg, Rússia. Tel. +7 812 315 30 27.

OIT/IPEC: *Modelo inclusivo para reabilitação de meninas que trabalham na rua em St. Petersburg relatório de auto-avaliação final*, 1 de abril de 2001 - 30 de Junho de 2002.

*Análise detalhada da situação de crianças que trabalham na rua em St Petersburg 2000*, em inglês (St Petersburg, 2002). (em russo).

*Análise detalhada da situação de crianças que trabalham na rua em Moscou 2001*, em inglês (St Petersburg, 2002). ISBN 92-2-112989-6; (em russo).

*Análise detalhada da situação de crianças que trabalham na Região de Leningrado 2001*, em inglês (St Petersburg, 2002). (em russo).

**O pessoal do IPEC familiar com a prática:**

Alexei Boukharov IPEC/St. Petersburg: ipec@undp.spb.ru; http://www.ilo.ru/.

Klaus Guenther, IPEC SEDE, Genebra: guenther@ilo.org.

## 2.2. Uma abordagem integrada que visa as meninas envolvidas no trabalho rural e doméstico – Turquia

Nível 3: Boas Práticas reproduzidas

**Palavras-chave**: visando as meninas; ações específicas de gênero; atenção também para homens, famílias; programa de ensino a distância; abordagem de interagência; as meninas envolvidas com trabalho rural e doméstico; programa de geração de renda; treinamento de habilidades; organização associada com experiência em zonas rurais.

**Estas Boas Práticas ilustram uma gama de abordagens sensíveis de gênero com respeito ao problema de meninas envolvidas no trabalho rural e doméstico. Todas as abordagens incluíram um envolvimento da comunidade e medidas incorporadas anti-pobreza, formação profissional, apoio educacional, treinamento de planejamento familiar e aumento da consciência pública** [18].

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

A integração de gênero já não sugere que programas não deveriam visar em um único grupo alvo. Visando as meninas, por exemplo, podem às vezes provar ser a porta de entrada mais prático para superar desigualdades ou para elevar consciência referente as condições difíceis que as meninas vivem. Uma abordagem focalizada pode ser efetiva a longo prazo se, ao mesmo tempo, as organizações encarregads ou agências associadas enfrentarem a raiz do problema.

As ações focalizadas são particularmente efetivas onde o grupo alvo convida à ação. Nestas Boas Práticas, por exemplo, nós aprendemos que as meninas envolvidas no trabalho doméstico apresentavam um desejo forte de avançar na educação [19]. Na Turquia Oriental, porém, dois fatores básicos mantêm as meninas fora da escola: preocupações religiosas que meninas jovens educadas afastam-se dos valores espirituais e morais; e fardos financeiros extras no orçamento — pais com recursos limitados tendem a investir mais na educação dos filhos, e suas filhas são freqüentemente mantidas em casa. Em casa, as tarefas domésticas das meninas incluem tarefas como criação de animais, capinar, coletar forragem e limpeza e manutenção doméstica. Qualquer intervenção que vise manter as meninas na escola, reduzindo seus fardos de trabalho doméstico, diminui os incentivos familiares relacionados a escolarizar as filhas.

Uma análise do trabalho infantil rural e doméstico em Erzurum, uma cidade na Turquia, revelou as seguintes categorias de problemas:

- relacionados com a família (pobreza, migração, falta de treinamento em controle de natalidade, procura de trabalho infantil e atitudes culturais com relação à educação das meninas);
- relacionados com a educação (disponibilidade escolar, custo, qualidade de educação, freqüência, atitudes com relação à educação); e
- relacionados com o ambiente (desmatamento, abastecimento de água, infra-estrutura, disponibilidade de terra cultivável).

[18] Esta Boa Prática está baseada no programa de ação de formação profissional para o trabalho infantil rural e doméstico da OIT/IPEC, Erzurum, Turquia, Março – Novembro de 1999.

[19] De acordo com um estudo feito pela ONG Fundação de Desenvolvimento da Turquia, na Turquia.

Um programa de ação que teve uma visão ampla sobre o problema do trabalho infantil rural e doméstico foi administrado em quatro cidadezinhas de Erzurum entre de março de 1998 e novembro de 1999 [20]. A Fundação de Desenvolvimento da Turquia (DFT), uma ONG, era a agência de implementação.

### *Principais passos para iniciar o programa de ação*

O programa de ação visou um grupo de 100 crianças de escola primária (56 meninas e 44 meninos) entre as idades de 9 e 12 anos, e um grupo de 60 meninas entre as idades de 12 e 15 anos que tinham completado 5 anos de ensino primário e que ajudaram nas atividades de agricultura de subsistência.

Principais passos para implementar o programa:

- Trabalhar para suprimir medos familiares e suspeitas sobre o programa foi essencial no começo do programa de ação. A confiança foi gradualmente estabelecida.

- Foram empreendidas intervenções para reduzir o trabalho rural e doméstico em muitas frentes. As meninas e meninos ainda na escola foram ensidados a trabalhar com agricultura, arborização, cultivo vegetal, produção de muda em estufas, criação de animais, produção de leite e análise de terra. Às meninas que já tinham deixado a escola, tendo completado só cinco anos de ensino primário, também foram oferecidas oportunidades de treinamento no cultivo de legumes.

- Muitas meninas se matricularam nos programas de aprendizagem a distância provimodo pelo Ministério de Educação.

- Às meninas que já tinham deixado a escola primária e tinham sido envolvidas no trabalho doméstico, foram oferecidos meios para estudar mais efetivamente, administração de tempo e explorar o significado pessoal de aprender, de forma que elas pudessem continuar a educação. Estudantes de uma universidade local se ofereceram para administrar este elemento do programa.

- Professores locais foram envolvidos no desenho do treinamento de habilidades vocacionais, e reservaram um tempo todas as semanas para o programa.

- Vinte e cinco sistemas de energia solares foram divididos entre 50 casas, e isto contribuiu para deixar tempo livre de tarefas domésticas para as meninas.

- Para reduzir a necessidade de trabalho infantil, um projeto de sistema de irrigação criou oportunidades de geração de renda para pais de crianças que trabalham.

- Uma sessão de treinamento que dura o dia inteiro foi promovida pela administração local, focalizando a importância de prover oportunidades educacionais para meninas, o problema do trabalho infantil rural e doméstico e um modelo de educação alternativo para essas meninas.

- O programa de ação foi implementado pelos esforços comuns do PNUD, que desenvolveu geração de renda e criação de trabalho para os pais das crianças-alvo; do UNICEF, que promoveu um programa de apoio educacional para 60 meninas envolvidas no trabalho doméstico; da UNFPA, que administrou um treinamento de saúde reprodutiva e controle de natalidade para as crianças e os pais; e da OIT/IPEC,

[20] As cidades de Altinçanak, Pulur, Kirazli e Gölbaşi no Distrito de Uzundere.

que promoveu formação profissional e atividades de geração de renda para o grupo designado.

### *Por que o programa de ação é uma Boa Prática na integração de gênero?*

**Ações específica de gênero e sensível ao gênero.** Este programa — classificado aqui como uma ação tipo de Categoria 2 para inserir o tema gênero em todas as atividades — adaptou mais de um tipo de intervenção sensível ao gênero para a situação de meninas rurais. Embora o programa tenha administrado ações principalmente específicas de gênero que visam as meninas rurais, reconheceu que as mulheres, homens, meninos e meninas não vivem em isolamento uns dos outros. As identidades das meninas, suas atividades em trabalho rural e doméstico e seus comportamentos são altamente interdependentes com relação aos outros membros da família. Foram feitos esforços para envolver os meninos e as famílias como parceiros e aliados focando o trabalho das meninas rurais.

### *Inovador e criativo*

O programa aplicou uma única abordagem educacional. Em 1997, a lei turca mudou o número mínimo de anos de ensino obrigatório para todas as crianças de 5 a 8 anos. Reconhecendo que devolver as crianças à educação em tempo integral não era uma opção realística, foram oferecidas às meninas a oportunidade para se inscreverem em um programa de aprendizagem a distância promovido pelo Ministério de Educação, e foram promovidas estudo. A cooperação com o Ministério de Educação e a agência associada evoluiu ao ponto onde centros de estudo foram estabelecidos nas cidadezinhas designadas, assim as meninas estudantes poderiam se concentrar nos estudos fora do ambiente de casa mas sem ter que freqüentar uma escola.

### *Eficácia/impacto*

Um modelo existe agora para reduzir as horas de trabalho de meninas no trabalho doméstico não remunerado — frequentemente referido atualmente como “trabalho da casa” — e para continuar sua educação formal. A capacitação técnica como uma ferramenta para prevenir o trabalho infantil foi oferecido ao mesmo tempo em que foram criados os centros de aprendizagem para a provisão de apoio educacional. O componente de geração de renda do programa teve um impacto considerável. Vinte famílias tiveram uma renda anual combinada de US$10,000 e, através de atividades como cultivo de vegetais, 40 famílias ganharam US$5,000. Quinze famílias plantaram 3.000 árvores frutíferas com uma renda anual esperada de US$5,000.

O treinamento do pessoal da agência de implementação e dos professores, inspetor e diretores teve um impacto muito positivo nas crianças. O Ministério de Educação e a agência associada, a Fundação de Desenvolvimento da Turquia, alcançou uma relação de estreita colaboração. Um programa conjunto entre agências da Uma agência de programas membros da ONU (UNDP, OIT/IPEC, UNICEF e UNFPA) foi implementado sem qualquer problema.

Uma avaliação do impacto social, realizado juntamente com os beneficiários, indicaram que as condições das meninas melhoraram nas cidadezinhas, o amor próprio melhorou, e mais pais estavam dispostos a enviar as meninas para a escola.

## Sustentabilidade

A estratégia de integralidade do programa teve beneficiários que participam em todas as fases, contribuindo para a sustentabilidade do programa.

Antes do programa, reuniões com meninas trabalhadoras domésticas em cada cidadezinha identificaram aquelas que queriam participar do programa. Ao dar responsabilidade para as meninas durante a execução do programa, foi possível assegurar o contínuo interesse delas. Por exemplo, a seis meninas — duas de cada uma das três cidadezinhas do projeto — receberam responsabilidades específicas como organização de reuniões e distribuição de equipamento. O total envolvimento dos pais, da administração local (o governador de distrito, diretores escolares e professores) também foi importante para a sustentabilidade. Uma intensa ação de *advocacy* e a tomada de consciênciam pelas autoridades locais aumentaram o interesse do governo. O escritório do governador proveu apoio para mobilizar recursos humanos e permitiu ao programa usar o estabelecimento.

## Reação/força ética

Uma análise socioeconômica realizada antes do programa de ação assegurou que fossem levados em conta os interesses e perspectivas das meninas rurais. O programa respeitou as leis relacionadas à educação formal para todos.

## Replicabilidade

O sucesso deste programa resultou em que quatro governadores de distrito em Erzurum preparam propostas de programa para réplica nos seus próprios distritos. O Ministério de Educação Nacional aceitou o modelo, e a possibilidade de réplica está em estudo. O modelo educacional do programa está sendo reproduzido em Diyarbakir dentro da estrutura do programa de ação “Centro para Crianças que Trabalham nas Ruas” da OIT/IPEC. Este modelo também foi apresentado a empregadores, que estão considerando esta abordagem para criar oportunidades educacionais alternativas para crianças que trabalham na indústria.

## Condições necessárias para estas Boas Práticas

- Uma análise socioeconômica já tinha delineado as razões para o trabalho infantil doméstico. Isto assegurou o desenvolvimento de intervenções culturalmente apropriadas, e as situações de meninas rurais nã fosse tratada se levar em conta suas famílias.

- Desenho de um componente de alívio da pobreza para eliminar o trabalho infantil em áreas rurais abrangeu uma parte do programa.

- Uma agência de implementação, em lugar de somente procurar por uma única solução, estava disponível para abordar inclusive o problema do trabalho rural e doméstico.

- As várias agências da ONU envolvidas estavam dispostas a cooperar, reduzindo a duplicação de esforços e capitalizando nas respectivas forças das agências individuais.

- A agência de implementação, usando uma abordagem participativa, foi capaz de engajar a comunidade no desenho do programa. A agência apresentou extensa experiência, e ganhou a confiança entre os cidadãos. Para facilitar o monitoramento das atividades de programa, alguns menbros da equipe mudaram-se para uma das

cidadezinhas participantes, visitando as outras cidadezinhas diariamente. Dedicação, compromisso e motivação do pessoal foram de importância suprema.

- Cooperação e boa comunicação com o Ministério de Educação Nacional e agências associadas foram essenciais. O contato efetivo estabelecido com a administrações local em todas as fases do programa criou um ambiente local muito encorajador.

**Mais informações:**

Escritório da OIT em Ancara: Ferit Recai Ertugrul Caddesi, N°. 4, 06650 Oran, Ancara, Turquia. Tel. +90 312 491 9890; fac-símile +90 312 491 9945, 491 9946; e-mail: ankara@ilo.org; zaim@ilo.org

OIT/IPEC SEDE: Sule Caglar, Genebra: caglar@ilo.org.

Fundação de Desenvolvimento da Turquia: Cetin Emeç Bulvari 8 Cad, N°. 14/8, Övecler, Ancara. Tel. 90 312 483204; e-mail: ahmet_saltik@ktg.com.tr;

Sr. Erkan Ozcelik, Oficial de Programa,

Cetin Emec Bul., 7 Cad., N°. 39 Dikmen 06460, Ancara, Turquia. Tel. 90-312-480-6787 ou 90-312-480-6105; fac-símile 90-312-480-7921; e-mail: tkv_eo@ktg.com.tr; site: http://www.ktg.com.tr.

UNICEF: Tunali Hilmi Cad. N°. 88/114, 06700, Kavaklidere/Ancara. Tel. (90-312) 427 8561; fac-símile (90-312) 427 5740; e-mail: ankara@unicef.org. Veja também o Boletim informativo da UNICEF, pág. 7, a http://www.die.gov.tr/CIN/neswsletter2.pdf.

UNFPA: Birlik Mahallesi, Cadde N°. 11 Çankaya, Ancara, Turquia, 06650.

UNDP: UN House, Birlik Mahallesi 2. Cadde N°. 11, 06610 Cankaya, Ancara. Tel. (90) 312 - 454 11 00; fac-símile (90) 312 - 496 14 63, (90) 312 - 496 14 65; e-mail: registry.tr@undp.org.

## 2.3. HIV/AIDS e trabalho infantil na África do Sul, Tanzânia e Zâmbia: uma perspectiva de gênero

Nível 1: Prática inovadora

**Palavras-chave**: HIV/AIDS; fatores da demanda; atitudes masculinas; sensibilizando os homens; educação.

**Como milhões de crianças são afetadas pelo HIV/AIDS em suas famílias, aumentou-se a probabilidade de ter que trabalhar para sobreviver. Isto torna tais crianças vulneráveis ao assédio sexual e manipulação. Esta Boa Prática ilustra que sensibilizar os homens sobre estes assuntos pode facilitar a tomada de consciência e redução de relações de poder sexuais entre crianças e adultos.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

A ocorrência de HIV/AIDS acrescenta uma dimensão trágica às piores formas de trabalho infantil. Com a morte de um ou de ambos os pais que sofriam de HIV/AIDS, milhões de crianças ficaram órfãs e milhões mais ficarão. Muitos destes órfãos encontrarão segurança nas casas de parentes. Porém, outros deixarão a escola e procurarão trabalho para sobreviver.

A corrência de HIV/AIDS complica o desafio de reduzir o trabalho infantil de vários modos:

- Resulta em uma mudança rápida dos papéis domésticos e as estratégias de sustento. Por exemplo as crianças ou as mulheres mais velhas devem fazer todo o trabalho agrícola, ou as crianças têm que assumir o cuidado total dos irmãos mais jovens. Um fardo especialmente severo é colocado freqüentemente nos ombros da menina que tem que prover ambos os cuidados pelos pais doentes e os serviços da casa para a família inteira.

- Resulta em mais órfãos e mais crianças que são forçadas a buscar renda em vez de se escolarizar, tornando assim as crianças mais vulneráveis para a exploração, particularmente no comércio de sexo.

- Aumenta o risco de que as crianças vulneráveis se envolverem em sexo comercial para sobrevivência.

De acordo com estudo realizado pela OIT [21], a exploração sexual entra em duas amplas categorias:

- a exploração sexual comercial de crianças — crianças em formas evidentes de prostituição; e

- padrões culturais, relações de poder baseadas em gênero e outras injustiças socioeconômicas que tendem a coagir as crianças em proporcionar favores sexuais ou se engajar em "sexo de sobrevivência".

[21] B. Rau: Combatendo o trabalho infantil e o HIV/AIDS na África Sub-Sahariana: uma revisão de políticas, programas e projetos na África do Sul, Tanzânia e Zâmbia para identificar as Boas Práticas. O HIV/AIDS e o trabalho infantil, Documento n°. 1, preparado pela Organização Internacional do Trabalho, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Julho de 2002.

Assim, além das meninas forçadas a prostituirem-se, crianças que se encontram em situação de alto risco de abuso e infecção de HIV incluem todas aquelas colocadas em situações onde, para sobreviver, elas têm que se submeter à exploração sexual. É importante focalizar neste grupo mais amplo de meninas vulneráveis (e meninos) que são coagidos e manipulados em condições sexualmente exploradoras, como também essas meninas (e meninos) que estão em prostituição evidente.

Em 2002, a OIT/IPEC publicou uma avaliação de políticas, programas e projetos relativos ao trabalho infantil e o HIV/AIDS na África do Sul, Tanzânia e Zâmbia. Este estudo identificou uma gama de respostas nacionais, algumas das quais ilustraram elementos de Boas Práticas em ações contra o trabalho infantil e HIV/AIDS. O estudo evidenciou essas práticas merecedoras de análise mais detalhada, maior validação e eventual réplica. É recomendado que a revisão completa seja estudada em detalhes. Abaixo, nós focalizamos em somente um destes elementos de Boas Práticas, um que é particularmente pertinente à integração de gênero, endereçando fatores de demanda para orientar e sensibilizar os homens.

Seja direta ou indiretamente, biológica ou socialmente, as mulheres, homens, meninos e meninas podem, todos, serem afetados pelo HIV/AIDS. Respostas para a ocorrência não podem estar baseadas na suposição de que os indivíduos, quando providos com informação precisa, evitarão a infecção adotando práticas de sexo seguras. A informação faz parte de qualquer estratégia de prevenção, mas não é suficiente em si mesma. A expansão do HIV/AIDS deve ser entendida dentro do contexto da sociedade, em particular a natureza patriarcal da família, educação, mídia, religião e organizações econômicas e a influência em comportamento sexual. De preocupação particular é a incidência de comportamento sexual coercitivo, lamentavelmente com freqüência relacionados aos assuntos de trabalho infantil.

### *Principais passos para realização da revisão*

A revisão foi preparada com base em ampla pesquisa de fontes a partir de entrevistas com informantes fundamentais realizadas em cada país durante abril e maio de 2002. Informantes incluíram as pessoas dentro de ministérios/departamentos de governo, pesquisadores, planejadores de projeto e especialistas, organizações de proteção e redes e o pessoal das Nações Unidas, inclusive os líderes da equipe da OIT/IPEC que faz avaliações rápidas sobre o HIV/AIDS e sobre o trabalho infantil em três países Sub-Saarianos: Zâmbia, Tanzânia e África do Sul. Um número grande de organizações foi contatado durante a revisão. Relatórios, estimativas, avaliações, políticas, documentos de proteção e foram consultados artigos de jornal. Documentos importantes da OIT/IPEC, especialmente avaliações feitas sobre o trabalho infantil na Tanzânia, proveram dados valiosos da linha de base.

### *Por que a revisão é uma Boa Prática para a integração de gênero?*

**Ação específica de gênero e sensível ao gênero.** A *Revisão do trabalho infantil e HIV/AIDS: uma avaliação de políticas, programas e projetos na África do Sul, Tanzânia e Zâmbia* é incluída aqui como uma Boa Prática porque lista muitas respostas nacionais pertinentes para a integração de gênero e o combate ao trabalho infantil. Nestas Boas Práticas, porém, nós focalizamos um elemento (entre muitos outros) que emerge da revisão — “o lado da demanda” da exploração sexual chama muito mais atenção do que tem sido até agora.

A grande maioria de estudos e intervenções nos países em revisão trata exclusivamente o lado de provisão de trabalho sexual e exploração infantil. Quer dizer, ou

eles buscam impedir que as crianças passem por situações de exploração sexual, ou retirem as crianças de tais situações. As Boas Práticas em discussão aqui é de interesse àqueles que desejam considerar o papel das atitudes e comportamento masculinos nos seus esforços para incluir assuntos de gênero nos programas. Nós incluímos estas Boas Práticas em Categoria 2: ação específica de gênero. Relações desiguais entre homens e mulheres influenciam a tomada de decisão sobre a sexualidade. Assim, devem ser levadas em conta as identidades de gênero e comportamento de homens e os homens precisam ser visados — uma ação específica de gênero.

## *Inovador: foco nas atitudes sexuais e comportamentos masculinos*

A revisão achou que aquela pouca atenção é dada para a demanda, onde atitudes masculinas, comportamento e as influências sociais que criam uma demanda para prostituição infantil são largamente responsáveis pela exploração sexual e abuso infantil. A revisão documenta como as meninas, em particular, estão sujeitas à coerção sexual, manipulação e molestamento por certos homens em sociedade. O molestamento pode acontecer mesmo que as crianças estejam na escola, trabalhem como criadas domésticas, tentando ganhar dinheiro vendendo pelas ruas ou trabalhando em prostituição. Convicções sociais e culturais às vezes justificam ou não o reconhecimento do abuso sexual masculino em crianças. Na região em estudo, a revisão encontrou programas que discutem a responsabilidade sexual masculina até certo ponto, mas normalmente só em relação à prevenção de HIV/AIDS com parceiros adultos em lugar de crianças.

Mulheres/meninas são freqüentemente incapazes de negociar por sexo seguro — uma consideração importante limitando a expansão da infecção por HIV/AIDS. Por razões biológicas e outras, além disso, as mulheres são infectadas e afetadas diferentemente dos homens, sendo meninas jovens particularmente mais vulneráveis à infecção de HIV/AIDS que outros grupos. Freqüentemente, a própria menina ou os pais dela são culpados, pelo menos inicialmente, se uma menina é estuprada ou se envolve em prostituição. É dada muito pouca atenção ao papel de homens que estupram, procuram crianças em prostituição, ou forçam as meninas a participaremm de situações sexuais. Sensibilizar os homens e tentar mudar atitudes patriarcais tem aplicabilidade para as atividades de integração de gênero em todas as regiões e para a maioria dos assuntos. Se eles desejarem ter relações de gênero mais eqüitativas com mulheres, os homens têm que mudar suas atitudes e comportamentos em relação às mulheres.

A revisão enfatizou que, de todas as organizações contatadas, uma única fez a conexão explicitamente entre demanda sexual masculina e a vulnerabilidade sexual de crianças. Molo Songololo, baseado na África do Sul, produziu um estudo que sublinha a demanda masculina como o fator principal na exploração sexual de crianças. Eles apresentam assim um exemplo de uma organização que empreendeu as Boas Práticas para examinar a demanda de homens e a vulnerabilidade das crianças. A Organização de Desenvolvimento e Saúde das Mulheres de Kiota na Tanzânia (KIWOHEDE), uma ONG da Tanzânia, aplica uma abordagem às pessoas interessadas em envolver as pessoas locais diretamente na prevenção da exploração sexual infantil. O KIWOHEDE é outro exemplo de uma organização que empreendeu, até certo ponto, as Boas Práticas de identificar o papel central de homens na exploração sexual de crianças e meninas.

A revisão mostra claramente que qualquer estratégia global para combater o HIV/AIDS precisa de componentes que visem alterar as atitudes sexuais masculinas e questionar as normas sociais que permitem um comportamento de exploração sexual. Dando uma maior atenção pública à necessidade de mudar tais atitudes, ou fortalecendo a execução de leis que proíbam abuso sexual de meninas e meninos por homens ou

mulheres, é uma prática indicada [22]. Informar as crianças sobre seus direitos de não serem abusadas sexualmente, e de como elas podem ver que tal prática é forçada, deveria fazer parte de qualquer estratégia. Ainda, mais organizações nos três países estão enfocando os direitos da criança, inclusive ensinando às crianças que elas têm o direito de não serem molestadas sexualmente ou abusadas.

### *Relevância na sensibilização dos homens*

Abordagens nacionais para o trabalho infantil e HIV/AIDS tendem a prestar uma atenção insuficiente a atitudes sexuais e comportamentos masculinos. Porém, a revisão sugere muitas oportunidades potenciais para sensibilizar homens que se interessam pelo abuso sexual de crianças. Várias organizações, a revisão informa, já estão começando a trabalhar na prevenção de formas abusivas de trabalho infantil que exponham as crianças à infecção do HIV. A Coalizão Empresarial Zambiano sobre AIDS, por exemplo, está encorajando o desenvolvimento de materiais educacionais relativos à exploração sexual de crianças por adultos válidos para todos os empregados. Esta também é uma Boa Prática.

No Zâmbia, iniciativas que abordam atitudes e comportamentos masculinos que colocam as crianças, particularmente meninas, em risco de exploração sexual e infecção do HIV, tomaram forma de campanhas de consciência pública através da mídia. Recentes informações e iniciativas de educação focalizaram prevenir a transmissão de HIV/AIDS através de um comportamento sexual masculino responsável. O abuso sexual de meninas e meninos também poderia ser incluído neste programa. Na África do Sul, a mídia teve um impacto importante na elevação da consciência, contribuindo para mudanças nas normas sociais relacionadas à vulnerabilidade de crianças ao HIV/AIDS e ao abuso sexual. Informes e análises recentes em relação à violência sexual, particularmente contra meninas e mulheres, são uma parte regular de cobertura realizada pela mídia.

A colcaboração da OIT/IPEC com setores empresariaos e sindicais na África do Sul oferece uma oportunidade para incorporar a tomada de consciência para homens. A existência de apoio da OIT à Câmara Federal de Comércio e Indústria Nacional Africana pode ser complementada com novos componentes de mudanças educacional e comportamental. Potencialmente, isto poderia alcançar milhares de empresários, seus clientes e seus fornecedores. O apoio da OIT à prevenção de HIV/AIDS entre as companhias de transportes em caminhão oferece outra oportunidade para assegurar que assuntos relativos ao comportamento sexual masculino entre adultos e prostitutas infantis faz parte do desenho de políticas do pessoal das empresas.

### *Condições necessárias para estas Boas Práticas*

Alguns assuntos relacionados ao gênero foram realçados nos relatórios dos países parceiros.

As organizações de desenvolvimento precisaram de diretrizes claras para incluir perspectivas relacionadas com gênero e uma análise de gênero em todo estudo, relatório, revisão ou análise.

[22] Na África do Sul em 2001, as autoridades receberam relatórios de 225.000 casos de estupro infantil, enquanto os especialistas em bem-estar infantil estimaram que casos não declarados de estupro infantil aumentaram de pelo menos o dobro deste número. Pelo menos um quarto das meninas urbanas e de jovens mulheres (entre 16 e 20 anos de idade) tinham sido forçadas a fazer sexo contra a sua vontade. A violência nas relações sexuais, incluindo entre crianças, é ainda mais comum.

Os “consultores”, “analistas” ou “peritos” sintetizaram as recomendações baseados nos relatórios feitos pelos países como resumo sobre a política das organizações com respeito à igualdade de gênero. O analista pôde consultar autoridades do governo, ONGs e outras pessoas interessadas relacionadas com o HIV/AIDS e assuntos de trabalho infantil.

**Mais informações:**


Bill Rau: *Combater o trabalho infantil e o HIV/AIDS na África Sub-Saariana: uma revisão de políticas, programas e projetos na África do Sul, Tanzânia e Zâmbia para identificar Boas Práticas*. Documento nº.1. OIT/IPEC, Julho de 2002 (ed. A. Amorim).

*O tráfico de crianças para propósitos de exploração sexual: África do Sul* (Cape Town, Molo Songololo, 2000).

Chalo Meio Ambiente e Consultoria de Desenvolvimento Sustentável: *Estudo sobre intervenções de Boas Práticas contra exploração sexual comercial de crianças no Zâmbia*. Minuta de relatório (Zâmbia, OIT/IPEC, 2002).

OIT/IPEC: *HIV/AIDS e trabalho infantil no Zimbábwe: uma avaliação rápida*. Documento n°. 2 (Harare/Geneva, OIT/IPEC, 2002). *

Idem: *HIV/AIDS e trabalho infantil na Tanzânia: uma avaliação rápida*. Documento n°. 3 (Dar es Salaam/Geneva, OIT/IPEC, 2002).

Idem: *HIV/AIDS e trabalho infantil na África do Sul: uma avaliação rápida*. Documento n°. 4 (Durban/Geneva, OIT/IPEC, 2002).

Idem: *HIV/AIDS e trabalho infantil no Zâmbia: uma avaliação rápida.* Documento n°. 5 (Lusaka/Geneva, OIT/IPEC, 2003).

Idem: *HIV/AIDS e trabalho infantil na África Sub-Saariana: um relatório síntese*. Documento n°. 6 (Genebra, OIT/IPEC, 2003).

UNAIDS: *AIDS: os homens fazem uma diferença*. www.unaids.org/wac/2000/campaign.html.

Mulheres, Gênero e HIV/AIDS no Leste e Sudeste da Ásia:

www.unifem-eseasia.org/Resources/GenderAids/genderaidstop.htm.

OMS: *O papel dos homens para melhorar a saúde reprodutiva*. www.who.int/hrp/progress/47/04.html.

Conselho da População: O papel dos homens. www.popcouncil.org/ppdb/men.html.

Campanha Mundial de AIDS. www.unaids.org/wac/2002/index.html.

## 2.4. Gênero “MainSCREAMing” para a educação, as artes e a mídia

Nível 2: Prática demonstrada com sucesso

**Palavras-chave**: igualdade de gênero, educação para o desenvolvimento, Concientização, mudança comportamental, igualdade de gênero em módulos educacionais métodos informais para conscientizar sobre gênero.

**Os módulos educacionais SCREAM [23] para jovens encorajam o uso de artes criativas para cobrir uma gama de assuntos relacionados com o trabalho infantil. Preocupações com gênero foram introduzidas através dos módulos SCREAM.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

Abolir as piores formas de trabalho infantil requer mudanças fundamentais do modo de pensar sobre o trabalho infantil da maioria da população. Isto inclui uma mudança no comportamento social influenciado por um sexo às custas do outro — favorecendo um sexo (normalmente os meninos) no acesso à educação, por exemplo, onde o outro sexo (as meninas) tem menos opções educacionais e assim tem que trabalhar. Por causa de regras sociais específicas de culturas, as crianças de um sexo têm freqüentemente que executar a maior porção de trabalho doméstico, deixando tais crianças com pouco tempo para desenvolvimento pessoal ou educação.

Um passo importante para mudar o comportamento humano é a mobilização, educação e empoderamento das pessoas, especialmente os jovens. Os jovens são os agentes da mudança social. Mudança positiva pode ser encorajada nos espaços onde os jovens se desenvolvem para desempenhar papéis importantes na sociedade e onde as atitudes têem peso. Jovens adolescentes podem ainda não ter fixado as idéias freqüentemente abraçados pelos seus pais com respeito aos assuntos relacionados de gênero. Eles podem não ter adotado preconceitos parciais de gênero que com relação aos tipos apropriados de comportamento, incluindo trabalho remunerado. Em algumas culturas, os jovens acreditam que tudo é possível para todo o mundo.

Os jovens, meninos e meninas, precisam de saídas positivas, construtivas para as reservas enormes de energia e tensão emocional, até mesmo a raiva, que a adolescência traz com ela. Freqüentemente jovens necessitam de conhecimento e habilidades para ajudar a trazer mudanças para a sociedade. Incluir mensagens de igualdade de gênero em iniciativas dirigidas aos jovens surte eeito a longo prazo.

O *SCREAM* (GRITO) (apoiar os direitos da criança através da educação, das artes e da mídia), iniciativa da OIT/IPEC, reconhece os recursos potenciais representados pelos jovens [24]. O *SCREAM* visa principalmente equipar os jovens com o conhecimento e habilidades necessários para ajudar a trazer uma mudança social. O ponto de partida para a iniciativa é uma série de módulos educacionais projetados para uso dos pedagogos para envolver os jovens ativamente na campanha global para eliminar o trabalho infantil. Os módulos de *SCREAM* usam o visual, literário e artes dramáticas e musicais e campanhas

[23] Esta avaliação de uma Boa Prática está baseada na Iniciativa do SCREAM para Acabar com o Trabalho Infantil (2002). SCREAM é a palavra para «grito» em inglés e é o ´slogan` escollido para o projeto: “Supporting Children´s Rights through Education, Arts and the Media”.

[24] O SCREAM foi lançado oficialmente pelo Diretor-Geral da OIT, Sr. Juan Somavia, no 1° Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, 12 de junho de 2002.

aplicadas e métodos em rede. A meta global é empoderar os jovens, prepará-los para assumir seu papel como agentes de mobilização e mudança social. Este objetivo deveria contribuir para mudanças de atitude com abordagens em assuntos sobre o trabalho infantil.

## *Principais passos para desenvolver o projeto* SCREAM

Pesquisar, traçar e testar o pacote de recursos de *SCREAM* levaram aproximadamente 19 meses. O primeiro pacote publicado inclui 14 módulos, o guia do usuário e um CD com fotos. Mais módulos serão acrescentados no futuro, e os módulos existentes serão desenvolvidos mais adiante com base na experiência.

## *Por que nós incluímos* SCREAM *como uma Boa Prática na integração de gênero?*

**Ação específica de gênero e sensível ao gênero.** A iniciativa de *SCREAM* integra os assuntos sobre a igualdade de gênero ao longo de seus módulos de educação, qualificando assim como uma Boa Prática nas ações de combate ao trabalho infantil.

A educação é a base de todo esforço sustentável para alcançar mudanças a longo prazo no comportamento e nas atitudes. Incluir a referência de igualdade de gênero ao longo de uma iniciativa educacional assegura que as atitudes populares em igualdade de gênero será criticada, e as perspectivas resultantes e recomendações serão incorporadas em políticas e programas. O processo inteiro, enquanto isso, aumenta o entendimento global dos jovens sobre a variedade de assuntos do trabalho infantil que estão ao redor. Ao mesmo tempo, *SCREAM* provê estes jovens com os instrumentos para auto-expressão que os torna capazes de abordar tais problemas.

A iniciativa de *SCREAM* eleva a consciência relativa à igualdade de gênero. Este processo é projetado para encorajar os jovens a assumir responsabilidades nos assuntos de justiça social. Independentemente de elevar a própria consciência nos assuntos de trabalho infantil e a de seus pares, os jovens são encorajados a adquirir habilidades e confiança para endereçar as mensagens de injustiça social para os mais velhos, gerações de pessoas que decidem — seus pais, outras relações, vizinhos, professores, comunidades locais e autoridades oficiais. O *SCREAM* também é incluído como uma Boa Prática em integração de gênero porque a iniciativa enfoca o tema da injustiça social no trabalho infantil de uma maneira sensível ao gênero.

Uma resposta à integração em assuntos de trabalho infantil conseqüentemente é realizado através de ações sensíveis de gênero, e — porque visa as meninas e meninos juntos, com uma visão para reparar desigualdades de gênero existentes e discriminação nos assuntos de trabalho infantil — nós incluimos *SCREAM* na Categoria 2 para conduzir a ação específica de gênero.

## *Inovadora/criativa*

Usando técnicas como atuação, colagens, pesquisa e informação, imagens, escrita criativa, debate e drama, os módulos de *SCREAM* enriquecem o conhecimento dos jovens sobretudo o que é igualdade de gênero sobre o trabalho infantil. Os jovens podem ser afastados dos tópicos "pesados", como gênero, onde eles são introduzidos num contexto educacional formal. Testando os módulos, porém, foi descoberto que poderiam ser identificadas as atitudes prevalecentes em assuntos de gênero nos vários pontos e poderiam ser discutidas com sucesso. De maneiras criativas e inovadoras, os módulos encorajaram uma discussão aberta na posição de meninos e meninas em sociedade, direitos humanos fundamentais, e como assuntos de gênero podem afetar esses direitos. Mais importante, os módulos abordaram o que pode ser feito para alcançar mudança nas atitudes sociais e no comportamento.

Métodos inovadores incluem exibição de imagens de jovens ou fotografias de trabalhadores infantis, e pedindo-lhes então que pensassem em quem é uma determinada criança e sobre o tipo de ambiente no qual ele ou ela vivem e trabalham. Em grupos, então, eles começam a construir um perfil do assunto com base em várias perguntas, muitas das quais relacionadas com assuntos de gênero. Entre outras coisas, são pedidos para os participantes que pensem se o gênero influencia no tipo de trabalho executado, e imaginam se a criança seria punida, privada, ou sexualmente abusada ou explorada. São inseridas tais perguntas entre muitas outras, enquanto ajudam estes jovens a construir um perfil progressivamente mais rico do trabalhador infantil. Para evitar estereotipar, os pedagogos são encorajados a não mostrarem imagens de meninos que fazem trabalho machista e meninas que fazem só trabalho doméstico. Realmente, imagens incluindo algumas que mostram meninas que fazem trabalho físico duro e meninos engajados em prostituição. Onde possível, é altamente recomendado misturar as meninas e meninos em sessões de grupo.

## *Eficácia/impacto*

A experiência tem mostrado que a integração de gênero nos módulos ajuda a abrir a mente dos participantes para as desigualdades e injustiças relacionadas com gênero. Como a sensibilização ao gênero é uma força organizadora na sociedade que acontece em uma fase onde ainda não estão fixados nos jovens os seus modos de pensar. Atividades como atuação ajuda os jovens não envolvidos em trabalho infantil a se colocarem na situação da criança, e começar a imaginar-se trabalhando duro durante longas horas, longe dos pais, vulneráveis, feridos, cansados e famintos, e perdendo escola e diversão. Estas atividades também ajudam os jovens a verem, baseados nos tipos de trabalho que meninos e meninas executam, os abusos respectivos aos quais eles estão vulneráveis, como o trabalho infantil difere de acordo com o gênero.

Atuação teve um impacto emocional profundo nos jovens que tomaram parte nos testes-piloto na Irlanda, no início de 2001, e na Jordânia, no final de 2001. Em um teste adicional no Nepal, no início de 2002, os jovens de um centro de reabilitação de trabalho infantil foram levados juntos com jovens mais privilegiados da mesma cidade que estavam freqüentando a escola. Juntos, eles executaram uma peça sobre o trabalho infantil. As crianças em reabilitação claramente causaram um impacto nos outros, ilustrando através deste foro o que significou ser explorado e perder a infância.

## *Relevância e sustentabilidade*

Iniciativas para a elevação de consciência em assuntos de desigualdade falham freqüentemente por falta de ações práticas. Nos módulos de *SCREAM*, porém, os pedagogos são encorajados a serem deliberadamente provocativos com os jovens [25], envolvendo-os emocionalmente nos assuntos. Por exemplo, um módulo inclui um exercício de "debate comovente", onde controvertidas declarações relacionadas com "gênero" se tornam o foco do debate [26]. Deliberadamente provocativos em suas apresentações, estes assuntos relacionados ao gênero têm maior e mais duradouro significado para aqueles envolvidos.

[25] Antes de trabalhar com jovens, os educadores são primeiramente encorajados a desafiar suas próprias convicções

[26] Declarações típicas usadas neste exercício incluem "O papel do homem é prover a família", "Meninas e meninos deveriam ser segregados na escola" e "Estereótipo de gênero leva à discriminação".

As mudanças ocorrem quando muitas pessoas demandam algo novo ao mesmo tempo — quando chamam os líderes da comunidade, políticos, governos nacionais e corpos regionais e internacionais, insistindo para que eles tomem uma atitute pertinente. Efetuar mudança com respeito ao trabalho infantil e atitudes relativas aos assuntos de desigualdade de gênero requerem tempo e compromisso. Idealmente, jovens recorerão aqueles que planejam e implementam a política para incluir assuntos de injustiça social no processo político visando mudança significativa e duradoura.

A abordagem SCREAM sugere que, para mudar a sociedade — incluindo, por exemplo, demanda de lugar de trabalho para trabalhadores infantis —, a educação tem que cercar mais do que somente uma realização acadêmica. Os jovens precisam ser alertados sobre seu papel como cidadãos globais em um mundo onde a justiça social, incluindo a justiça relacionada com gênero, está freqüentemente em falta. Isto assegura uma mudança duradoura nas atitudes dos jovens, incluindo suas cosmovisões, e encoraja seu papel ativo nos assuntos de direitos humanos através do mundo. Uma vez que os jovens estejam atentos ao papel potencialmente ativo que eles podem desempenhar, e comecem a representar seu papel na vida real — é dada ênfase em dois módulos em como os jovens podem usar a mídia para efetuar e mudar a educação da comunidade — um respeito mais sustentável e permanente pelos direitos humanos é esperado.

### *Condições necessárias para estas Boas Práticas*

- Uma equipe forte e comprometida de pedagogos teve a experiência de trabalhar com jovens, inclusive adolescentes, usando meios formais e informais em muitos contextos e culturas. Neste caso, a equipe pôde refinar uma iniciativa em um processo que encorajou a mudança comportamental através de atividades práticas.

- Os pedagogos tiveram conhecimento de assuntos de gênero sobre o trabalho infantil [27], e puderam sutilmente incluir tal assunto de uma maneira apropriada para jovens. A preparação dos módulos era tão prática quanto possível, cobrindo os assuntos principais pretendidos e incorporando preocupações de gênero.

- Uma gama de estabelecimentos educacionais, como escolas, ONGs, estabelecimentos de ensino rápido e centros de reabilitação, testaram os módulos e apresentaram avaliação.

- Os editores asseguraram que os módulos não estavam usando estereótipos, permanecendo imparciais na representação visual de meninas e meninos. Eles também asseguraram o uso de uma linguagem sensível de gênero.

**Mais informações:**

*SCREAM para acabar com o trabalho infantil: apoiar os direitos da criança através de pacotes modulares de educação, artes e mídia* (Genebra, OIT/IPEC, 2002).

**Contatos:**

Maria-Gabriella Lay, Funcionária Sênior de Comunicações, OIT/IPEC 4, Route des Morillons, CH-1211 Genebra 22; tel. 41-22 7997731; fac-símile 41-22-7998771; e-mail: lay@ilo.org.

Nick Grisewood, pedagogo e fomentador dos módulos de SCREAM para acabar com o trabalho infantil; e-mail: grisewood@ilo.org.

Escritório da OIT para Igualdade de gênero, Genebra. www.ilo.org/dyn/gender/gender.home .

[27] Veja o Anexo 2 para algumas áreas sugeridas de conhecimento em assuntos de gênero e trabalho infantil.

**Categoria 3: Mudança institucional**

3.1. Preparando a agência de desenvolvimento para assuntos de igualdade de gênero: uma revisão de gênero

3.2. Um guia prático para promover a igualdade de gênero nas ações contra o trabalho infantil

3.3. Integração de gênero no desenho e preparação de documentos de projetos da OIT/IPEC

3.4. Todo menino e menina conta: estimativa global sobre o trabalho infantil

3.5. Integrar o tema gênero nas avaliações temáticas

## 3.1. Preparando a agência de desenvolvimento para a igualdade de gênero: uma revisão de gênero

Nível 1: Prática inovadora

**Palavras-chave**: gênero e organizações; revisão de gênero; auditoria de gênero; examinando estruturas internas; gênero e pessoal.

**A *Revisão de gênero da OIT/IPEC*[28] foi uma tentativa de fazer uma avaliação transparente, alcançada através de documentos do ocorrido até o momento, para melhor entender os desafios do pessoal com respeito à integração de gênero dentro de sua própria organização.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

Antes das organizações de desenvolvimento poderem promover resultados sensíveis ao gênero para seus clientes, elas têm que assegurar que sua própria organização é sensível ao gênero. Em outras palavras, o fiannciador e implementador das organizações têm que determinar primeiro até que ponto são focalizados assuntos de gênero internamente, se tal concernência será integrada nos seus projetos e programas. Uma revisão de atitudes e práticas pode revelar a força de uma organização, enquanto também identifique os procedimentos que exigem mudança para assegurar a própria burocracia não atrapalhe os esforços para integrar gênero em seus programas. Podem ser examinados o mandato organizacional, cultura, estrutura, operações e recursos humanos, revelando onde a mudança é necessária para promover a igualdade de gênero mais efetivamente.

Uma revisão de gênero foi empreendida entre 2000 e 2001, avaliando até que ponto Programa Internacional para a Eliminação de Trabalho Infantil da OIT(OIT/IPEC) integrou gênero em suas atividades fundamentais. A *Revisão de gênero* da OIT/IPEC estudou as estruturas existentes, métodos de trabalho e programas, identificando medidas para integrar a preocupação com a igualdade de gênero no trabalho operacional e relacionado à política, e avaliando o progresso na integração de gênero em projetos contínuos, coleta de dados e disseminação de dados. Empregando entrevistas e um questionário, uma avaliação foi realizada sobre as visões e preocupações relativas a gênero na sede e do pessoal de campo da OIT/IPEC.

O resultado foi um relatório conciso e altamente útil — um que ajudou a mudar a agenda a partir de uma análise conceitual do que a integração de gênero significa para as atividades do trabalho infantil até uma relação mais focalizada, operacional das mudanças necessárias para alcançar a integração de gênero nas atividades da OIT/IPEC. Entre outras coisas, aponta para empreender a prática de integração de gênero em todos os níveis da OIT/IPEC sistematicamente.

### *Principais passos para realização da* Revisão de gênero

Em 2000 e 2001, dois consultores executaram a *Revisão de gênero* da OIT/IPEC. Uma pessoa ficou concentrada no setor de operações da OIT/IPEC, enquanto a outra se localizou no setor político, inclusive, uma revisão completa do programa de informação estatística e monitoramento do trabalho infantil (SIMPOC). As preparações incluíram a

[28] Esta Boa Prática está baseada na revisão de gênero de 2001 e do *Relatório para o IPEC sobre a integração de gênero dentro do programa InFocus sobre o trabalho infantil*, por R. T. Jensen, IPEC, julho de 2001.

elaboração de uma matriz para realizar uma revisão extensa de documentos da OIT/IPEC para avaliar a integração de preocupações de gênero. Foram feitas entrevistas com pessoal e um questionário foi desenvolvido, distribuído e completado pelo pessoal da sede e do terreno da OIT/IPEC. Baseado nas entrevistas do pessoal e na revisão de documentos, foram feitas recomendações de como aumentar a relevância de gênero no trabalho do IPEC.

## *Por que a* Revisão de gênero *é uma Boa Prática para integração de gênero?*

**Iniciando a mudança institucional.** A *Revisão de gênero* da OIT/IPEC foi qualificada como uma Boa Prática em integração de gênero porque examinou a OIT/IPEC criticamente como um "estabelecimento" em termos de seus programas, estruturas, culturas, procedimentos e processos e delineou o que era e o que não era conducente à promoção de igualdade de gênero.

A *Revisão* proveu meios sistemáticos de melhorar os processos dentro do IPEC, de forma que resultados futuros instrumentem melhor a política de integração de gênero na OIT. Em geral, a revisão iniciou um processo de mudança institucional com respeito à integração de gênero na OIT/IPEC, e conseqüentemente fez ajustes na Categoria 3 de ações necessárias para integrar gênero em todas as atividades.

## *Relevância: o "produto-chave" da* Revisão de gênero *da OIT/IPEC*

Um "produto" de *Revisão* produzida foi um relatório pertinente, coerente e legível sobre como integrar gênero no programa da OIT/IPEC. Realizações fundamentais deste relatório incluíram:

- uma revisão do grau para o qual as abordagens sensíveis ao gênero foram integradas no passado e as atividades atuais do IPEC; e
- uma estratégia concreta com diretrizes práticas para fortalecer gênero no trabalho da OIT/IPEC.

O relatório de revisão sugeriu um conjunto de princípios gerais de direção pertinentes para a integração de assuntos de gênero em todas as atividades do IPEC. Estes foram apresentados como 10 princípios-chave de integração de gênero, como está resumido no box abaixo.

**Dez princípios-chave de integração de gênero na OIT/IPEC**

1. Deveria ser tomado cuidado para usar a linguagem sensível ao gênero.
2. Dados deveriam ser desagregados por sexo.
3. Deveriam ser representados os interesses de meninos e meninas.
4. Todas as atividades deveriam conter um objetivo explícito de promover igualdade entre os sexos.
5. O pessoal deveria estar atento a que meninos e meninas experimentem diferentes condições e necessidades — tudo acontece num contexto de gênero.
6. As atividades deveriam avaliar primeiro as diferenças nas respectivas situações, constrangimentos, oportunidades e papéis de meninos e meninas — i.e., administrar um componente de gênero como parte de qualquer análise de situação.
7. Estas diferenças subjacentes se traduzem em diferenças na incidência, padrões, causas e conseqüências do trabalho infantil, e estas diferenças devem ser levadas em conta ao projetar qualquer atividade para combater o problema.

8. As atividades deveriam tentar se antecipar a qualquer conseqüência, positiva ou negativa, que ela mesmas possam apresentar sobre papéis de gênero, relações e responsabilidades.
9. Deveriam ser projetadas todas as atividades para o pessoal de implementação e planejamento consultivo para incluir representação equilibrada de sexo.
10. Deveriam ser alertados todo o pessoal e parceiros sobre tudo em relação aos princípios anteriores, estipulando que estes assuntos deveriam ser incorporados no trabalho como um mandato explícito, e eles deveriam ser providos com recursos informativos ou treinamento, se necessário.

## *Replicabilidade: um programa para futuras revisões de gênero*

Os revisores desenvolveram um modelo, ou programa, para a análise de uma gama de documentos da OIT/IPEC. O programa também pode servir como uma referência para futuros trabalhos de revisão da OIT/IPEC. (O pessoal da OIT/IPEC pode usar esta ferramenta para avaliar o próprio trabalho depois, ajudando a assegurar que as atividades do IPEC incluam revisões de gênero de um modo sustentável.) No relatório da *Revisão de gênero* da OIT/IPEC, exemplos foram providos de como executar, usando uma "lente de gênero", uma análise de gênero detalhada de documentos do IPEC como *Revisión de la gestión del Programa Paks y Plan Estratégico 2000-2004, 2-8 marzo 2000*, ou listando perguntas relacionadas com gênero para perguntar sobre o *Resumo do IPEC sobre o Sudeste e o Leste da Ásia - 1 de Março de 2000*, ou como analisar *O programa para prevenir e progressivamente eliminar o trabalho infantil em pequena escala numa tradicional mina de ouro na América do Sul*.

## *Sensibilidade/força ética*

A habilidade de programas como os da OIT/IPEC para integrar gênero efetivamente depende das capacidades relacionadas do pessoal. Isto se aplica a ambos os sistemas formais e informais dentro do programa para realizar objetivos sensíveis ao gênero. O aporte realizado pelo pessoal da OIT/IPEC, inclusive nos vários pontos focais de gênero, foram considerados como chave para realçar os muitos assuntos internos relacionados com a integração de gênero, e mais criticamente, identificando o que poderia ser realizado praticamente e profissionalmente dentro do mandato da organização.

## *Sustentabilidade: evitando a diluição de preocupações de gênero*

Tanto os acordos verbais quanto os documentos escritos sobre a igualdade de gênero em assuntos de trabalho infantil, tendem, a longo prazo, a serem diluídos ou ainda evaporados, segundo indicam aqueles que elaboraram as revisões da OIT/IPC. As atitudes do pessoal ou procedimentos existentes dentro do programa da OIT/IPEC podem ser responsáveis por isto.

O relatório da *Revisão de gênero* da OIT/IPEC promoveu um conjunto de diretrizes, aplicável em algumas situações, para estruturar uma análise de situação a partir de uma perspectiva de gênero. Em outros casos, a revisão proveu ajuda semelhante para examinar a implementação do projeto. Outras seções tiveram a intenção de estimular que se pense em geral sobre como desenvolver uma abordagem mais sustentável ao gênero em programas da OIT/IPEC.

## *Efetividade: seguindo a* Revisão de gênero *da OIT/IPEC*

Foram apresentados os resultados da revisão em um seminário com o pessoal da OIT/IPEC da Sede e do terreno e com os especialistas em gênero do IPEC/OIT, como também com pontos focais e outros especialistas da Agência de Gênero da OIT. O seminário discutiu os assuntos levantados no relatório de *Revisão de gênero*. Como resultado, o *plano de implementação genérico para a integração de gênero do IPEC* foi desenvolvido (outubro, 2001). Este plano está sendo implementado atualmente e está sendo monitorado. Na realidade, a coleção de Boas Práticas contida neste livro é outro resultado da *Revisão de gênero*, uma de suas recomendações sendo que tal relatório deve ser preparado.

A *Revisão* também proveu material útil para uma "auditoria geral de gênero" na da OIT, entre outubro de 2001 e abril de 2002, administrada ao longo de seções selecionadas da organização. Embora a auditoria de gênero usasse uma metodologia diferente para seus seminários de participação, a revisão de mesa seguiu critérios semelhantes, em grande parte avaliando a sensibilidade ao gênero em documentos. Muitas outras unidades de trabalho e especialistas de gênero acharam a revisão da OIT/IPEC útil para avaliar o progresso e a integração de gênero.

## *Condições necessárias para estas Boas Práticas*

- A administração foi envolvida, provendo apoio pelo empreendimento desta revisão.
- A administração estava preparada para aceitar quais os aspectos do trabalho da organização requereriam mudança.
- Havia compromisso a seguir com uma estratégia e um plano de ação para integração de gênero.
- Um cronograma para todo o processo foi desenvolvido, que levou várias semanas.
- Uma abordagem participativa foi adotada ao longo da revisão que, embora tomasse mais tempo, foi necessário assegurar que a informação obtida fosse pertinente.
- A participação de colegas do terreno foi essencial.

**Mais informações:**

Robert T. Jensen e Margherita Zambrano*: A integração gênero no Programa Internacional sobre o Trabalho infantil* (IPEC). Um relatório para a OIT/IPEC. www.ilo.org/public/english/standards/ipec/publ/gender/jensen.pdf.

N. Haspel, Marinka Romeijn, e Susanne Schroth: *Promover a igualdade de gênero em ação contra o trabalho infantil: um guia prático* (Bangcoc, OIT/IPEC, 2000). hHttp://mirror/public/english/standards/ipec/publ/gender/gender.pdf.

**Contatos no IPEC:**

Anita Amorim, Oficial de Programa, Ponto Focal em Gênero do IPEC: amorim@ilo.org.

Angela Martins-Oliveira, Estatística Sênior, Ponto Focal em Gênero do SIMPOC: ipec@ilo.org.

Para mais informações sobre o trabalho para promover a igualdade de gênero e a integração de esforços em gênero, consulte a Agência de Gênero da OIT.
Veja: www. ilo.org/public/english/bureau/gender/newsite2002/about/index.htm.

Para mais informações sobre a Auditoria de Gênero da OIT, veja www.ilo.org/public/english/bureau/gender/newsite2002/about/audit.htm.

## 3.2 Um guia prático para promover igualdade de gênero na ação contra trabalho infantil

Nível 1: Prática inovadora

**Palavras-chave**: construção da capacidade; compreensão dos conceitos de gênero; consistência em terminologia de gênero; listas de conferição de gênero; ações exigidas para integrar gênero; conselho prático.

**Estes resumos de Boas Práticas é o primeiro desenvolvimento de um guia prático para a igualdade de gênero no trabalho infantil [29]. O Guia contribuiu para implementar a igualdade de gênero de forma prática no trabalho cotidiano, enquanto prova ser útil na construção da capacidade para aqueles envolvidos no combate aos assuntos de trabalho infantil.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

A integração de gênero por toda a parte de uma organização requer efetivamente compromisso sério por parte de todo o pessoal. São necessários consensos de que gênero é uma variável importante, algo que pode ser central ao sucesso de todas as atividades e programas relativos ao trabalho infantil. O gênero deve ser reconhecido como um fator central ao redor do qual a produção é organizada e são satisfeitas as necessidades. O pessoal precisa compreender que tudo acontece em um contexto de gênero, dadas as diferenças nas condições de trabalho e as necessidades diferenciadas experimentadas pelas mulheres e homens, meninos e meninas. A igualdade de gênero depende grandemente das atitudes do pessoal envolvido, das habilidades específicas, e da posição ou do poder para efetuar mudança na hierarquia organizacional.

Idealmente, deveria haver uma abordagem consistente na integração de gênero através de uma organização. Os passos iniciais para assegurar uma abordagem uniforme devem ser que todo o pessoal tenha uma compreensão básica comum sobre o que "gênero" significa e o que implica para seu trabalho cotidiano.

A implementação de uma estratégia de integração de gênero freqüentemente leva o pessoal a pedir guias práticos e manuais sobre "como fazer isto". Embora tal guia possa prover maior consistência e compreensão em assuntos de gênero, os manuais práticos não são projetos, mas só um primeiro passo muito útil para aqueles que desejem aprender. As ferramentas práticas para a integração de gênero não garantem um resultado de integração de gênero, como se fossem manuais de instruções de carpintaria do tipo "faça-você-mesmo". O sucesso do uso de tais métodos práticos depende em grande parte do pessoal envolvido e no contexto do qual os instrumentos são aplicadas.

No final dos anos 90, a OIT/IPEC reconheceu que a integração de gênero não foi completamente entendida em termos conceituais ou práticos, por aqueles que trabalham com o tema trabalho infantil. Conseqüentemente, a OIT/IPEC decidiu preparar materiais de instrução específica curtos, simples, diretos. Em 2000, um prático *Guia de igualdade de gênero em trabalho infantil (Guia GECL*) foi desenvolvido pela OIT Bangcoc com respeito aos muitos pedidos de organizações associadas da OIT/IPEC e redes de trabalho infantil em outras regiões para orientação em promoção de igualdade de gênero.

Este guia tem um contexto específico, dirigido ao pessoal da OIT/IPEC e seus parceiros e desenvolvido para promover a igualdade de gênero em ação contra o trabalho

[29] Esta Boa Prática foi baseada no Guia de igualdade de gênero no trabalho infantil de N. Haspels, M. Romeijn e S. Schroth (Bangcoc e Genebra, OIT/IPEC, 2000; versão atualizada, 2003).

infantil. O *Guia GECL* foi desenvolvido para assegurar maior consistência em terminologia e definições relativas a gênero e facilitar uma abordagem mais sistemática visando desigualdades de gênero em ação contra o trabalho infantil. *O Guia* também incluiu materiais de instrução específica. Embora ele tenha incluído resumos de conceitos de gênero, realçou ainda a necessidade para ir além da tomada de consciência de gênero (entre aqueles que trabalham com o tema trabalho infantil) para prover instrumentos de análises específicas e métodos de gênero que poderiam ser aplicados no terreno.

## *Principais passos para desenvolver o Guia GECL*

Em 2000, baseado no Escritório Regional da OIT para a Ásia e o Pacífico, uma equipe especializada em integração de gênero trabalhando com o tema trabalho infantil desenvolveu o guia de gênero, produzindo uma versão atualizada no final de 2002. Os documentos relacionados a gênero da OIT e outras publicações relevantes, que não pertenciam a OIT, sobre gênero e trabalho infantil foram avaliados em relação a sua importância para o tema trabalho infantil. O *Guia GECL* foi projetado em conformidade com o programa da OIT/IPEC existente e instrumentos de gerenciamento. Listas de conferência seguiram o formato dos documentos do programa de ação da OIT/IPEC, por exemplo, e complementam as diretrizes existentes da OIT/IPEC para desenhar programas de ação.

## *Por que nós incluímos o Guia GECL como uma Boa Prática na integração de gênero?*

**Iniciando a mudança institucional.** O desenvolvimento do *Guia GECL* provê ao pessoal da OIT/IPEC um programa e vocabulário para facilitar a discussão e ações em integração de gênero e iniciativas em trabalho infantil. O guia foi usado na construção da capacidade para o pessoal da OIT/IPEC e contribuiu para um processo de mudança com respeito à igualdade de gênero dentro da organização. Os autores do guia esboçaram ações em cinco frentes para inserção de gênero em todas as atividades, programas e projetos (veja abaixo). O próprio guia pode ser categorizado sob o terceiro tipo de ação — é Boa Prática produzir um guia sensível ao gênero para um contexto institucional específico, começando assim um processo de mudança institucional.

## *Inovador: ação necessária em cinco frentes para integrar gênero*

Tendo definido a integração de gênero, o *Guia GECL* claramente delineou uma série de ações de aplicações necessárias. Foram identificadas cinco frentes como ações necessárias [30]:

- Conduzir uma **análise de gênero** para identificar desigualdades entre os homens e mulheres (e meninas e meninos) deve ser visada.

- Implementar **ações específicas de gênero** para reparar desigualdades de gênero existentes e discriminação, visando meninas ou mulheres exclusivamente, homens ou meninos exclusivamente, ou meninos, meninas, mulheres e homens juntos.

- Começar um processo de **mudança institucional** nos procedimentos — incorporar o que diz respeito a gênero no planejamento, programação, implementação,

[30] As Boas Práticas em integração de gênero descritas neste relatório são categorizadas de acordo com quatro destas ações.

monitoramento e avaliação de todos o programas e atividades e em todos os processos institucionais

- **Dar às meninas e mulheres (e outras pessoas marginalizadas) uma voz** aumentando a sua participação em programas, organizações e tomada de decisão para assegurar que seus interesses e perspectivas sejam levados em conta no trabalho de desenvolvimento.

- Elaborar um **orçamento** e uma **auditoria de gênero**.

### *Relevância: conselho prático para o pessoal da OIT/IPEC*

O G*uia GECL* contém dois módulos. Cada módulo começa com uma explicação breve sobre os assuntos principais e estratégias, provê instrumentos e conclui com uma bibliografia.

- Módulo 1 provê as definições básicas e instrumentos para a promoção de igualdade de gênero em políticas e programas que visam o trabalho infantil, dando uma visão dos principais diferenciais de gênero em trabalho infantil. Este módulo apresenta as estratégias principais para abordar as desigualdades de gênero e trabalho infantil.

- Módulo 2 provê um instrumento prático para a integração de assuntos de gênero no desenho dos programas de ação sobre trabalho infantil. A orientação determina como conduzir uma análise de gênero.

### *Eficácia/impacto*

O *Guia GECL* foi desenvolvido originalmente para uso na Ásia. A versão eletrônica foi disponibilizada nos sites da web da OIT/IPEC e também provou ser útil para as organizações associadas da OIT/IPEC e redes de trabalho infantil em outras regiões. O pessoal da OIT/IPEC usou-o na formulação de projetos, e a equipe de avaliação usou o guia para elaborar diretrizes. O guia ajudou grandemente aqueles que trabalham no campo do trabalho infantil que não estão familiarizados com assuntos de igualdade de gênero, ou que desejam atualizar o conhecimento sobre o assunto. Também foi usado para ajudar no desenho dos documentos do programa de ação sensível ao gênero, e no desenvolvimento de termos de referências para pesquisa de ação e consultorias técnicas e avaliações. Pedidos para o guia vieram de políticos engajados na promoção dos direitos humanos para as crianças e mulheres e direitos no trabalho.

O *Guia GECL* está sendo ampliado para incluir experiência adicional ganha pela OIT e suas organizações associadas em como integrar uma dimensão de gênero efetivamente em programas para combater o trabalho infantil. A versão em inglês atualizada do guia será disponibilizada no início de 2003 e será traduzida para o francês, espanhol e árabe. Além disso, sob uma intervenção-piloto, o guia está sendo avaliado e adotado na região de Mekong. Versões específicas para os países estarão disponíveis no Camboja, China, Laos PDR, Tailândia e Vietnã.

## *Sustentabilidade*

O desenvolvimento deste *Guia GECL* ajudou a criar atitudes novas para a igualdade de gênero sobre trabalho infantil. Aumentou a capacidade de parceiros da OIT e do pessoal da OIT para abordar assuntos de gênero de uma maneira que mude as atitudes com relação a tal assunto.

## *Condições necessárias para estas Boas Práticas*

- pessoal e parceiros com experiência técnicas em gênero e assuntos de trabalho infantil; e
- documentos de base disponíveis para referência.

**Mais informações:**

OIT EASMAT: *Resumo da OIT: promoção de igualdade de gênero através da integração de gênero* (2001-2 de julho).

Nelien Haspels, Marinka Romeijn, Susanne Schroth: *Promover a igualdade de gênero em ação contra o trabalho infantil na Ásia: um guia prático* (OIT Bangcoc e IPEC Genebra), 2000; guia GECL revisado, IPEC, Bancoc, 2003.

OIT: *Diretrizes para a integração de assuntos de gênero no design, monitoramento e avaliação de programas da OIT e projetos* (1995).

**Contatos:**

Nelien Haspels: haspels@ilo.org.

Anita Amorim: amorim@ilo.org.

Marinka Romijn: romijn@ilo.org.

## 3.3. Integração de gênero no desenho e preparação de documentos de projeto na OIT/IPEC

Nível 1: Prática inovadora

**Palavras-chave**: desenho de projeto; desenho de projeto sensível ao gênero; dados desagregados por gênero; gênero em procedimentos rotineiros.

**Estas Boas Práticas ilustram como, em nível institucional, diretrizes específicas para procedimentos regulares como desenho de projeto e preparação podem incorporar ao longo perguntas relacionadas com gênero [31].**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

Um projeto sensível ao gênero inclui um conjunto coerente de atividades, todas necessárias para alcançar resultados específicos dentro de um determinado prazo e orçamento enquanto prestando a atenção devida aos papéis diferenciais de gênero e responsabilidades de mulheres e homens e meninos e meninas.

"Gênero", como um conceito, é freqüentemente aplicado em projetos relacionados exclusivamente com mulheres trabalhadoras, mulheres vítimas ou assuntos de criança meninas — e.x. projetos relacionados com um setor, como a indústria de tecidos na Ásia onde as trabalhadoras meninas prevalecem, ou para traficar mulheres, ou para meninas envolvidas em prostituição. Realmente, uma falta de percepção comum é que certos projetos poderiam ser vistos como "gênero neutro". Um projeto funcionando em nível governamental para melhorar a capacidade de funcionários para juntar e processar dados estatísticos para determinação de salário, por exemplo, podem inicialmente parecer de gênero neutro. A realidade é que estes projetos são muito raros. Uma avaliação de mercado de trabalho identificará desigualdades de gênero em remunerações, salários, horas de trabalho, estrutura profissional e assim por diante. Há uma tendência pronunciada que mulheres e meninas trabalharem em baixa produtividade nos trabalhos agrícolas do que suas contrapartes masculinas, e preconceitos de gênero em pesquisas podem ter omitido a contribuição econômica das mulheres. A contribuição econômica das mulheres é excluída então de dados estatísticos. Aumentando a capacidade dos funcionários, estes deveriam incluir questões relativas a coleta e processamento de dados referentes a gênero, assim todas as formas de trabalho seriam incluídas resultando em uma informação de determinação de salário mais realística.

Para garantir melhor relevância e ultimar a sustentabilidade de projetos, beneficiários — tanto mulheres e homens quanto meninos e meninas — deveriam ser reconhecidos nos desenhos dos projetos e implementação como indivíduos com papéis, necessidades e interesses. Geralmente aplicando uma lente de gênero na fase de desenho revela-se os assuntos de gênero inerentes na maioria dos projetos.

"Cegueira de gênero" freqüentemente origina confusão sobre conceitos relacionados a gênero e até mesmo ao próprio termo "gênero". O pessoal de projeto constantemente deveria ser lembrado de assuntos de gênero, melhorando sua habilidade para reconhecer e instilar o hábito de buscar e identificar tal assunto importante. Uma Boa Prática e uma estratégia de integração de gênero asseguram assim que os assuntos de gênero sejam

[31] Esta Boa Prática está baseada nas Diretrizes 2 DED, Desenho e preparação de documentos de projeto, preparado pela Equipe de Design, Avaliação e Base de Dados da OIT/IPEC, 2002.

incluídos em muitos procedimentos de rotina dentro de uma organização, inclusive o desenho e preparação de intervenções de desenvolvimento. Também é Boa Prática assegurar que o pessoal tenha capacidade para lidar com tais assuntos.

Em janeiro de 2002, a Seção de Desenho, Avaliação e Base de Dados da OIT/IPEC preparou as *Diretrizes sobre o desenho e preparação de documentos de projeto* com referência específica para assuntos de gênero [32]. A preparação destas diretrizes marca um avanço significativo na integração de gênero no trabalho da OIT/IPEC.

### *Principais passos para desenvolver as Diretrizes para o desenho e preparação de documentos de projeto*

Um compromisso forte entre o pessoal da OIT/IPEC relativo à necessidade para incluir assuntos relacionados a gênero e perguntas nas *Diretrizes para o desenho e preparação de documentos de projeto* foi crucial. A política da OIT/IPEC em integração de gênero já estava em curso, mas dependia ainda de como operacionalizar a estratégia de integração. Discussões subseqüentes sobre o melhor modo para incorporar assuntos relacionados a gênero em diretrizes técnicas foram seguidas de uma revisão da literatura relacionada com gênero no trabalho infantil e uma decisão para integrar gênero em diretrizes novas [33].

No momento, os assuntos de gênero e perguntas são incluídas como um quadro separado ao término de cada elemento das *Diretrizes*, servindo para assegurar que assuntos de gênero sejam claramente visíveis. Porém, depois, quando o pessoal estiver mais informado sobre os assuntos, as perguntas provavelmente serão incorporadas ao texto principal.

### *Por que as Diretrizes são uma Boa Prática na integração de gênero?*

**Iniciando a mudança institucional.** As Diretrizes são uma Boa Prática em integração de gênero porque, com elas, o gênero se tornou parte dos procedimentos internos práticos da OIT/IPEC. Assuntos de gênero e perguntas estão agora disponíveis nas *Diretrizes* para documentos de projeto e apoio de usuário. Incorporar assuntos de gênero no desenho de projeto agora se tornará rotina.

Tendo incorporado gênero nas *Diretrizes* fica difícil para o pessoal "esquecer" a necessidade de dar atenção ao gênero no desenho de projeto. Gênero não é nada mais somente uma característica de planejamento de políticas, e não depende mais dos interesses e compromissos dos membros particulares do pessoal. Ao invés, gênero é agora a responsabilidade de todos os membros do pessoal envolvido na formulação dos documentos de projeto.

Uma vez que as *Diretrizes* foram preparadas recentemente, o sucesso prático tem ainda que ser avaliado. Assim, este é o processo institucional para desenvolver as *Diretrizes*, em lugar de seu efeito, que as qualifica aqui como uma Boa Prática na integração de gênero. Este relatório as incluiu na Categoria 3: mudança institucional dentro

[32] O manual de treinamento *Desenho, monitoramento e avaliação de programa de cooperação técnica e projetos* foi útil no desenvolvimento de tais diretrizes (PROG/EVAL-ILO, 1995).

[33] Por exemplo, o Guia prático: promover igualdade de gênero em ação contra o trabalho infantil na Ásia (OIT Bangcoc) e as diretrizes sobre a integração de assuntos de gênero da OIT PROG/EVAL.

da OIT/IPEC, porque gênero foi integrado em um processo particular que leva a mudanças do modo previamente estabelecido de fazer as coisas.

### Relevância

Muitas avaliações de projetos acharam que, ao não levar em conta o temagênero de forma adequada, corre o risco de prejudicar os sustentos de mulheres e meninas inadvertidamente. Além de impactos negativos inadvertidos em participantes de projeto, tais fracassos em incorporar freqüentemente as preocupações de gênero colocam a efetividade do projeto em risco. As *Diretrizes* são altamente pertinentes, contribuindo indiretamente para a ação contra o trabalho infantil com implicações para integração de gênero do começo ao fim da OIT/IPEC.

### Eficácia/impacto

As *Diretrizes* podem conduzir a projetos que também contribuam para a igualdade de gênero entre as mulheres e homens ou meninos e meninas. Apesar de as *Diretrizes* só terem sido preparadas recentemente, a efetividade e impacto não têm contudo sido estabelecidos por uma avaliação interna.

### Sustentabilidade

O pessoal da organização de desenvolvimento freqüentemente levanta o seguinte assunto: enquanto alguns procedimentos exigem que assuntos de gênero sejam levados em conta, não há freqüentemente nenhum seguimento consistente para assegurar que estes são considerados na realidade, nem existem sanções institucionais quando os assuntos não são considerados. Não é ainda possível determinar quão é sustentável o uso das *Diretrizes.* O processo de controle de qualidade contínuo dentro da Seção de Desenho, Avaliação e Banco de Dados da OIT/IPEC — que inclui avaliação interna e aprovação de documentos de projeto antes de lhes enviassem para verificar os fundos — irá medir até que ponto gênero é incluído em propostas de projeto. Este processo proporá que as *Diretrizes* seja reformuladas, onde for apropriado, para assegurar seu uso sustentável pelo pessoal.

Este processo de controle de qualidade ajudará a determinar a extensão pela qual — sem esperar que o pessoal que atualmente não tem as habilidades requeridas ou recursos para assuma os assuntos de gênero — levando conta gênero podem converter-se em algo obrigatório para todo o planejamento do projeto. Geralmente, é considerado Boa Prática fazer da incorporação de assuntos de gênero um processo gradual, provendo ao mesmo tempo a construção da capacidade em gênero em áreas como o planejamento de projeto.

### Eficiência

As *Diretrizes* foram projetadas pelo pessoal da OIT/IPEC empregando ambas as perícias daqueles com habilidades em planejamento de projeto e desenho e daqueles com perícias na integração de gênero, conseqüentemente, assegurando o uso eficiente de recursos humanos dentro da OIT/IPEC.

### Condições necessárias para estas Boas Práticas

- A instituição de desenvolvimento foi sensibilizada com relação à necessidade para integrar gênero em todas as áreas de trabalho, e foi explicado ao pessoal a lógica do porquê fazer assim. O apoio da administração foi importante.

- A instituição de desenvolvimento produziu uma declaração de política de gênero com uma definição operacional simples de integração de gênero.
- O desenvolvimento das diretrizes mexeu com as perícias do pessoal especializado na integração gênero e pontos focais para gênero em áreas técnicas.
- Pessoal esteve disponível para prover apoio para o uso das diretrizes.

**Mais informações:**

OIT/IPEC monitoramento e avaliação: veja http://www.ilo.org/public/english/standards/ipec/publ/monitoring/index.htm.

OIT/IPEC: *Desenho, administração e avaliação de programas de ação em trabalho infantil*. Pacote de treinamento (1994).

OIT: *Diretrizes (PROG/EVAL) de avaliação para a integração de assuntos de gênero no desenho, monitoramento e avaliação de programas e projetos da OIT* (1995).

PROG/EVAL/OIT: *Diretrizes para a preparação de esboço de projeto sumário para financiamento multi-bilateral*. Esboço de Projeto Sumário (SPROUT), 1997, 2ª revisão.

**Contatos**:

Seção de Desenho, Avaliação, e Banco de Dados da OIT/IPEC (DED), Genebra, Suíça: Peter Wichmand: wichmand@ilo.org.

Florencio Gudiño, IPEC, DED, gudino@ilo.org.

Anita Amorim, Ponto Focal em Gênero, OIT/IPEC: amorim@ilo.org.

## 3.4. Todo menino e menina conta: estimativas globais sobre o trabalho infantil

Nível 1: Prática inovadora

**Palavras-chave**: estimativas globais sobre trabalho infantil estatísticas desagregadas por sexo; crianças em atividade econômica; trabalho doméstico não pago; tarefas domésticas; pesquisas domésticas; diferenciais de sexo.

**As estimativas globais sobre o trabalho infantil [34] delineadas nestas Boas Práticas foram separadas por sexo. Estas estimativas ajudaram a aumentar a tomada de consciência e a entender o trabalho infantil, e reforçou os esforços para eliminar o trabalho infantil.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

Como o crescimento do movimento global contra o trabalho infantil, a necessidade de estimativas mais precisas sobre trabalho infantil ficou aparente. Não são projetadas em geral especificamente pesquisas domésticas nacionais para medir o trabalho infantil, e é preciso ser complementado através de pesquisas adicionais [35].

"As crianças trabalhando em atividades econômicas" é uma definição estatística que cerca a maioria das atividades produtivas das crianças. Atividades econômicas incluem o trabalho não remunerado, casual e ilícito, como também trabalho no setor informal. A atividade econômica cobre toda a produção de mercado (trabalho remunerado) e certos tipos de produção de fora do mercado (trabalho não remunerado), inclusive produção de bens para próprio uso. Então, seja remunerada ou não remunerada, a atividade ou ocupação poderiam estar no setor formal ou informal.

A atividade econômica é o único padrão internacionalmente aceito para medir trabalho e emprego. Na ausência de qualquer ferramenta de mensuração do trabalho específico da criança, a atividade econômica tem sido usada freqüentemente como um quantificador de procuração para "o trabalho infantil". Assim, nem todo trabalho executado por crianças é equivalente ao trabalho infantil. Uma linha é traçada entre formas aceitáveis de trabalho por crianças (que pode ser considerado como positivo) e trabalho infantil que precisa ser eliminado. O conceito de trabalho infantil usado para estimativas globais está baseado na Convenção da OIT n°. 138, que define as normas internacionais para fixar idades mínimas para admissão em emprego ou trabalho.

As crianças envolvidas em atividades não pagas em um estabelecimento orientado para o mercado conduzido por um parente que mora na mesma casa são consideradas envolvidas em uma atividade econômica. Crianças que trabalham como empregadas ou trabalhadores domésticos em outra casa familiar também são consideradas economicamente ativas. Crianças envolvidas em tarefas domésticas dentro da própria casa, porém, não são consideradas como economicamente ativas. Dado que a estrutura de casa e padrões de parentesco podem variar dramaticamente nas diversas culturas, as conseqüências de se as crianças são ou não são vistas como envolvidas em atividades econômicas dentro de casas deveria ser considerado dependendo do país, nível étnico ou cultural.

[34] Estas Boas Práticas estão baseadas nas Novas Estimativas Globais sobre o Trabalho Infantil (Toda Criança Conta), OIT/IPEC, abril de 2002.

[35] As Avaliações Nacionais sobre o Trabalho Infantil na OIT/IPEC SIMPOC são precisamente dirigidas a esta necessidade.

Um assunto de gênero principal é que as mulheres e meninas continuam agüentando a responsabilidade primária por um serviço doméstico não remunerado como cozinhar, limpar e tomar conta dos membros da família jovens e velhos. Este tipo de trabalho é financeiramente mal recompensado e, definido como sendo de natureza não-econômica, fica fora do limite de produção como definido pelo Sistema de Contas Nacionais (SNA). Também não é registrado nas estatísticas de trabalho, ficando invisível. Ao contar as horas totais de trabalho gastas em atividades econômicas e com a família e cuidado doméstico, porém, as mulheres e meninas trabalham consideravelmente mais horas que os homens e meninos. Como resultado, meninos e homens contam com mais tempo livre.

Milhões de pessoas, particularmente as mulheres e crianças, trabalham como trabalhadores de família não remunerados no campo ou em empreendimentos familiares, freqüentemente no setor informal. Este tipo de trabalho é reconhecido oficialmente como uma atividade econômica, mas é comum substimar esta informação porque até mesmo as próprias mulheres e crianças e os pesquisadores que realizaram as entrevistas não consideram que estas atividades representem trabalho.

Em 2002, as *Novas estimativas globais sobre o trabalho infantil* foram publicadas. As *Estimativas* requereram dados não trabalhados relativos ao sexo da criança, uma das variáveis fundamentais para os propósitos da análise. Outras variáveis fundamentais consideradas eram faixa etária, indústria, ocupação (nos mais detalhados padrões de classificações) e horas trabalhadas.

Dados do SIMPOC, a unidade estatística da OIT/IPEC, e outras fontes, junto com instrumentos analíticos novos, tornaram possível o cálculo das estimativas globais do trabalho infantil. Pela primeira vez, a magnitude de crianças envolvidas no trabalho perigoso e em outras formas de trabalho infantil foram ambos calculados e desagregados por sexo.

## *Principais passos, inclusive dados desagregados por sexo, nas* Novas estimativas globais sobre trabalho infantil

As *Estimativas globais sobre trabalho infantil* está baseado em 29 pesquisas nacionais, a maioria realizada nos recentes anos 90 [36]. As duas variáveis fundamentais para relatar dados e informação eram sexo e idade. O documento de trabalho do Escritório de Estatísticas da OIT intitulada *Incorporando assuntos de gênero nas estatísticas de trabalho* [37] provou ser útil no processo global. As *Estimativas* reconhecem a Convenção da

[36] Das 29 pesquisas nacionais de casa, 10 foram conduzidas pela OIT SIMPOC e foram designadas para medir o trabalho infantil. As outras 19 pesquisas, na maior parte conduzidas pelo Programa de Pesquisa para Medir os Padrões de Vida do Banco Mundial, foram uma mistura de pesquisa doméstica e de comunidade com módulos dirigidos às diferentes preocupações sociais, incluindo o emprego de crianças e adolescentes. Países foram selecionados com base na estratificação pela região geográfica e pelo tamanho do país em termos do número de crianças de 5 a 17 anos de idade. Dentro de cada região, três categorias (grande, média ou pequena) foram consideradas em termos de sua população infantil, e os países representativos foram selecionados com uma grande probabilidade de selecionar países maiores. Os 29 países combinados cobrem levemente menos da metade da população mundial na categoria de 5 a 17 anos de idade e, embora este não seja um verdadeiro acaso dos países, provê uma amostra estratificada de países representando a população infantil mundial, com probabilidades proporcionais de tamanho.

[37] A. Mata-Greenwood: *Incorporando assuntos de gênero nas estatísticas de trabalho* (Escritório de Estatísticas da OIT, 1999).

OIT n°. 182, artigo 7, que sugere que países devem "levar em conta a situação especial de meninas". De acordo com a Recomendação associada n°. 190:

*a)* informação detalhada e dados estatísticos sobre a natureza e extensão do trabalho infantil deveria ser compilado e deveria ser mantido atualizado como uma base para determinar prioridades em uma ação nacional para a abolição do trabalho infantil, em particular para a proibição e eliminação de suas piores formas como um assunto de urgência; e

*b)* até onde for possível, tal informação e dados estatísticos deveriam incluir dados desagregados por sexo, faixa etária, ocupação, setor de atividade econômica, condição no emprego, freqüência escolar e local geográfico.

Alinhado com a definição internacional de emprego, uma hora de trabalho durante a semana de referência é suficiente para classificar um menino ou menina como estando no trabalho em uma atividade econômica durante aquela semana. Indivíduos com um trabalho, mas que estão temporariamente ausentes do trabalho devido a fatores como doença ou férias, também são incluídos na classificação.

### *Por que as Novas estimativas globais sobre trabalho infantil é uma Boa Prática na integração de gênero?*

**Iniciando a mudança institucional.** Esforços engajados para desenvolver as estimativas que usam dados desagregados por sexo qualificam as *Estimativas* como uma Boa Prática em integração de gênero em nível institucional na OIT/IPEC. As Boas Práticas são incluídas na Categoria 3 nas ações da OIT/IPEC necessárias para incluir gênero em todas as atividades.

Além disso, mudança institucional está em andamento, porque a OIT/IPEC SIMPOC encorajam fortemente em todas as pesquisas domésticas a coleta de informação com relação a trabalho doméstico não remunerado. SIMPOC, junto com outras organizações encarregadas de pesquisa, está assegurando que tal informação seja coletada atualmente. O trabalho da OIT/IPEC SIMPOC nesta área está contribuindo para o debate global em como focalizar o assunto de serviço doméstico invisível, não remunerado.

### *Relevância:*

As *Estimativas* são altamente úteis para planejar intervenções contra o trabalho infantil. Ainda tarefas domésticas, executadas principalmente por meninas, são consideradas atividades não-econômicas, e assim ficam de fora do "limite de produção" como definido pelo Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas para medir o PIB. Infelizmente, dados sobre a extensão do trabalho infantil não-econômico estão faltando, e os dados existentes estão freqüentemente fragmentados e incertos que não podem subsidiar uma estimativa global. Não obstante, recomenda-se a inclusão de informação coletadas sobre tarefas domésticas em toda a pesquisa da OIT/IPEC SIMPOC, e outros programas de pesquisa também estão começando a incluir esta informação. Na realidade, a coleta de dados sobre tarefas domésticas em pesquisas de trabalho infantil foi recomendado no Relatório Geral da 16ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, Genebra, 6 a 5 de Outubro de 1998 (Relatório IV ICLS/16/1998/IV).

O que é particularmente importante é que a OIT/IPEC reconhece que as crianças, especialmente as meninas, podem passar um tempo significativo nestas atividades, pondo em risco a freqüência escolar. Planejadores estão começando a perceber que muitas meninas sofrem o fardo triplo de serviço doméstico, lição e trabalho econômico, e que isto tem conseqüências para reunião social e desenvolvimento econômico. As *Estimativas* podem ser usadas por planejadores nacionais ao criar programas, junto com pesquisas adicionais e emprego do tempo, para contextos geográficos específicos. As *Estimativas* podem servir como um ponto de partida, por exemplo, e então podem complementar através de instrumentos de análise de gênero (por exemplo instrumentos que esboçam como papéis de gênero influenciam a divisão de trabalho dentro de casa e como trabalho é avaliado diferentemente de acordo com quem executa). Instrumentos para "Análise de sustento [38]" em nível doméstico e da comunidade provaram ser úteis para planejadores que desejam saber mais sobre o tempo gasto no trabalho doméstico.

Analisar dados desagregados por sexo deveria ir além das diferenças simples em porcentagens por sexo. Os resultados diferenciados por sexo das *Estimativas* são um ponto de partida. O próximo passo, em nível rural, é documentar informação relativa às diversas e diferenciadas situaões de meninos e meninas, as contribuições pagas e não pagas, e as conseqüências dos papéis tradicionais em situações sociais e econômicas diferentes (também veja Anexo 1). Por exemplo, dados diferenciados por sexo são completados freqüentemente através de tal informação, como:

- as causas, conseqüências, modelos e extensão de migração relacionadas com o trabalho;
- a medida e avaliação das meninas que trabalham em casa; e
- a porcentagem da participação diferenciada da mão de obra, diferenciando o trabalho por temporada, de meio período, e trabalho de tempo integral.

Tal informação é essencial se os planos nacionais de ação para o combate ao trabalho são para responder às condições nacionais genuínas do trabalho infantil.

## *Impacto: diferenças globais de gênero documentadas e realçadas*

As *Estimativas* proveram uma base para defesa e pesquisa adicional. Elas são úteis para sensibilizar o público interessado, e essencial para profissionais que trabalham no campo de estudos sobre o trabalho infantil. Eles já proveram uma contribuição importante na elaboração do Relatório Global sobre o Trabalho Infantil de 2002, e nas pesquisas sobre os custos econômicos e benefícios da eliminação do trabalho infantil. Os resultados foram amplamente divulgados. Um achado importante global foi que, embora em muitas categorias de análise esboçadas abaixo, as meninas parecem estar trabalhando menos que os meninos, a diferença é menor que previamente se pensou. Um resumo das diferenças de sexo é delineado no quadro abaixo.

[38] Análises de sustento focalizam como os indivíduos, donas de casa e grupos de donas de casa levam sua vida e sobre seu acesso para possibilitar recursos. Isto revela que as atividades que as pessoas empreendem para satisfazer suas necessidades básicas e para gerar renda. Gênero e diferentes grupos socioeconômicos têm mostrado com respeito ao trabalho e modelos para tomar decisões.

**Resumo de diferenças de sexo nas *Estimativas globais sobre trabalho infantil***

**Crianças em atividade econômica:** *Estimativas globais sobre trabalho infantil* que, em ambas as faixas etárias, 5 a 9 anos e 10 a 14 anos, meninos e meninas tem a mesma probabilidade de estarem envolvidos em atividade econômica. Conforme as crianças ficam mais velhas, é mais provável que os meninos se envolvam em atividades econômicas do que as meninas. Entre aqueles com idade entre 15 e 17 anos, as taxas de atividades econômicas são 44.1 por cento para os meninos e 40.7 para meninas. Embora as estimativas revelem que nenhuma diferença significante entre os sexos na incidência global de crianças no trabalho, as estimativas, como já mencionado, podem ser usadas em conjunto com estudos específico sobre o emprego do tempo, ao nível do país, que poderíam mostrar maiores diferenças baseadas no gênero em relação ao trabalho infantil..

**Trabalho infantil:** Trabalho infantil é um conceito limitado do que "as crianças economicamente ativas [39]". Enquanto as *Estimativas globais sobre o trabalho infantil* mostram que não havia nenhum diferencial de sexo na incidência de crianças em atividade econômica, o quadro muda ao examinar o grupo estreitamente definido de "crianças trabalhadoras". Em média, os meninos, tanto em condições absolutas quanto relativas, tendem a ser mais expostos ao trabalho infantil do que as meninas. O padrão se torna mais pronunciado com o aumento da idade. Entre aqueles com idade de 5 a 14 anos, a distribuição de sexo no trabalho infantil é brutalmente equilibrado. Com um pouco mais de idade, se inclina para meninos, particularmente entre a faixa etária de 15 a 17 anos (57 por cento dos meninos contra 43 por cento das meninas), onde o trabalho infantil é comparado automaticamente com trabalho perigoso. Podem ser investigadas as razões socioeconômicas e culturais para estas diferenças no nível do país.

**Crianças em trabalho perigoso:** Os meninos excedem em número as meninas no trabalho perigoso por todas as faixas etárias. Por exemplo, em ambos os grupos, de 5 a 14 anos de idade e 15 a 17 anos de idade, havia em média 10 milhões mais meninos do que meninas expostos a trabalho perigoso. Em condições relativas, entre todas as crianças, mais ou menos a metade (52 por cento) dos meninos que trabalham estava em situações perigosas, comparadas a 44.6 por cento de meninas. As *Estimativas globais sobre trabalho infantil* confirmam o domínio de meninos no trabalho perigoso (embora alguns discutam que haja meninas que não foram contadas em trabalho perigoso), e a necessidade para programas de ação específico talvez focalizado em ocupações perigosas ou indústrias que provavelmente serão dominadas por meninos.

**Crianças nas piores formas de trabalho infantil:** Descobriu-se que existe ráfico de crianças em todas as regiões do mundo. Aproximadamente 1.2 milhão de crianças são afetadas, envolvendo meninos e meninas. Sexo e idade parecem intimamente correlatas com o propósito do trafico. Enquanto os meninos tendem a ser traficados para trabalho forçado na agricultura comercial, pequenos crimes, e o comércio da droga, as meninas parecem ser traficadas principalmente para exploração sexual comercial e serviço doméstico. Um cálculo de 5.7 milhões de crianças, principalmente concentradas na região da Ásia-Pacífico, trabalham em trabalho forçado e algemado. Aproximadamente 300.000 crianças, predominantemente meninos, estão sendo usadas em conflitos armados ao redor do mundo. Aproximadamente 1.8 milhão de crianças são afetadas pela exploração sexual comercial, e aproximadamente 600.000 crianças estão comprometidas em atividades ilícitas, como pequenos crimes e tráfico de drogas. Por causa da natureza escondida e ilegal de tais atividades, há muita dificuldade para medir as piores formas de trabalho infantil. Por conseguinte, obter dados desagregados por gênero também é difícil. Não obstante, permanece a necessidade urgente por tais dados.

## *Sensibilidade/força ética*

Esta Boa Prática foi consistente com os princípios de trabalho estatístico profissional, e conforme as normas de trabalho da OIT que pedem dados desagregados por sexo relativo a todas as formas de trabalho.

## *Condições necessárias para estas Boas Práticas*

- um mandato para produzir tais estatísticas globais sobre o trabalho infantil;
- estatísticos qualificados e pesquisadores; e

[39] Idades entre 5-11 anos todas as crianças no trabalho em atividade econômica; idades 12-14 todas as crianças no trabalho em atividade econômica, menos aqueles em trabalho leve; idades entre 15-17 todas as crianças em trabalho perigoso e outras formas piores de trabalho infantil.

- acesso às fontes, incluindo:
  - IPEC/SIMPOC as pesquisas nacionais sobre o trabalho infantil,
  - Pesquisas de Medidas de Padrão de Vida do Banco Mundial (LSMS) e outra baseada na família, pesquisas em larga escala sobre o trabalho forçado, e
  - números estimados de crianças economicamente ativas.

**Mais informações:**

OIT/IPEC: Toda criança conta: novas estimativas globais sobre trabalho infantil (Genebra, abril de 2002).

http://www.ilo.org/public/english/standards/ipec/simpoc/index.htm.

**Contatos:**

Coordenador de pesquisa e de projeto, Frank Hagemann, OIT/IPEC: hagemann@ilo.org.

Para suplemento nacional (Brasil) contatar: Pedro Américo Oliveira, OIT/IPEC Brasil: oliveirap@ilo.org. Renato Mendes, OIT/IPEC Brasil: mendes@ilo.org. Nadir Magalhães, OIT/IPEC Brasil: magalhães@ilo.org.

## 3.5. Integrar o tema gênero em avaliações temáticas

Nível 1: Prática inovadora

**Palavras-chave**: trabalhadores infantis domésticos; tráfico e exploração sexual comercial de crianças; avaliação temática; a comunidade e abordagens participativas; focalizando em fatores de demanda; repensando papéis de gênero.

**Estas Boas Práticas ilustram inclusive como gênero, em termos de referência para avaliações temáticas [40], foram um mecanismo importante no aprendizado de assuntos de gênero nestes temas. Os assuntos levantados nestas Boas Práticas mostraram que os resultados e recomendações emergem quando as considerações sobre gênero são incluídas.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

Esforços para enfrentar a discriminação de gênero em trabalho infantil são empreendidos em muitos países, inclusive as intervenções que visam as crianças envolvidas em trabalho doméstico e crianças que são traficadas e sexualmente exploradas.

**Tráfico e exploração sexual.** "Tráfico" é o termo usado para descrever o recrutamento de crianças de um local para outro, e a exploração subseqüente no novo local. Em todo o mundo, crianças em números consideráveis estão sendo diariamente usadas e exploradas para sexo, comercialmente e não-comercialmente. Traficar crianças e mulheres iguala a oferta com a demanda, e uma demanda crescente para prostituição infantil é incentivada por fatores como baixos padrões morais; uma tendência crescente para reduzir meninas, mulheres, meninos e homens a objetos sexuais; falta de respeito pelos direitos humanos e das crianças; as famílias disfuncionais; consumismo e globalização. Os dois últimos fatores especialmente são impulsionados pela mídia. Todos estes fatores que se reforçam mutuamente são exacerbados mais adiante onde as disparidades econômicas crescentes estão emergindo entre regiões e onde os humanos são deslocados em uma escala de massa devido a conflitos humanos ou desastre natural. As meninas pobres e as mulheres jovens são as vítimas principais do tráfico, embora também sejam visados os meninos e adolescentes masculinos para mercados de sexo específicos. Enquanto a situação varia de país para país, a demanda é principalmente de dentro um país, e os homens e adolescentes masculinos são freqüentemente os perpetradores principais de exploração sexual desses traficados.

**Trabalho doméstico infantil.** Milhões de crianças através do mundo estão sujeitas ao trabalho doméstico — outra pior forma de trabalho infantil, em muitas circunstâncias. Trabalho infantil doméstico é tipicamente invisível, ocorrendo na privacidade das casas. Pode infringir os direitos da criança, deixando-as expostas ao abuso físico, sexual e emocional, e normalmente privando as crianças de oportunidades educacionais. A maioria das crianças trabalhadores domésticos são meninas, embora a proporção de meninas e meninos varie de lugar para lugar. A causa subjacente principal é a pobreza. Outros fatores que contribuem incluem atitudes culturais relativas ao trabalho infantil, a condição das meninas e uma possível cultura de encorajamento do envio de crianças a parentes distantes. Crianças são constantemente requisitadas e privadas de sono. Elas podem comer comida inadequada e podem executar trabalhos perigosos para os quais não estão

[40] Esta Boa Prática está baseada em duas avaliações temáticas independentes comissionadas pela OIT/IPEC: (i) *Ação contra o tráfico e exploração sexual de crianças*: i*ndo onde as crianças estão,* uma avaliação de programas da OIT/IPEC na Colômbia, Costa Rica, Nicarágua, Filipinas, e Thailândia, junho de 2001; e (ii) S. Crawford e B. Poulson: Avaliação temática sobre crianças trabalhadores domésticos: Quênia, Tanzânia, Filipinas e Paquistão, junho de 2001.

preparadas. Em muitas culturas, os favores sexuais são vistos simplesmente como parte do trabalho. Meninas que escapam do trabalho doméstico freqüentemente correm um grande risco de terminar em prostituição ou em outras formas de exploração sexual comercial.

O tema de igualdade é relacionado à proteção de direitos da criança, inclusive direitos à educação, cuidado médico, tutela legítima e bem-estar social. A Convenção intergovernamental sobre os Direitos da Criança, comprometida legalmente, baseia-se no reconhecimento de que a desigualdade pode começar muito cedo na vida de indivíduos, e que gênero tem uma dimensão importante que contribui para tal desigualdade. A Convenção da OIT n°. 182 exige que os governos identifiquem e levem em conta as crianças com maior risco em especial a situação de meninas [41].

São freqüentemente necessárias abordagens diferentes para a menina e para o menino. Relações sociais e papéis de gênero que determinam as respectivas atividades em que as meninas ou meninos estão envolvidos são complexos e são reforçados pelos valores, normas e estereótipos que existem em cada sociedade. Ainda, tais papéis podem e devem mudar. Identificar e documentar os diferentes modelos de intervenções, que visam o mais desvantajoso, é útil. Nós podemos aprender de tal modelo a identificar quais aspectos são aplicáveis a outras situações.

Nos recentes anos 90, a Seção de Design, Avaliação e Banco de Dados da OIT/IPEC iniciou "avaliações temáticas [42]" em vários setores. São descritas duas destas avaliações nestas Boas Práticas: uma relativa ao trabalho doméstico infantil, e a outra relativo à exploração sexual comercial de crianças. Estes relatórios contêm uma riqueza de informação que considera várias experiências nacionais, e mérito de um estudo detalhado. Setores como trabalho doméstico e áreas como tráfico e exploração sexual de crianças — onde são encontradas muitas meninas trabalhando, contudo que são difíceis alcançar porque elas estão escondidas — precisam ser focalizados em uma abordagem global da igualdade de gênero sobre o trabalho infantil.

Nestas Boas Práticas, nós realçamos temas que emergiram das avaliações porque os pesquisadores usaram lentes de gênero.

### *Principais passos para executar as avaliações temáticas*

- Entre julho e setembro de 2000, uma avaliação temática foi administrada em todas as intervenções da OIT/IPEC relacionadas com crianças trabalhadores domésticos no Quênia, Paquistão, Filipinas e Tanzânia. As avaliações visaram:

  — prover uma síntese do trabalho da OIT/IPEC sobre o combate ao trabalho infantil doméstico, incluindo a identificação de possíveis estratégias de intervenção e modelos;

  — documentar realizações, lições aprendidas e conhecimento gerado na área de crianças trabalhadores domésticos nos quatro países; e

[41] A Convenção n°. 182 também exige dos governos que aprovem disposições na legislação nacional e que porporcionem ajuda direta retirando as crianças do trabalho infantil e sua reabilitação e integração social.

[42] Uma avaliação temática busca por intervenções, num dado momento, através de regiões que se ocuparam do mesmo tema.

— sugere possíveis orientações para futuros trabalhos baseado em experiência adquirida em campo.

- Entre setembro de 2000 e janeiro de 2001, uma avaliação temática focalizou o tráfico e exploração sexual de crianças na Ásia (Filipinas e Tailândia) e América Latina (Colômbia, Costa Rica e Nicarágua). O relatório resumiu experiências dos cinco países:

— elementos de programa merecedores de adaptação e réplica;

— elementos de programa com o potencial de serem desenvolvidos ou redirecionados;

— abordagens de programa que provaram ser mal-sucedidos; e

— áreas que deveriam ser consideradas em programação futura.

Já familiarizados com os conceitos relacionados ao gênero e as áreas de estudo respectivas para cada avaliação temática, os avaliadores independentes puderam usar uma lente de gênero para avaliar projetos da OIT/IPEC nas difíceis áreas de trabalhadores infantis domésticos, tráfico e exploração sexual de crianças.

### *Por que as avaliações temáticas são Boas Práticas na integração de gênero?*

**Iniciando a mudança institucional.** Estas iniciativas se qualificam como Boas Práticas porque realizaram avaliações temáticas de setores específicos, áreas ou assuntos, inclusive gênero, como um fator que afeta os resultados da intervenção e porque as recomendações se baseiam em assuntos relacionados ao gênero. O avaliadores foram escolhidos pela capacidade profissional de aplicar lentes de gênero na avaliação dos papéis de gênero na organização de trabalho infantil doméstico e tráfico de crianças e as conseqüências implementando intervenções.

Foi incluída, agora explicitamente, uma atenção ao gênero nos assuntos de referência para todas as avaliações temáticas organizadas pela OIT/IPEC. Isto contribui para uma cultura organizacional que habitualmente endereça desigualdades baseadas em gênero no trabalho de desenvolvimento. Isto, em troca, torna mais fácil programas futuros que planejem integrar preocupações de gênero sistematicamente. Por estas razões, as avaliações temáticas foram colocadas na Categoria 3 de ações necessárias para inserir gênero em todas as atividades — contribuindo para o processo de mudança institucional, neste caso dentro do própria OIT/IPEC.

Uma razão relacionada para incluir estas avaliações temáticas como Boas Práticas: os relatórios associados, documentas questões significativas e relevantes relacionados ao gênero e sobre o combate do trabalho infantil doméstico, tráfico e exploração sexual de crianças. Estes assuntos demonstram a ligação entre o gênero e a área de estudo, e oferece oportunidades para réplica em outras análises semelhantes.

- O *Relatório de avaliação temático sobre o trabalho infantil doméstico* documentou como a desigualdade de gênero é um fator prevalecente em crianças que se ocupam do trabalho doméstico e nas condições do tratamento subseqüente pelos empregadores.

- No *Relatório temático de avaliação de tráfico e exploração sexual de crianças*, por outro lado, duas recomendações relacionadas com gênero emergem: a necessidade de focalizar nos fatores de demanda do tráfico e exploração sexual de crianças; e no

repensar os papéis de gênero e dos grupos tradicionais alvo de programas desenvolvidos para combater a prostituição infantil.

Estes e outros assuntos relacionados de gênero levantados pelos avaliadores por causa da sua habilidade analítica de gênero são elaborados abaixo.

### *Relevância de abordagens participativas para combater o trabalho infantil doméstico*

*Avaliação temática sobre crianças trabalhadores domésticos* mostra como diferentes organizações em parceria com a OIT/IPEC responderam, usando prevenção, proteção, retirada ou abordagens de integração para o assunto de trabalho infantil doméstico.

As abordagens participativas são vistas agora como um componente vital para o bom desenvolvimento da prática e da integração de gênero. Boas Práticas são aquelas que envolvem as comunidades desde o começo da intervenção. Projetos de zonas rurais que apóiam a ação coletiva entre as mulheres e meninas provêem exemplos de atividades que potencializam o empoderamento. Exemplos de envolvimento de comunidade estão presentes no relatório da *Avaliação temática sobre crianças trabalhadores domésticos* das Filipinas e Tanzânia. Trabalhando ao nível da comunidade que usa a abordagem participativa leva tempo e requer recursos qualificados, mas tais abordagens demonstraram um impacto superior. Nas Filipinas, a abordagem integrada adaptada pelo Foro de Visayan funcionou em todos os níveis, desde as comunidades locais até o governo nacional, e parece ter sido um êxito e merecedora de réplica. O programa do Foro de Visayan enfatiza e torna o trabalho infantil doméstico reconhecido como uma forma de trabalho no qual os trabalhadores têm que ter seus próprios direitos, inclusive o direito para se organizar.

### *Efetividade: focalização dos fatores de demanda*

Ambos os relatórios de avaliação temáticos revelaram uma lição importante: planejamento bem-sucedido tem que se concentrar também do lado da demanda pelo trabalho infantil. Enquanto for essencial trabalhar diretamente com as meninas e mulheres vulneráveis, também é necessário perceber que isto não se dirige às raízes da demanda do problema — a demanda pela prostituição infantil ou fontes baratas de trabalho infantil doméstico. Focalizando nos temas da demanda, seja questionando as atitudes masculinas relativas ao trafico e exploração sexual de crianças, ou apontando os empregadores (homens e mulheres) tem demonstrado no passado que novas atitudes ser fomentadas. Devido ao fato de abordar atitudes que perpetuam situações desiguais para as mulheres e meninas, focalizar em fatores de demanda é uma Boa Prática na integração de gênero.

O *Relatório temático de avaliação de tráfico e exploração sexual de crianças* mostra que trabalhar do lado da demanda de assuntos é uma área onde a OIT/IPEC e seus parceiros desfrutam de uma vantagem comparativa. São recomendadas atividades com homens nos locais de trabalho, sindicatos, associações profissionais ou de trabalho, grupos/clubes com predominância masculina, e outros locais onde os trabalhadores se juntam, inclusive bordéis. Um exemplo da Tailândia mostrou um grupo de donos de bordel dispostos a ajudar a manter os menores fora da prostituição.

### *Inovar/criativo: repensando papéis de gênero e grupos-alvo para intervenções*

Empregar um filtro de gênero nas avaliações temáticas revelaram a necessidade de questionar os papéis geralmente aceitos de mulheres, homens, meninos e meninas. O Relatório temático de avaliação de tráfico e exploração sexual de crianças ilustrou que, embora a maioria dos abusadores sexuais e exploradores seja sem dúvida os homens, está

claro que as mulheres também agem como recrutadoras, intermediárias, provedoras, cabeças de famílias necessitadas e, numa menor extensão, clientes.

Os avaliadores acharam que as intervenções mais efetivas eram aquelas onde foram diferenciadas as necessidades e papéis de meninas e meninos como grupos designados, e onde foram vistos homens e mulheres como perpetradores de abuso e exploração. Os avaliadores recomendam evitar qualquer simplificação dos papéis de gênero, onde todos os homens são considerarados abusadores de sexo potenciais e todas as mulheres vítimas. O plano do programa muito freqüentemente não vê os meninos como vítimas potenciais e potenciais abusadores futuros; de acordo com o relatório, os meninos frqüentemente não são visados de nenhuma forma. O papel de mulheres facilitando o tráfico de crianças, como muitos homens, também deve ser levado em conta.

### *Condições necessárias para estas Boas Práticas*

- Distante de todas as regiões alvo, um conjunto de diferentes intervenções da OIT/IPEC e seus parceiros, relativos a áreas temáticas, achava-se em implementação.
- Diretrizes claras estavam presentes dentro da organização de desenvolvimento na necessidade para incluir perguntas relacionadas com gênero em avaliação. Os avaliadores fizeram resumos sobre estratégia de integração de gênero na organização.
- Os avaliadores puderam usar lentes de gênero, e estavam atentos aos assuntos relacionados ao gênero.
- A organização e os avaliadores foram convencidos que a adoção de uma abordagem sensível ao gênero nas avaliações era pertinente e efetivo. Mais importante para o conteúdo das avaliações, elas focalizaram em igualdade de gênero como um objetivo, em lugar de simplesmente focalizar mulheres e meninas como o grupo-alvo.
- Os avaliadores utilizaram várias técnicas e metodologias assegurando uma abordagem participativa na pesquisa.
- Os avaliadores eram independentes, e poderiam expressar os resultados e recomendações livremente, de acordo com a natureza.

**Mais informações:**

*OIT/IPEC Avaliação temática sobre crianças trabalhadores domésticos*. Esboço final (não editado), por uma equipe de avaliação independente. Por vir, 2002.

*Avaliação temática de programas da OIT/IPEC tráfico e exploração sexual de crianças: Tailândia, Filipinas, Colômbia, Costa Rica e Nicarágua*. Avaliação temática por uma equipe de avaliação independente (Genebra, OIT/IPEC, 2001).

Http://www.ilo.org/public/english/standards/ipec/publ/monitoring/traffickingreport.pdf.

Panudda Boonpala e Jude Kane: *Tráfico de crianças: o problema e respostas mundialmente*. Contém bibliografia através de regiões (Genebra, OIT/IPEC, 2001).

OIT/IPEC: Insuportável ao coração humano: criança trabalhando no trafico e ação para combatê-lo (2002).

Banco de desenvolvimento asiático: Combater o tráfico de mulheres e crianças no Sul da Ásia. Documento de síntese regional sumário (2002).

**Contatos relativos às avaliações da OIT/IPEC:**

Peter Wichmand: ipec_evaluation@ilo.org.

Pin Boonpala, OIT/IPEC, Bangcoc, boonpala@ilo.org

Equipe Técnica de Grupos Vulneráveis: ipec@ilo.org.

Mais informações sobre avaliações do IPEC podem ser encontradas no:
http://www.ilo.org/public/english/standards/ipec/publ/monitoring/index.htm.

**Categoria 4: Dando uma voz ativa às meninas e às mulheres**

4.1. Como as meninas envolvidas na prostituição descrevem sua situação na Tanzânia.

4.2. As mulheres unidas pela da campanha de futebol "Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil"

4.3. Evitando o tráfico de mulheres e crianças na região de Mekong: um método participativo

4.4. Dando um "espaço" para as mulheres se reunirem e descobrirem sobre os riscos de tráfico na China

4.5. Uma voz para as meninas e os meninos como consultores nacionais interessados contra as piores formas de trabalho infantil no Nepal

4.6. Dando ouvidos às opiniões sobre as questões de igualdade de gêneros na Guatemala

## 4.1. Como as meninas envolvidas na prostituição descrevem sua situação na Tanzânia

Nível 1: Prática inovadora

**Palavras-chave:** avaliação rápida; crianças envolvidas na prostituição; relações de gêneros; ouvindo mais as meninas.

**Ao dar às meninas envolvidas uma chance de falar sobre sua situação e suas relações com os outros, os métodos de pesquisa utilizados na avaliação rápida das crianças em prostituição na Tanzânia [43] ofereceram um quadro mais claro sobre os fatores subjacentes à prostituição infantil.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

Como acontece em muitos outros países, a prostituição infantil é um assunto tabu na Tanzânia, o que dificulta a coleta de informações corretas sobre até que ponto as crianças estão envolvidas. Contudo, acredita-se que a maioria dessas crianças sejam meninas, sendo a prostituição um último recurso para aquelas sem outra opção de sobrevivência. Contudo, para resolver o problema das meninas envolvidas na prostituição é importante que não se tenha como foco apenas as meninas, como se elas existissem independentemente das relações sociais que as levam a essa situação. Um foco de gênero na pesquisa também deveria analisar o contexto socioeconômico das relações homem/mulher e mulher/mulher que levam as meninas a se envolverem com a prostituição.

A avaliação rápida é um método flexível de pesquisa que utiliza diversos métodos de coleta de dados de uma só vez, geralmente combinando informações quantitativas e qualitativas. As avaliações rápidas podem revelar a existência de populações infantis trabalhadoras «escondidas», tais como as populações infantis envolvidas com a prostituição. Se realizado com cuidado por pesquisadores conscientes, esse método dá uma chance às meninas envolvidas na prostituição de falar, assegurando melhor que suas próprias perspectivas sobre sua situação — inclusive a relação com a família, os clientes, cafetões e outras crianças na prostituição — sejam pesadas em qualquer intervenção futura sobre essa pior forma de trabalho infantil.

O primeiro grande trabalho sobre prostituição infantil na Tanzânia foi realizado em 2000, pela OIT/IPEC, pela Tanzanian Kiota Women's Health and Development Organization – KIWOHEDE. A pesquisa documentou a extensão e a natureza desta pior forma de trabalho, utilizando as informações obtidas diretamente com as meninas envolvidas na prostituição. Esse estudo foi realizado em quatro regiões da Tanzânia [44],onde as entrevistas foram feitas com 246 meninas e 6 meninos envolvidos na prostituição, mais 80 meninas que não trabalhavam e 43 membros da comunidade.

### *Principais passos para realizar a avaliação rápida*

No início de 2000, a OIT e o UNICEF desenvolveram um manual de avaliação rápida adequado para a pesquisa sobre as questões de trabalho infantil. Na Tanzânia, esse manual e a metodologia foram aplicados para:

[43] Essa Boa Prática tem como base uma avaliação rápida ILO / IPEC realizada em 2000, na Tanzânia.

[44] Dar es Salaam, Mwanza, Singida e Ruvumas.

- determinar as causas da prostituição infantil na Tanzânia;

- ter acesso às condições de estilo de vida que levam as crianças a se envolverem com a prostituiçao;

- analisar as características sociais das crianças na prostituiçao e as conseqüências que essas crianças sofrem;

- propor medidas de intervenção para eliminar a prostituição infantil; e

- testar e avaliar a metodologia de avaliação rápida da OIT/UNICEF.

Antes do estudo, foi realizada uma oficina de treinamento sobre avaliação rápida. Diversas ferramentas do manual de avaliação rápida da OIT e do UNICEF foram discutidas, e os pesquisadores propuseram métodos de pesquisa, inclusive:

- conversas com as crianças envolvidas na prostituição;determinar as causas da prostituição infantil na Tanzânia;

- entrevistas (não estruturadas e informais, entrevistas-chave com informantes e entrevistas em grupo); o KIWOHEDE preparou um guia de entrevista para as meninas na prostituição e uma lista de verificação para as entrevistas comunitárias;

- métodos de avaliação participativa, tais como andar com as meninas nas áreas onde elas trabalham enquanto fazem uma proteção informal, pedindo às meninas que indiquem os locais de trabalho;

- observação direta das meninas envolvidas na prostituição; e

- triangulação como uma forma de fazer uma verificação cruzada nas informações para exatidão (reunindo as informações sobre a mesma questão de pelo menos três perspectivas e fontes, talvez ouvindo pessoas diferentes com diferentes pontos de vista em relação ao mesmo tópico).

Nas quatro regiões pesquisadas, os líderes comunitários em nível local e os informantes-chave participaram na seleção das localidades para se reunir e conversar com as meninas. Para obter acesso às crianças, os pesquisadores homens se fizeram passar por clientes. Uma vez aceito por uma menina como seu «cliente», era difícil passar para outra menina para obter informações diferentes. Geralmente, as meninas reivindicavam uma compensação financeira pela perda de um cliente, e os pesquisadores precisavam comprar bebidas e lanche para elas. Os pesquisadores trabalharam por longas horas, normalmente nas primeiras horas da manhã, uma vez que as meninas envolvidas na prostituição eram mais facilmente encontradas à noite. Com base nas informações fornecidas pelas próprias crianças, os pesquisadores às vezes precisavam se mudar rapidamente para outro lugar. Uma vez que muitas meninas usavam seu idioma local, em muitos casos foi necessário superar barreiras de idiomas. Uma boa compreensão oral era essencial. Os pesquisadores geralmente precisavam se colocar em situações ameaçadoras em áreas com um registro de crimes violentos.

## *Por que a avaliação rápida é uma boa prática na integração de gêneros?*

**Dando uma voz ativa às meninas e às mulheres (e a outras pessoas marginalizadas).** A avaliação rápida é considerada uma Boa Prática porque os métodos de pesquisa deram uma voz ativa às meninas envolvidas na prostituição, permitindo que elas expliquem as relações de gênero exploradoras que elas próprias viveram. Assim, o

processo de avaliação rápida é classificado como uma ação OIT/IPEC Categoria 4, para integrar as questões de gênero em todas as atividades: dando às meninas e às mulheres e a outras pessoas marginalizadas uma voz ativa ao aumentar sua participação, assegurando que suas perspectivas sejam levadas em consideração.

Essa foi a primeira vez que esse método foi utilizado para lidar com essa questão na Tanzânia — na realidade, foi uma das primeiras vezes que o método de avaliação rápida da OIT/UNICEF foi utilizado em qualquer lugar [45]. O estudo teve dois grandes objetivos:

- fornecer informações sobre a situação das crianças envolvidas na prostituição para a elaboração de futuros programas para combater essa pior forma de trabalho infantil; ou
- para assegurar que os programas futuros também reflitam essas necessidades das meninas, seus interesses e visão de uma vida melhor.

### *Relevância: dando uma voz ativa às meninas envolvidas na prostituição*

Se os pesquisadores pretendem entender a natureza dessa pior forma de trabalho infantil, é essencial que as meninas envolvidas na prostituição participem descrevendo sua situação. Neste caso, os métodos de pesquisa foram especialmente adaptados para a situação das meninas na prostituição, o que facilitou a coleta de informações de base.

A análise quantitativa, como traduzir, interpretar e categorizar essas informações, foi combinada a uma análise qualitativa, tal como tabulação e cálculo dos totais, médias e percentuais, que resultou em uma maior qualidade da informação, permitindo uma representação mais complexa da menina envolvida na prostituição na Tanzânia. As informações qualitativas fornecidas pelas meninas ajudaram a explicar o por que dos dados quantitativos. Os pesquisadores registraram como as meninas eram recrutadas, por exemplo, e como elas mesmas viam sua relação com os proprietários, os clientes e os cafetões. As áreas que precisavam de uma investigação mais profunda, como por exemplo a pornografia infantil, foram identificadas.

### *Sensibilidade / força ética: um foco nas relações de gênero*

Foi importante que o problema das meninas na prostituição não fosse analisado separadamente dos fatores de demanda do cliente. As meninas responderam a perguntas sobre seus 'clientes'. Por meio de entrevistas com as meninas e os outros envolvidos, bem como a partir de observações diretas, os pesquisadores categorizaram os clientes e suas ocupações. Os clientes que exploravam as crianças tinham diferentes idades, condições sociais e nacionalidades. Os clientes, a maioria dos quais ricos, incluíam donos de bares, hotéis ou lojas; trabalhadores de classe média; grandes comerciantes; migrantes estrangeiros; motoristas de táxi; motoristas de caminhão; policiais; jovens e funcionários do governo.

[45] Agora a OIT/IPEC/SIMPOC já realizou mais de 40 avaliações rápidas sobre as piores formas de trabalho infantil em mais de 20 países. Esses estudos tiveram como foco os tópicos de crianças em escravidão; trabalhadores infantis domésticos; crianças envolvidas em conflitos armados; tráfico de crianças; tráfico de drogas; trabalho perigoso em agricultura comercial, pesca, depósitos de lixo, mineração e no ambiente urbano; exploração sexual; e crianças em situação de rua trabalhadoras. Para maiores detalhes, consulte www.ilo.org/public/english/standards/ipec/simpoc/ra/index.htm.

A pesquisa elucidou mais do que as relações de exploração das meninas com clientes homens, também lançando uma nova luz sobre as relações com cafetões e cafetinas e outros intermediários que facilitam a entrada da menina na prostituição. As relações desiguais de poder refletiram-se na proporção de quanto as meninas recebiam de fato dos cafetões e como elas gastavam esse dinheiro. Às vezes, por exemplo, o pagamento delas mal cobria o aluguel.

A pobreza é o principal fator de impulsão por trás do envolvimento na prostituição. O relatório da avaliação rápida também enfatizou as relações que inicialmente levaram as meninas a se envolverem nesse trabalho. A grande mobilidade de crianças na Tanzânia (mudando-se como trabalhadoras domésticas para parentes distantes desde uma idade muito tenra e, de forma geral, sofrendo abuso dos empregadores) também contribui para que as meninas se envolvam na prostituição. Apesar de haver um sistema organizado que recrute as meninas, elas normalmente se envolvem na prostituição através da relação com outras crianças, tais como irmãs mais velhas, parentes e amigos. Por diversos motivos, as próprias crianças recrutam seus parentes, amigos ou crianças que vivem com elas na mesma casa ou na vizinhança. Em algumas áreas, as normas culturais incentivam a ensinar às meninas como fazer performances sexuais para os homens. Uma negligência geral na família em relação à questão da prostituição também facilita a entrada da menina na prostituição.

Outras relações desiguais de gênero enfatizadas pelas meninas incluíam a forma como elas lidam com a polícia. Quase todas as entrevistadas relataram que sofreram sérios abusos, estupro ou que apanharam da política. Numa situação dessas, será difícil a implementação de leis que proíbam a prostituição infantil.

## *Efetividade/impacto da pesquisa*

Com base nos resultados da avaliação rápida da Tanzânia, foram preparados guias práticos para as intervenções contra a exploração sexual comercial das crianças. Essas diretrizes davam conselhos às organizações que trabalham com crianças envolvidas na prostituição sobre como melhorar ou mudar de alguma forma as intervenções existentes. As diretrizes buscam assegurar que se escute a opinião das crianças envolvidas na prostituição antes de elaborar as intervenções.

## *Replicabilidade*

Como mencionado, o estudo utilizou o manual de avaliação rápida da OIT/UNICEF e, ao utilizar essa metodologia novamente, pode-se fazer um estudo comparativo em qualquer ponto. Desde a pesquisa na Tanzânia, a metodologia descrita no manual foi replicada e utilizada em muitos países no mundo todo. As condições necessárias para replicabilidade incluíram treinamento de pesquisadores sobre como conduzir uma pesquisa tão importante.

## *Condições necessárias para essa Boa Prática*

- Havia uma metodologia de avaliação rápida, fácil de ser seguida, oferecendo uma seleção de ferramentas que poderiam se adaptadas ao local.

- Foi preparado um manual de treinamento para entrevistas.

- Foram preparados questionários bem adaptados, com equilíbrio de gêneros.

- Foi necessária uma autorização oficial do governo para começar o estudo.

**Maiores informações:**

Kiota Women's Health and Development Organization (KIWOHEDE) Buguruni Hse Nº 217, Caixa Postal 1269, Dar es Salama. Tel: +255-22-286 1111.
Dr. Rwegoshora, consultor líder.
Outros pesquisadores: Kamala, E.; Lusinde, E.; Mmillinga, J.; Mwaitula, J.

KIWOHEDE (Kiota Women's Health and Development Organization).
Caixa Postal 1269, Dar es Salaam, Tanzânia.
Tel. 255-22-218-1855.
E-mail: katri@africaonline.co.tz.

OIT/IPEC, Escritório da Área da OIT para a África Oriental, Sea View Rd., Caixa Postal 9212.
Dar es Salaam, Tanzânia.
Tel.: 255-22-2126821/684/6826.
Fax: 255-22-2126627/52.97, 213.41.41.

**Detalhes completos do estudo estão disponíveis na web:**

OIT: Investigating child labour: Guidelines for rapid assessment – A field manual (Janeiro de 2000). Disponível no endereço http://www.iol.org/pubic/english/standards/ipec/simpoc/guides/index.htm.

E. Kamala, E. Lusinde, J. Millinga, Mwaitula, Gonza, Juma e Khamis: *Children in Prostitution in Tanzania: A rapid assessment* (Genebra, OIT/IPEC, Janeiro de 2002). Disponível em http://www.ilo.org/public/english/standards/ipec/simpoc/tanzania/ra/prost.pdf.

E. Kamala, E. Lusinde, J. Millinga, Mwaitula: Tanzania: Children in prostitution – A rapid assessment (Ginebra, OIT/IPEC, noviembre, 2001). ISBN 92-2-112832-6.

OIT/IPEC: *Synthesis report on good practise in fighting CSEC in Eastern Africa: Experience from Uganda, Kenya, Tanzania, and Zambia*. Versão preliminar (a versão final será publicada em breve).
OIT/IPEC: *Good practice in fighting* CSEC: Experience from Tanzania (em breve).

Idem: The impact of HIV/AIDS on child labour in Tanzania, IDS, KIWOHEDE (Genebra, Dar es Salaam, a ser publicado em 2002).

**Outros recursos:**

J. Ennew e outros: *Children in need of special protection measures: A Tanzanian study* (Dar es Salaam, UNICEF, 1999).

KIWOHEDE: *Attacking girl child sexual exploitation in Tanzania: The work of KIWOHEDE in Iringa, Mbeya, and Ruvuma regions of Tanzania* (Dar es Salaam, KIWOHEDE/OIT – IPEC, 2001).

**Exemplos de boas práticas na Tanzânia:**

Tanzania Media Women's Association (TAMWA): Awareness raising on the rights of children and women through newspapers and radio programmes. Detalhes de contato: Sra. Leila Sheik, Diretora, Caixa Postal 8981, Dar es Salaam, Tanzânia. Tel +255-22-211 5278.

As pessoas que lutam contra a AIDS na Tanzânia (WAMATA) operam um programa multifacetado de serviços para as pessoas que vivem com HIV/AIDS e para os lares e crianças afetados. Detalhes de contato: Deutsch-Tansanische Freundschaftsgesellschaft (DETAF) E. V., Riesweg 22, D-26316 Varel, Alemanha, Tel/fax: 04451-969489; e-mail: info@detaf.de; website: www.detaf.de.

Tanzania Netherlands Project to Support HIV/AIDS Control in Mwanza (TANESA): prevencao de HIV/AIDS e intervenções em nível de distrito no Distrito de Mwanza. Detalhes de contato: Caixa Postal 434, Mwanza. Tel.: +255.68.41440; fax: +255.68.500236; e-mail: tanesa@tan2.healthnet.org.

## 4.2. As mulheres unidas pela campanha de futebol “Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil”

Nível 1: Prática inovadora

**Palavras-chave:** campanha de combate ao trabalho infantil; envolvendo as mulheres; futebol.

**Essa Boa Prática ilustra de que forma a participação das mulheres pode abrir as portas para muitas possibilidades. Neste caso, construir o talento das mulheres para mobilização de recursos contra o trabalho infantil funcionou de uma forma muito eficiente [46].**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

Oferecer às mulheres, no nível básico, uma voz mais ativa, aumentando sua participação nas ações contra o trabalho infantil, ajudará a assegurar que as mulheres também sejam ativas promotoras da mudança social nesse sentido. Independentemente do importante papel que as mulheres desempenham em divulgar mensagens sobre o trabalho infantil, aumentando a oportunidade de suas idéias serem ouvidas — uma vez que as mulheres e os homens têm diferentes experiências de vida — também pode revelar métodos não imaginados e novos para os programas ou as campanhas contra o trabalho infantil.

As mulheres podem já ter passado por muitos dos constrangimentos que atualmente forçam as meninas a se envolver no trabalho perigoso. Na verdade, elas podem passar a mensagem em relação ao trabalho infantil de meninas de uma forma mais fácil de ser entendida. Da mesma forma, os homens podem ser melhores para articular os motivos por que alguns meninos terminam por se tornar trabalhadores infantis.

Além disso, tanto os homens quanto as mulheres são empregadores de crianças trabalhadoras domésticas. Portanto, toda a sociedade civil deve ser incentivada a se envolver em debates relevantes e em campanhas contra o trabalho infantil. A integração de gêneros demanda a participação integral das mulheres em todas as esferas da vida. Qualquer organização que tente integrar os gêneros deve lidar com questões relacionadas a oferecer às mulheres uma voz mais ativa em diversos setores. Muitos programas enfrentam o desafio de identificar «agentes de mudança» femininas, que possam assessorar e contribuir tanto como peritas quanto como participantes.

Tradicionalmente, o futebol, desde seus fãs até os treinadores, tem sido domínio masculino. Contudo, os últimos anos viram uma mudança surpreendente – agora, mais mulheres do que nunca estão assistindo e jogando futebol, com toda a família indo às partidas de futebol. O interesse da mulher pelo futebol também ganhou destaque.

O futebol é ótimo para reunir multidões e o entusiasmo social pelo jogo ofereceu uma oportunidade inovadora para lançar a mensagem da campanha Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil, da OIT/IPEC, para milhões de pessoas na África. O cartão vermelho, um dos símbolos mais reconhecidos no mundo, é mostrado em caso de séria violação da regra no campo de futebol. A campanha Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil tomou emprestado o simbolismo do cartão vermelho para mostrar a inaceitabilidade social do trabalho infantil. A campanha foi lançada em 18 de janeiro de 2002, em Bamako, durante a

[46] Essa Boa Prática é baseada na campanha Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil, da OIT/IPEC, lançada em 18 de janeiro de 2002, Bamako, Mali.

Copa Africana das Nações, com o Presidente de Mali e co-patrocinadores da Confédération Africaine de Football (CAF) e do Comité d´Organization de la Coupe d´Afrique des Nations (COCAN) 2002. Dentre os parceiros, estavam a CAF, o COCAN, a Fédération Internationale de Football Association (FIFA), organizações da ONU e a mídia, com oficiais, juízes, futebolistas, treinadores e músicos também contribuindo para a campanha.

Em Mali, uma ONG conhecida como Coordinators for Women's Associations and NGO's (CAFO) [Coordenadores para as Associações e ONGs de Mulheres], que tem aproximadamente 5.000 membros, foi muito útil na mobilização de apoio em toda Mali para a campanha Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil. Apesar da campanha originalmente não ter qualquer foco específico na «íntegração de gênero», um forte enfoque em gênero surgiu por meio do envolvimento da CAFO.

### *Principais passos para iniciar essa prática*

A campanha de publicidade contou com três elementos: um cartão vermelho de verdade, uma música intitulada «Cartão Vermelho» e um vídeo em três formatos diferentes (30 segundos, 2 minutos e 3 minutos). Diversas atividades relacionadas a esses elementos foram realizadas com a CAFO durante a campanha Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil na Copa Africana das Nações. A CAFO organizou uma marcha de mulheres pelas ruas de Bamako durante a competição para conscientizar o público e a mídia em relação às piores formas de trabalho infantil. Líderes proeminentes das organizações e instituições de Mali também participaram da marcha. Um manifesto contra o trabalho infantil foi entregue ao Ministro do Trabalho, na presença de outras autoridades importantes.

Outras atividades e eventos:

- Uma partida de futebol feminino foi organizada em Bamako, durante a qual um grupo de teatro para o desenvolvimento das mulheres fez uma paródia sobre o trabalho infantil.
- A canção «Cartão Vermelho» foi apresentada em francês, inglês e lingala, por Pierrette Adams, um cantor africano, acompanhado por músicos da Costa do Marfim, «Bacana Maiga».
- Mais de 50 líderes da CAFO participaram de um debate sobre o papel das mulheres e das associações de mulheres na luta contra o trabalho infantil.
- Uma festa cultural — a «Noite Balafon» — foi organizada para sensibilizar o público em relação ao problema do trabalho infantil.
- As crianças trabalhadoras domésticas chamaram a atenção para as difíceis condições de trabalho em que vivem.
- Camisetas, bandeiras, painéis de amostra, cartazes, folhetos, emblemas e apitos foram amplamente distribuídos pela CAFO.
- A CAFO organizou outros grupos de mulheres e crianças para dançarem e cantarem durante a Copa Africana das Nações.
- Um conhecido humorista africano fez um improviso sobre o tema «Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil».
- Foram apresentadas mensagens de jogadores e celebridades contra o trabalho infantil.

## Por que a campanha Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil é uma Boa Prática na integração de gêneros?

**Dando uma voz ativa às meninas e às mulheres (e a outras pessoas marginalizadas).** O que essa boa prática tem de especial é que, sob a ONG/CAFO, ela envolveu mulheres – apesar da representação das mulheres em um esporte como o futebol ser, de forma geral, considerada fraca. Assim, essa prática ofereceu um mecanismo para incorporar as experiências das mulheres e das meninas em uma campanha que usou o futebol, o esporte mais popular do mundo, para dar ênfase às questões do trabalho infantil. A prática demonstrou que, mesmo em uma área tão dominada pelos homens, há espaço para incluir as mulheres, absorver suas experiências e aplicar sua expertise. Na essência, as mulheres conseguiram uma voz mais ativa ao aumentar sua participação na campanha. Assim, a campanha Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil se inclui na Categoria 4 nos métodos OIT/IPEC para a transversalização das questões de gênero — dando uma voz ativa às meninas e às mulheres.

## Efetividade/Impacto: a mobilização das mulheres em torno da campanha

Os membros da CAFO fizeram um trabalho maravilhoso ao mobilizar a participação na campanha do Cartão Vermelho.

A mobilização é um processo de aproximar as pessoas para discutirem problemas comuns e as possíveis soluções, geralmente levando à criação redes e práticas de *lobby* para o reconhecimento das questões selecionadas. Com a mobilização, as pessoas ganham mais poder de lidar com a situação por elas mesmas. Por exemplo, os grupos podem se reunir para discutir suas experiências, reconhecer os elementos de discriminação e opressão e elaborar estratégias coletivas para superar esses problemas.

A efetiva promoção da mudança social deve envolver tanto as mulheres quanto os homens. A participação das mulheres, contudo, geralmente necessita de um maior envolvimento e compromisso dos homens e de instituições de domínio masculino. Pelo envolvimento da CAFO nesta campanha, os homens e as instituições de domínio masculino puderam ver como milhares de mulheres e jovens deram mais vida às partidas de futebol com o *slogan* «Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil». Basicamente, o que aconteceu foi que se abriu um espaço onde as mulheres puderam se organizar em volta de um problema. Com isso, houve um público para as vozes das mulheres, bem como para as de muitos homens, em uma área onde geralmente as mulheres são menos visíveis.

## Mudança sustentável nas atitudes para com as mulheres

Depois da campanha do Cartão Vermelho, tendo recebido toda a responsabilidade pelos aspectos de uma iniciativa tão importante contra o trabalho infantil, as mulheres participantes compartilharam seus sentimentos de confiança e auto-estima cada vez maiores. As atitudes masculinas em relação às mulheres também mudaram. O valor da contribuição das mulheres para a campanha, bem como sua capacidade organizacional e a força de convicção, foram reconhecidas pelos homens e foram muito apreciadas.

## Replicabilidade

As lições aprendidas em relação ao envolvimento das mulheres — por exemplo, sua excelente capacidade de se mobilizar e organizar — reforçaram a crença, entre as pessoas que trabalham para erradicar as piores formas de trabalho infantil, de que é importante

fazer parcerias com as ONGs de mulheres em campanhas futuras. Devido ao sucesso da campanha Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil em Mali, há planos para reproduzir a ação e envolver grupos de mulheres nos principais eventos futebolísticos regionais e internacionais — entre outros, o Campeonato Sul-Americano Sub-20, no Uruguai (janeiro de 2003), a Copa América no Peru (2004) e a Copa do Mundo Feminina na China (setembro de 2003).

### *Condições necessárias*

- Uma organização confiável de mulheres (CAFO) já era ativa em Mali.
- Os organizadores da campanha tiveram a segurança e a capacidade de delegar a maioria das atividades da campanha para a CAFO, ficando na retaguarda e deixando que a CAFO organizasse os eventos da forma que achasse mais conveniente.
- Uma vez cientes da importância potencial de seu papel na mobilização das pessoas para a mudança social, as instituições públicas cooperaram com a campanha.
- O suporte total da mídia foi um elemento importante.
- O suporte de personalidades e artistas conhecidos e queridos transformou a campanha em um evento popular.

**Maiores informações:**

Vídeo: *Red card to child labour.* Fact sheet (IPEC, 14 de março de 2002).

Folheto Cartão Vermelho: Manifesto of CAFO: «*Red card to child labour*». Relatório da campanha (quando finalizada); documento «ILO waves a red card».

**Contatos:**

Sr. Pierre Hébrard, consultor OIT/IPEC, hébrard@ilo.org. ou ipec@ilo.org.

CAFO: Madame TRAORE Oumou TOURÉ, Secretária Executiva da CAFO, tel./fax: (223) 20-06-51, BP. 2774, Bamako; e-mail woiyo@hotmail.com / woiyoo@yahoo.fr; Sogoniko, Rue 114, Porte 590, Bamako.

## 4.3. Evitando o tráfico de mulheres e crianças na região de Mekong: um método participativo

Nível 3: Boa Prática reproduzida

**Palavras-chave:** métodos participativos; igualdade de gêneros; focos nas partes interessadas; capacitação e treinamento empresarial; conscientização sobre a situação das mulheres; planejamento com base na comunidade.

**Esta Boa Prática ilustra como uma ênfase no desenvolvimento participativo – dando uma oportunidade de expor seus pontos de vista àqueles que geralmente não têm voz ativa no planejamento de seu futuro – é vital para o alinhamento de gêneros e sua prática efetiva de desenvolvimento** [47].

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

A questão de gênero é altamente relevante para os aspectos de oferta e de demanda no tráfico comercial de pessoas. Em muitas sociedades asiáticas, por exemplo, espera-se que as crianças sacrifiquem sua educação e assumam as principais responsabilidades pelos pais e por outros membros da família, concessões que não se espera que seus irmãos façam. Também é comumente aceito que um dia as meninas se casarão e deixarão a casa, trazendo pouco dinheiro ou nenhum para a casa de seus pais. Nessas situações, as meninas geralmente são vistas como um «investimento relativamente precário» e, para muitos, mandá-las embora para trabalhar parece ser uma melhor opção. As meninas também são, algumas vezes, consideradas como dispendiosas ou como fardos em lares mais pobres. As leis e a força de cumprimento da lei, além de regras informais impostas por muitos contextos sociais, fazem parte dessas expressões de desigualdade de gênero.

Todas as crianças traficadas sofrem de isolamento da família e da comunidade, de medo e de trauma psicológico conseqüentes da situação ilegal, do dano físico e emocional, e da perda da infância e da educação. Assim sendo, as crianças traficadas, de forma geral, enfrentam um futuro tenebroso. As meninas traficadas, contudo, sofrem ainda mais, por causa do maior risco de gravidez, maternidade precoce e doenças reprodutivas que podem afetar sua capacidade de ter filhos na vida futura. Além disso, as crianças traficadas geralmente têm vergonha de sua atividade sexual anterior (quer tenha sido forçada ou não). Essas meninas normalmente são rejeitadas quando voltam para suas famílias ou comunidades com um filho ou com complicações reprodutivas. Sem família e sem aceitação social, em muitas sociedades, suas chances de casamento diminuem muito e elas podem cair novamente na mão de traficantes ou voltar a situações de exploração, por desespero (Boonpala e Kane, 2001) [48].

[47] Essa Boa Prática vem do Projeto Sub-regional de Mekong para Combater o Tráfico de Crianças e Mulheres, Fase 1, 1997 – 2002.

[48] Esses dois parágrafos introdutórios foram adaptados de Panudda Boonpala e June Kane, Trafficking of children: *The problem and responses world-wide* (2001). Uma versão preliminar de um relatório sobre o tráfico de crianças para distribuição, que está por ser apresentado no 2º Congresso Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, Yokohama, 17 a 19 de dezembro de 2001.

O Projeto de Tráfico de Crianças e Mulheres da OIT/IPEC (Projeto TICW) teve início em 1997 e está iniciando sua segunda fase em 2003 [49]. O projeto cobre o Camboja, a República Democrática de Lao, a Tailândia, o Vietnã e a Província de Yunnan, da China. O projeto pretende reduzir o trafico de crianças e mulheres na grande Sub-região de Mekong. Esse objetivo será realizado por meio da capacitação, conscientização, defesa e assistência direta. O projeto é financiado pelo Departamento para Desenvolvimento Internacional (DFID), do Reino Unido, e está sendo realizado em colaboração com o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero da OIT (GENPROM), e pelo Escritório de Área da OIT em Bangcoc (BAO) com a Equipe Multidisciplinar de Assessoria para a Ásia Oriental (EASMAT).

O Projeto TICW começou com uma «fase de construção de plataforma», que realizou pesquisas de ação sobre a situação do tráfico de mulheres e crianças, inclusive a análise das lições aprendidas em outros projetos sobre tráfico. Foram organizadas consultas sub-regionais com diversas partes interessadas. Com base na análise realizada na fase preparatória, os programas e as atividades de ação, inclusive os projetos de assistência direta, foram preparados. Centenas de famílias com crianças em risco de serem traficadas se beneficiaram do Projeto TICW, com planos de geração de renda, educação e treinamento de capacidades, microfinanças e intervenções de conscientização. As famílias obtiveram renda o bastante para economizar dinheiro e enviar as crianças à escola ao invés de mandá-las embora para trabalhar.

### *Principais passos no alinhamento de gênero no projeto TICW*

- Foram criadas diretorias executivas nacionais sobre tráfico de mulheres e crianças nos países participantes.
- Os distritos e as vilas são escolhidos para intervenção utilizando-se dados em nível de província para fins de seleção. A coleta de dados em nível local inclui discussão com grupo focal, tratando tanto dos problemas quanto das soluções, com crianças, mulheres e outros grupos. São feitos esforços especiais para que as mulheres participem desses grupos focais.
- O Projeto TICW beneficiou-se das experiências dos funcionários do programa OIT GENPROM, que tem capacidade de promover igualdade de gênero na criação de trabalho.
- O projeto também capitalizou, onde possível, os serviços e fontes de dados existentes, complementando os recursos disponíveis, ao invés de duplicá-los.
- São oferecidos fundos para assistência direta e projetos comunitários. Os projetos de desenvolvimento comunitário são estabelecidos nas áreas geográficas selecionadas por meio de um processo participativo que emprega, de uma forma que leva o gênero em consideração, a técnica de planejamento de projeto voltado a um objetivo. Os comitês das vilas são criados por um método participativo. Em muitas situações, recomendou-se que pelo menos metade dos membros da comunidade nomeados em cada vila fossem mulheres (ou seja, a cota para assegurar a representação equilibrada de sexos). Muitos dos projetos comunitários têm como foco parcial o desenvolvimento de estratégias alternativas de modo vida, capacitação, geração de renda e educação básica. Em algumas regiões, foram produzidos manuais para

[49] No final de 2001 foi realizada uma avaliação deste projeto.

treinamento técnico orientado ao mercado e atividades de geração de renda relevantes para as mulheres (e homens).

- Em julho de 2002, uma intervenção-piloto de suporte [50] foi elaborada para possibilitar que as organizações parceiras da OIT lidassem com desigualdades de gênero de uma forma mais sistemática, e para conscientizar através da capacitação e da formação de redes. Em nível de país, foram montadas equipes de gênero e trabalho infantil. A intervenção-piloto desenvolveu e implementou uma avaliação de necessidades de treinamento e formação de rede para análise de gênero, avaliando as boas práticas, as lacunas, os materiais de treinamento existentes etc. A próxima fase dará apoio a oficinas de treinamento dos instrutores.

## *Por que o projeto TICW é uma Boa Prática em integração de gênero?*

***Componente integrado de gênero***. O projeto TICW se inclui como uma boa prática porque — seguindo a fase de construção da plataforma do projeto supracitada — todas as atividades nos programas de ação incluem um componente integrado de gênero. O componente integrado de gênero é, em grande parte, devido à colaboração com o programa OIT/GENPROM, que tem como foco melhores trabalhos para mulheres e igualdade de gênero [51]. Visando diminuir as desigualdades de gênero que levam ao tráfico de mulheres e ***meninas***, o projeto tem como alvo as mulheres e as meninas com capacitação e treinamento empresarial no nível da vila. Conseqüentemente, o projeto TICW tem oferecido criação de emprego, modos de vida alternativos e alfabetização legal para muitas meninas e moças em risco de serem traficadas.

***Ênfase no desenvolvimento participativo.*** O projeto TICW também se inclui como uma boa prática na integração de gênero por causa de sua ênfase no desenvolvimento participativo, um componente vital dos métodos de integração de gênero e da prática geral de bom desenvolvimento. Assim sendo, incluímos o projeto na ação de Categoria 4 [52]. É essencial que se evite métodos de cima para baixo nas intervenções do projeto, no projeto TICW, e as partes interessadas em nível de base desempenham um papel importante na identificação de opções realistas de desenvolvimento. Através de um método de planejamento com base na comunidade para projetos de assistência direta em nível de vila, o projeto TICW oferece às meninas e às mulheres uma chance maior de se envolverem. A participação na elaboração de atividades é aumentada deliberadamente por meio de consultas diretas. (Os métodos participativos geralmente revelem diferenças significativas de gênero. No Camboja, por exemplo, os homens consultados em duas vilas priorizavam o acesso ao gado e à irrigação, enquanto as mulheres nas mesmas duas vilas priorizavam segurança alimentar, acesso ao gado, plantações domésticas alternativas, educação para seus filhos e mais informações sobre lei e direitos humanos.)

[50] Sob o marco da parceria DFID/OIT.

[51] A igualdade de gênero diz respeito a direitos, responsabilidades e oportunidades iguais para homens e mulheres / meninas e meninos.

[52] O projeto TICW também dá ênfase a ações específicas de gênero para mulheres e meninas, ao mesmo tempo em que inicia um processo de mudança institucional nas atitudes em relação ao tráfico de mulheres e meninas em nível nacional. Contudo, aqui damos ênfase principalmente ao método participativo do projeto TICW, e assim o incluímos na categoria de boas práticas relacionadas a dar às meninas e às mulheres uma voz mais ativa, aumentando sua participação para assegurar que suas perspectivas sejam levadas em consideração.

***Componente de conscientização.*** O projeto TICW também é uma boa prática em integração de gênero porque inclui um componente de conscientização em relação à condição das mulheres e das crianças. O projeto colabora com as autoridades nacionais e provinciais para mudar as atitudes sobre a condição das mulheres e das meninas em risco de serem traficadas. Na Província de Yunnan, na China, por exemplo, depois do treinamento na região de Simão, a participação das mulheres na Câmara de Vereadores aumentou de 20 para 30 por cento, e as tradições de refeições segregadas por gênero entre os grupos étnicos minoritários foram alteradas por consenso e agora os homens e as mulheres comem juntos.

## *Inovador: foco participativo nas partes interessadas*

Um dos principais focos do Projeto TICW é uma consulta com uma grande variedade de partes interessadas — um método inovador em alguns países da região. Além das partes interessadas em nível de base, e das famílias onde as crianças e as mulheres estão em risco de serem traficadas, as partes interessadas incluem também governos nacionais, provinciais e em nível de distrito, outras Agências das Nações Unidas [53], os próprios funcionários da OIT/IPEC e de outras seções da OIT (GENPROM, BAO/ESMAT, Comece e Melhore seu Negócio, o Programa de Desenvolvimento da Pequena Empresa e a Unidade Social de Finanças), organizações de trabalhadores e organizações de empregadores. As vantagens desse tipo de método com base ampla para as partes interessadas incluem:

- melhor entendimento sobre a complexidade do tráfico e das questões de gênero associadas;
- melhor seleção de áreas de fonte de tráfico;
- um sentimento de «propriedade» entre as partes interessadas em relação ao problema do tráfico; e
- maior participação das partes interessadas no processo.

## *Replicabilidade*

O Projeto TICW é um modelo de como as iniciativas nacionais, utilizando competências nacionais, podem ser planejadas e desenvolvidas como parte de um empreendimento sub-regional mais amplo. Um grande volume de pesquisa, de boas práticas, de análise das lições aprendidas e de compartilhamento de informações, significa que o projeto pode transformar-se rapidamente e mudar a direção para lidar com circunstâncias mutáveis e alterar os papéis dos gêneros. O governo chinês já está reproduzindo o modelo do Projeto TICW de Yunnan em outras províncias. Esse modelo também inspirou o trabalho em ações contra o trabalho infantil na África Central e Ocidental, na Europa Oriental e na América Latina, onde o modelo foi reproduzido.

[53] As Agências das Nações Unidas incluem a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), o Projeto Interagencial das Nações Unidas sobre Tráfico (UN-IAP) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

### *Sustentabilidade e eficiência no Projeto TICW*

Um resultado do Projeto TICW foi um maior ativismo e compromisso em lidar com a questão de tráfico de mulheres e crianças, incluindo a participação voluntária nas atividades do projeto e a mobilização de uma grande aliança de parceiros. O desenvolvimento de redes melhorou as capacidades nacionais de combate ao tráfico de mulheres e crianças. Na República Democrática de Lao e na Província Yunnan, da China, por exemplo, não havia organizações nacionais trabalhando com a questão do tráfico antes do Projeto TICW. Todas as intervenções têm componentes de monitoramento para assegurar que os recursos sejam utilizados de forma a maximizar seus impactos. Por exemplo, onde existem recursos na área, buscam-se vínculos com iniciativas semelhantes para evitar a duplicação de esforço. Enquanto isso, os recursos financeiros e técnicos são compartilhados com outras agências, como a UN-IPA e a ESCAP.

### *Condições necessárias para essa Boa Prática*

- Implementação do modelo necessário de compromisso político. O movimento para reduzir o tráfico demandou dedicação para melhorar a condição das mulheres e das meninas. Havia um claro marco para o Projeto TICW, com comitês diretores que incluíam funcionários de alto nível de ministérios como o de Planejamento e do Gabinete dos Primeiros Ministros.

- As autoridades provinciais demonstraram vontade de dar apoio e delegar poder aos níveis mais baixos, o que foi vital já que o intuito era fazer surgir métodos participativos efetivos.

- Houve tempo para a participação local, reconhecendo que, geralmente, são necessários mais esforços para incentivar a participação das mulheres.

- Um requisito foi uma equipe bem motivada de funcionários do projeto, com posições seguras. O treinamento desses funcionários visava dar suporte a empreendimentos de longo prazo ao invés de apoiar eventos pontuais. A capacitação em análise de gênero foi importante para todos os funcionários. Trabalhar com parceiros que tinham *expertise* na operacionalização de igualdade de gênero também foi importante.

- A coordenação foi um elemento-chave. As agências internacionais estavam desejando trabalhar juntas ao invés de competir umas com as outras.

- Foi realizada a capacitação no uso efetivo da mídia para mobilizar apoio para as mudanças nas políticas e nas atitudes.

- As atividades de geração de renda provaram ser comercialmente viáveis, uma vez que tinham por base uma adequada análise de mercado e respondiam às demandas econômicas reais.

**Maiores informações sobre o projeto TICW:**

ECPAT international good practices in combating the commercial sexual exploitation of children http://www.ecpat.net/eng/CSEC/good_practices/trafficking_mekong.asp.

Combating trafficking of women and children in South Asia: Mainstreaming anti-trafficking initiatives in the ADB's poverty reduction operations http://www.adb.org/Gender/reta5948.asp

Panudda Boonpala e June Kane: Trafficking of children: The problem and responses world-wide (Genebra, OIT/IPEC, 2001). www.ilo.org/public/english/standards/ipec/publ/childtraf/trafficking.pdf.

**Contatos:**

IPEC/GENPROM Projeto Sub-regional de Mekong para Combater o Tráfico de Crianças e Mulheres (Projeto TICW), Organização Internacional do Trabalho, 2º andar, UN Service Building, Rajdamnem Nok Avenue, Bancoc, Tailândia. Tel. +66 2 288 2218; fax: + 66 2 280 3063; e-mail: kwantawan@ilobkk.or.th
Website: http://www.ilo.org/public/english/region/asro/bangkok/child/trafficking/.

Sr. Herve Berger, CTA Projeto TICW: bergerh@ilobkk.or.th; tel 66-2-288-1722 e
Sr. Hans van de Glind, Gerente Adjunto de Projeto: vandeglind@ilobkk.or.th.

O website do Programa de Promoção de Gênero da OIT:
http://www.ilo.org/public/english/employment/gems/partner.htm

Ponto de contato:
Sra. Lin Lean Lim: lim@ilo.org.

## 4.4. Dando um “espaço” para as mulheres se reunirem e descobrirem sobre os riscos de tráfico na China

Nível 2: Prática de sucesso comprovado

**Palavras-chave:** prevenção de tráfico; troca de informações; criação de rede; mulheres no processo de decisão; estratégias de igualdade que também envolvem os homens; conscientização; participação; treinamento.

**Os Lares de Mulheres (Província de Yunnan, China) descritos nessa Boa Prática [54] oferecem excelentes lugares para discussão e reuniões. Eles têm oferecido um fórum para que aqueles em risco de serem traficados tomem ciência das questões de tráfico e discutam abertamente seus medos e seus motivos para migração.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

As populações nas áreas rurais, em especial as mulheres, geralmente encontram poucos espaços formais para atividades coletivas, dificilmente tendo a chance de trocar informações e idéias. Esse fato é particularmente relevante quando discutimos experiências de trabalho positivas e negativas e a vida fora de uma localidade geográfica restrita — sem muita exposição anterior ao mundo externo, uma vida de trabalho alternativo geralmente é vista como a única forma de sair de casa. Para as meninas, em especial, trabalhar fora de casa parece oferecer um potencial para a independência, para fazer novos amigos e conhecer o mundo.

Muitas mulheres e meninas começam a trabalhar, a princípio, para dar uma contribuição econômica para a família e, de forma geral, esperam se casar mais tarde. Para algumas meninas, mudar-se para trabalhar geralmente parece ser uma opção atraente, até mesmo encantadora, se comparada a ficar em casa. Em muitas culturas, ficar em casa significa, para a menina, em termos comparativos, uma vida social limitada e relativamente tediosa.

Contudo, as populações rurais não têm uma informação correta sobre como o «mundo exterior» realmente é. Os empregadores potenciais — muitos deles essencialmente traficantes alimentando os inocentes — geralmente mentem para as mulheres e as crianças do campo. As mulheres, em especial, não têm acesso às informações e, de forma geral, são menos alfabetizadas do que os homens e têm menos referência a diferentes fontes do que suas contrapartes masculinas. É fundamental para as estratégicas bem-sucedidas de prevenção que se determine como os detalhes relevantes do tráfico podem atingir melhor àquelas pessoas em maior risco de vitimização.

Os Lares de Mulheres [55], como locais para compartilhamento de informações, foram criados em 12 vilas de projeto nos condados de Jiangcheng e Menghai, nas regiões de

[54] Essa Boa Prática é um componente do Projeto Sub-regional de Mekong para Combater o Tráfico de Crianças e Mulheres, Fase 1, 1997 – 2002. Ela é realizada no âmbito da Campanha do Projeto para Conscientização e Publicidade.

[55] O termo Lar de Mulheres foi utilizado ao invés de centro de mulheres, porque «centro» tem uma conotação mais oficial do que «lar».

Simão e Xishuangbanna, Província de Yunnan, China, em novembro de 2001. Esses lares eram parte do componente de conscientização do Projeto TICW. O projeto [56] pretende evitar o tráfico através da criação de emprego, educação e treinamento profissionalizante, com base em programas e boas práticas existentes [57]. Os Lares que foram criados ofereceram um lugar onde:

- os moradores da vila, principalmente as mulheres, podem trocar idéias;
- os moradores da vila têm discutido os êxitos e as lições aprendidas em relação a melhores plantações e criação de animais;
- a comunidade tem se reunido e discutido as melhores formas de evitar o tráfico;
- têm sido organizadas atividades de lazer, programas educacionais têm sido apresentados e as pessoas têm acesso a materiais de leitura; e
- o tédio tem sido reduzido por meio de um lugar para se socializar, aprender e encontrar os outros.

### *Principais passos para iniciar esta Boa Prática*

O conceito de Lares de Mulheres é anterior ao projeto TICW. A Federação das Mulheres e algumas grandes vilas já tinham esse tipo de instituição. O projeto TICW, então, teve como alvo outras vilas que tinham populações em risco de tráfico.

A idéia de criar Lares de Mulheres foi discutida com autoridades do país, do município e da vila, com o apoio de várias outras organizações que contribuem para a criação desses lares. Os comitês das vilas normalmente doam as instalações, enquanto os escritórios de Agricultura e Justiça fornecem os materiais para a biblioteca. A Federação das Mulheres local forneceu materiais adicionais e assumiu a responsabilidade de facilitar o uso do Lar das Mulheres para atividades relacionadas à prevenção do tráfico de mulheres e crianças. O Projeto TICW forneceu mesas, cadeiras e o equipamento audiovisual utilizado no treinamento comunitário.

### *Por que a criação dos Lares de Mulheres é uma Boa Prática na integração de gêneros?*

**Dando uma voz ativa às meninas e às mulheres (e a outras pessoas marginalizadas)**. Essa Boa Prática ajuda a manter o tráfico de mulheres e crianças na agenda das vilas na Província de Yunnan. Os Lares das Mulheres, como locais para compartilhar informações, se incluem como boas práticas porque esses estabelecimentos oferecem um fórum para as mulheres:

- exercerem sua voz ativa;
- criarem redes sobre as preocupações que possam ter sobre potenciais trabalhos fora da área;

[56] Outros países cobertos nesse projeto são o Camboja, a República Democrática de Lao, a Tailândia e o Vietnam. Esse projeto, financiado pelo DFID, pretende reforçar o componente de gênero, utilizando intervenções-piloto.

[57] No final de 2001 foi realizada uma avaliação deste projeto.

- discutirem, entre elas mesmas e com outros membros da comunidade, o problema de como lidar com o tráfico; e

- se beneficiarem do apoio para desenvolver suas oportunidades e capacidades (isso também se aplica aos homens).

Os projetos participativos efetivos só florescem em um ambiente propício. Os Lares de Mulheres oferecem esses ambientes, incentivando a solidariedade na questão de tráfico humano. Incluímos a prática na ação Categoria 4 porque ela oferece fóruns para as vozes ativas das meninas e das mulheres, ajudando a assegurar que seus interesses e perspectivas sejam levados em consideração.

Geralmente, os homens e as mulheres desempenham papéis diferentes na sociedade e, portanto, podem ter necessidades distintas. Com muita freqüência, as preocupações das mulheres – bem como as das pessoas de outros grupos marginalizados, porque têm menos voz ou são menos eloqüentes, e que tendem a ser «invisíveis» ou considerados como sem importância — são esquecidas ou vistas como insignificantes no processo geral de planejamento. Os esforços para combater problemas como o tráfico devem reconhecer as respectivas necessidades dos homens e das mulheres, suas vulnerabilidades e capacidades no contexto mais amplo de cultura, idade, etnia, raça, religião e oportunidades econômicas. Os Lares de Mulheres oferecem um espaço onde as necessidades das mulheres — em especial, a geração de medidas para evitar que as mulheres e as jovens deixem suas vilas em busca de trabalho — podem ficar na linha de frente.

Antes, as vilas alvos do projeto não possuíam locais públicos onde as mulheres pudessem se reunir para discutir os problemas da comunidade. As mulheres vêem de bom grado os locais onde elas e as meninas da vila possam se reunir com facilidade para discutir as questões sociais que as preocupam, como os fatores que as levam a deixar a vila e questões de igualdade de gênero. Os Lares também fornecem locais para treinamento em alternativas de geração de renda.

Na realidade, os Lares de Mulheres têm atraído toda a comunidade, refletindo o fato de que as atividades e o comportamento femininos e masculinos são muito interdependentes, e que as mulheres não podem ser consideradas de forma isolada dos homens. De forma geral, os Lares facilitaram uma melhor comunicação entre as pessoas nas vilas e entre os Lares de Mulheres em outras vilas.

## *Relevância para a prevenção do tráfico*

Diversas atividades são realizadas nos Lares de Mulheres. Os moradores da vila que têm vontade de deixar a vila, por exemplo, podem assistir a um vídeo promocional sobre emprego legal, que foi desenvolvido em cooperação com o Projeto Sub-regional de Mekong de Combate ao Tráfico de Crianças e Mulheres. Dentre as atividades disponíveis, estão as questões legais, informações sobre oportunidades de emprego e treinamento em gestão de projeto. (Este último recurso permite que os moradores da vila gerenciem, por si mesmos, aspectos do Projeto Mekong da OIT.) Os vídeos com informações do Departamento de Trabalho e da Federação de Mulheres são exibidos e estão disponíveis, bem como informações sobre agricultura e criação de animais. Uma outra facilidade oferecida é uma biblioteca. Alguns Lares de Mulheres organizam eventos culturais e de lazer, onde são apresentados notícias e vídeos do país.

**Uma atividade dos Lares de Mulheres no Condado de Menghai**

No condado de Menghai, os Lares de Mulheres realizam atividades formais duas vezes por semana. Desde que os Lares foram criados, a Federação de Mulheres do condado já realizou 18 treinamentos sobre prevenção do tráfico humano e conscientização e 3.356 moradores de vilas participaram de treinamento sobre lei de proteção aos direitos e interesses das mulheres, igualdade de gênero e prevenção do tráfico. Nas atividades relacionadas à geração de renda, o escritório de Agricultura realizou 6 treinamentos para 430 participantes sobre reforma de jardins de chá com baixa produtividade; 3 reinamentos para 450 participantes sobre bambu doce; e 6 treinamentos de qualificação sobre a variedade de arroz com casca Diantum 502. Todas essas atividades visavam aumentar a renda das famílias e evitar a necessidade de mandar as pessoas para fora para trabalharem.

O escritório de Justiça do condado também realizou treinamento de alfabetização legal no Lar de Mulheres; o escritório de Educação organizou equipes voluntárias de divulgação entre os estudantes; e o escritório de Serviço em Trabalho em Emprego do Condado, com a ajuda dos departamentos de Trabalho e Emprego, lançou informações sobre emprego e divulgou informações sobre como migrar legalmente.

## *Efetividade e impacto*

Há Lares de Mulheres em cada vila administrativa do condado. Isso pode não ser conveniente para quem mora longe, especialmente entre os mais velhos e os muito jovens. De qualquer forma, os que participam dos Lares tendem a ser jovens, tanto mulheres quanto homens.

A maioria desses jovens acabou de sair da escola e são solteiros e, portanto, tem o maior risco de deixar suas vilas. O treinamento e as atividades voltados a trocas entre os moradores das vilas, bem como as atividades de lazer, são elaborados visando esse grupo. Uma prioridade é evitar que eles se tornem vítimas do tráfico.

No Condado de Jiangcheng, as agências parceiras da OIT relatam que os Lares de Mulheres não só servem de lugar para treinamento da vila e troca de informações, mas também criam uma sólida base para uma boa implementação do Projeto TICW da OIT para o país. As pessoas discutem os fatores que levam ao tráfico, bem como medidas preventivas. Também são trocadas informações sobre o mercado, inclusive notícias sobre quais produtos agrícolas estão vendendo bem, os preços e como esses produtos podem ser efetivamente promovidos. Outros tópicos de discussão incluem pessoas de fora que visitam a vila e se essas pessoas são conhecidas como traficantes de mulheres e crianças.

As pessoas que se beneficiaram do Projeto TICW da OIT pela assistência direta relatam mudanças em suas vidas, em conseqüência desses Lares de Mulheres. Essa iniciativa mostrou-se especialmente efetiva quando os moradores das vilas produzem e realizam shows que promovem a conscientização sobre o tráfico humano. Esses eventos atraem ainda mais pessoas para participarem nas próximas atividades. Uma apresentação atraiu mais de 1.000 pessoas no Lar de Mulheres na vila Liangmahe, Município de Baozang.

Os méritos da educação para adultos geralmente são discutidos. As escolas produziram cartilhas sobre assuntos como «Eu quero ir à escola» e «As meninas têm os mesmos direitos que os meninos». O trabalho direto com as crianças mostrou-se muito efetivo para aumentar a consciência sobre o tráfico. Em algumas vilas, as equipes do projeto organizadas pelos Lares de Mulheres realizaram pesquisas e ajudaram a identificar os elementos positivos e negativos na comunidade. Posteriormente, as discussões podem tratar de questões como a forma como os traficantes enganam os moradores da vila, as desigualdades de gênero que motivam as jovens a saírem de casa e as novas formas de geração de renda.

## Replicabilidade

Os Lares de Mulheres se tornaram tão populares nas vilas-alvo do projeto, que mais 53 Lares foram criados nas vilas próximas, nos condados. Também estão sendo realizados esforços para criar Lares em outras regiões da Província de Yunnan.

## Sustentabilidade

Os Lares de Mulheres tendem a lidar com muitas questões relacionadas ao tráfico. Eles incluem um espaço para a ação comunitária em relação ao tráfico, um local para apresentações comunitárias (tais como peças teatrais sobre prevenção de tráfico), bem como um ambiente para interação social (lidando com a questão do tédio). As probabilidades de esses Lares continuarem após o Projeto TICW da OIT parecem altas. Contudo, a administração local da vila precisa continuar a fornecer insumos, tais como pagar as contas de luz, e isso pode afetar a sustentabilidade.

## Condições necessárias para essa Boa Prática

- Já havia uma estrutura geral com metas e objetivos específicos – neste caso, o Projeto TICW.
- Cada vila doou um prédio para o Lar de Mulheres.
- As autoridades locais concordaram em pagar os custos administrativos.
- Foram fornecidos fundos para o mobiliário básico, como mesas e cadeiras, e para os materiais audiovisuais.
- É necessário um bom organizador social. A Federação das Mulheres local desempenhou esse papel na Província de Yunnan, organizando os Lares de Mulheres e maximizando suas atividades ao redor da prevenção do tráfico.
- Houve um compromisso em se ampliar para vilas mais distantes, onde as mulheres e as crianças estão em risco de tráfico e em invisibilidade.
- Foi necessária uma estreita colaboração entre os escritórios oficiais para fornecer os materiais relevantes sobre questões como igualdade de gênero; conscientização em relação à prevenção do tráfico; alternativas de geração de renda (na Província de Yunnan, os escritórios de Agricultura e Trabalho); questões de saúde (por exemplo, prevenção de HIV/AIDS); questões legais (escritórios de Justiça e Segurança Pública).

**O website do Programa de Promoção de Gênero da OIT:**

Http://www.ilo.org/public/english/emplyment/gems/partner.htm.

Sra. Lin Lean Lim, Diretora: genprom@ilo.org; Sra. Theresa Smout: smout@ilo.org.

**Mais informações sobre o Projeto TICW:**

*Boas Práticas internacionais da ECPAT no combate à exploração sexual comercial de crianzas* Http://www.ecpat.net/eng/CSEC/good_ptractices/trafficking_mekong.asp.

*Combate ao tráfico de mulheres e crianças no Sul da Ásia: iniciativas de integração e contra o tráfico nas operações de redução da pobreza da ADB.*
Http://www.adb.org/Gender/reata5948.asp

**Contatos**

Sra. Zhu Huie, Coordenadora do Projeto Provincial.
Escritório de Projeto de Kunming, Projeto TICW da OIT.

Federação das Mulheres da Província de Yunnan.
27# Xibalu Road, Milesi District, Kunming, Província de Yunnan, P.R.C. 650032.
Tel.: + 86-871-4107795; fax: +86-871-4195108.
E-mail: iloctpo@public.km.yn.cn.

IPEC/GENPROM Projeto Sub-Regional de Mekong para Combate ao Tráfico de Crianças de Mulheres (Projeto TICW), Organização Internacional do Trabalho, 2º andar, Prédio da ONU, Rajdamnern Nok Avenue, Bancoc, Tailândia.
Sr. Herve Berger, CTA/ Gerente de Projeto: bergerh@ilobkk.or.th.
Sr. Hans van de Glind, Gerente Adjunto de Projeto: vandeglind@iolbkk.or.th.
Sra. Eriko Kiuchi, Perita Associada: kiuchi@ilobkk.or.th.
Sra. Haspels, Esecialista de gênero Bangcoc, haspels@ilo.org.
Tel.: +66 2 288 2218 fax: + 66 2 280 3063.

Website: http://www.ilo.org/public/english/region/asro/bangkok/child/trafficking/.

## 4.5. Uma voz para as meninas e os meninos como consultores nacionais interessados contra as piores formas de trabalho infantil no Nepal

Nível 1: Prática inovadora

**Palavras-chave:** programa de duração determinada; partes interessadas; gênero e elaboração de política; trabalho preparatório e gênero.

**Essa Boa Prática oferece às meninas trabalhadoras e aos meninos trabalhadores marginalizados no Nepal uma voz ativa na consulta a partes interessadas . Os pontos de vista desses meninos e meninas foram deliberadamente solicitados durante uma avaliação rápida e as crianças foram convidadas a participar nas oficinas preparatórias, contribuindo para o plano geral de combate ao trabalho infantil no Nepal.**

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

A inclusão de diversas partes interessadas no planejamento oferece uma base para a efetiva participação — a oportunidade de expor seus respectivos interesses ajuda todos os envolvidos a entenderem melhor o contexto onde o trabalho infantil floresce.

Qualquer análise sobre as partes interessadas deve incluir todos que estão direta ou indiretamente envolvidos, ou são afetados pelo trabalho infantil, inclusive as pessoas que podem fazer a mudança em nível nacional. Uma reunião posterior, que envolve uma grande variedade de partes interessadas, pode ajudar a assegurar que os programas contra o trabalho infantil fluam conforme os planos. A análise sobre as partes interessadas pode ser utilizada a qualquer momento com grande efeito, mas ela é mais efetiva se for introduzida nos estágios iniciais de planejamento das ações.

Para garantir que as questões de gênero sejam incorporadas aos programas contra o trabalho infantil e em políticas voltadas à eliminação das piores formas de trabalho infantil, um primeiro passo importante é incluir como partes interessadas em quaisquer discussões planejadas as pessoas que podem representar, em nível nacional, as questões de igualdade de gênero no trabalho infantil. Essas pessoas, além disso, devem permanecer em estreito contato com quem elas representam. Elas podem, assim, passar as informações para outras partes interessadas envolvidas na elaboração de políticas das questões de igualdade de gênero. As pessoas que representam outras questões importantes relacionadas ao trabalho infantil devem estar cientes sobre as questões de gênero em sua área de especialização. Elas também devem saber reconhecer as questões de igualdade de gênero que elas têm o poder de mudar.

Em alguns casos, um governo nacional pode ter um plano de ação definido para questões de gênero que passe por diversos ministérios. Contudo, normalmente, os planos de gênero podem se concentrar no Ministério de Assuntos da Mulher ou no Ministério de Assuntos Sociais, com auxiliares de gênero (se existirem) ou pontos focais em outros ministérios, tais como Agricultura, Trabalho, Indústria ou Comércio. Independentemente da estrutura nacional, o principal desafio é assegurar que todos os ministérios integrem as questões de gênero. Para tanto, as questões de igualdade de gênero devem estar firmemente colocadas na agenda de todas as forças-tarefa, reuniões e consultas que lidem com questões de trabalho infantil.

Os «programas de duração determinada» são as novas iniciativas e estratégias para a eliminação do trabalho infantil da OIT/IPEC. Eles visam evitar e, eventualmente, eliminar

as piores formas de trabalho infantil em um determinado período de tempo. Por meio deles, a OIT/IPEC ajudará os países a identificar as prioridades e as opções de políticas, bem como a mobilizar recursos locais e externos para combater o trabalho infantil.

O Nepal é um dos primeiros três países no mundo selecionados para o desenvolvimento e a implementação de um programa de duração determinada. O processo inicial inclui uma consulta nacional com as partes interessadas, e a OIT/IPEC organizou uma consulta de três dias em Kathmandu, de 8 a 10 de maio de 2001. Dentre os objetivos, podemos citar:

- construir a propriedade nacional do programa de duração determinada;
- conseguir o apoio de organizações nacionais e internacionais no desenvolvimento do programa;
- identificar os grupos-alvo prioritários e as áreas-alvo para sua implementação; e
- priorizar as estratégias do programa.

A consulta com as partes interessadas nacionais inclui apresentações de peritos nacionais e profissionais do IPEC, bem como sessões de grupo de trabalho temático e discussões plenárias.

Em seguida à consulta nacional com as partes interessadas no Nepal, o documento de implementação do programa de duração determinada foi preparado. Ele afirmava que a desigualdade de gênero era agora reconhecida como uma potencial causa das piores formas de trabalho infantil e deveria ser tratada como tal. O gênero deveria agora ser explicitamente levado em consideração, com o reconhecimento de que esse fato apresentaria uma oportunidade para uma mudança em longo prazo no trabalho infantil. Os que deram uma voz representativa para a menina (e o menino) trabalhadora foram totalmente envolvidos na elaboração geral do programa de duração determinada.

### *Principais passos para incluir o gênero no programa de duração determinada*

A inclusão do gênero nas discussões de grupo foi uma importante decisão adotada pelos planejadores das consultas com as partes interessadas e, para tanto, foi necessário um conhecimento dos antecedentes das questões nacionais de gênero no trabalho infantil.

Os preparativos para a consulta nacional com as partes interessadas e para o programa de duração determinada incluíram:

- Avaliações rápidas voltadas a crianças carregadoras, crianças trapeiras, tráfico de criança, trabalho infantil escravo e trabalho infantil doméstico. As meninas e os meninos envolvidos nos tipos específicos de trabalho em questão foram documentados separadamente.
- Entre as outras atividades [58], depois foi organizada uma oficina para garantir a integração de gênero ao programa de duração determinada, com a participação de

[58] As outras atividades incluíam a encomenda de uma análise de política em relação educação, legislação, pobreza e descentralização; diálogos políticos com ministérios-chave do governo; seminários para gerar uma maior consciência na sociedade civil; cinco oficinas de consulta regional em diferentes partes do país, onde os problemas associados à questão do trabalho infantil foram

todas as partes interessadas desde o campo até as instituições em nível central. Pela primeira vez, as meninas trabalhadoras participaram de uma oficina desse tipo, permitindo que os participantes ouvissem a voz de crianças muito marginalizadas.

- O trabalho de grupo durante a efetiva consulta de três dias incluiu a discussão da integração de gênero no programa de duração determinada. Os cinco outros tópicos temáticos discutidos foram a redução da pobreza, política social e de trabalho, educação e treinamento, legislação e poder de execução da lei, bem como mobilização social. Cada um desses tópicos também incorporou questões de gênero.

### *Por que essa é uma Boa Prática na integração de gênero?*

**Dando uma voz ativa às meninas e às mulheres (e a outras pessoas marginalizadas).** A consulta nacional às partes interessadas se insere como uma Boa Prática porque, durante toda sua fase preparatória, realizou um esforço comprometido para incluir as questões de gênero. Além disso, durante a reunião de consulta propriamente dita, a integração de gênero continuou a ser um tema explícito na preparação do programa de duração determinada.

Todo o processo envolvido na consulta a partes interessadas do programa de duração determinada no Nepal deu às meninas (e aos meninos) trabalhadoras uma chance de falar durante as avaliações rápidas e na oficina preparatória e, indiretamente — através de representantes que ouviram seus pontos de vista antes da consulta –, na consulta às partes interessadas. Incluímos a prática na Categoria 4 das ações da OIT/IPEC necessárias para integrar gênero em de todas as atividades — dando às meninas, às mulheres e aos grupos marginalizados uma voz ativa, aumentando sua participação nos programas.

### *Efetividade/impacto*

A integração do gênero no processo de planejamento do programa de duração determinada, visando a eliminação do trabalho infantil, foi uma estratégia muito efetiva. Seu impacto fica evidente nas diretrizes de implementação do programa. Contudo, ainda resta verificar, no decorrer do processo de revisão, com que efetividade o gênero é integrado durante o processo de implementação.

### *Um foco inovador na parte interessada*

Independentemente do governo, muitas partes interessadas diferentes estão envolvidas na modelagem e na implementação de políticas contra o trabalho infantil. Organizações patronais, organizações de trabalhadores, organizações multinacionais, cooperativas e ONGs, todas desempenham seus respectivos papéis. A identificação de uma grande variedade de partes interessadas para determinadas atividades requer uma avaliação sobre o interesse que os diversos atores têm no processo. O sucesso das iniciativas contra o trabalho infantil depende, por fim, das interações entre todas as partes interessadas relevantes, cada uma tendendo a buscar suas próprias metas e interesses.

Na verdade, é importante que a consulta nacional com as partes interessadas no Nepal tenha incluído partes interessadas — neste caso, o Ministério da Mulher, da Criança e do

exaustivamente discutidas e buscou-se a assessoria dos participantes, em nível distrital, em relação às possíveis medidas que poderiam contribuir para eliminar as piores formas de trabalho infantil; e duas reuniões de pré-consulta realizadas com organizações patronais e de trabalhadores, para incorporar suas recomendações à elaboração do projeto.

Bem-Estar Social — que lidam diretamente com questões de gênero. Além disso, foi essencial assegurar que as pessoas que deram uma voz ativa às meninas (e aos meninos) trabalhadoras também fossem envolvidas na elaboração geral do programa de duração determinada. As partes interessadas que normalmente não consideravam as questões de «gênero» importantes para seu mandado foram expostas a uma situação formal, onde essas preocupações eram uma questão de prioridade. Os organizadores precisaram ser muito hábeis, ajudando a identificar objetivos comuns, formar coalizões e mediar conflitos, enquanto facilitavam um diálogo produtivo entre muitas partes interessadas e defensores do gênero.

### *Relevância*

As informações sobre questões de gênero no trabalho infantil no Nepal foram efetivamente fornecidas através:

- oficina preparatória sobre integração de gênero ao programa de duração determinada; e
- trabalho de grupo durante a consulta nacional com as partes interessadas, em relação à integração de gênero ao programa de duração determinada.

Durante a fase de preparação, por exemplo, a oficina sobre integração de gênero ajudou a criar estruturas que pudessem canalizar as informações que descreviam, para as organizações que trabalham para combater o trabalho infantil, a situação real das meninas trabalhadoras no campo. Durante a consulta nacional com as partes interessadas, essas informações foram transmitidas aos verdadeiros elaboradores de políticas.

Depois das discussões em grupo, apresentações e discussões plenárias, os resultados do trabalho de grupo relativos a como o gênero poderia ser integrado ao programa de duração determinada foram incorporados à estratégia geral do programa. Por exemplo, a utilização da mídia foi recomendada como uma forma de aumentar a consciência pública sobre os direitos das mulheres e das crianças. Outras propostas incluíam um salário mínimo no setor agrícola e salários iguais por um valor igual.

A integração de gênero não nega a necessidade de programas especificamente voltados às meninas e, particularmente, os programas para meninas foram incluídos na estratégia geral do programa. É necessário desenvolver meios para a proteção social das crianças, especialmente das meninas que trabalham em setores escondidos.

### *Sustentabilidade*

Para assegurar a devida propriedade do processo, as principais partes interessadas na elaboração de políticas foram envolvidas, junto com outros grupos preocupados em combater as piores formas de trabalho infantil. O fato de o gênero ser consistentemente tratado como uma questão-chave ajuda a assegurar que o «gênero» não seja relegado a uma categoria de problemas separada. Reconheceu-se que, para o programa de duração determinada conseguir eliminar o trabalho infantil, o gênero deve estar presente nas intervenções regulares.

### *Replicabilidade*

Outros programas vinculados ainda precisam reproduzir os processos de organizar uma reunião para garantir a inclusão do gênero no programa, bem como a inclusão de questões de gênero ao trabalho de grupo que orienta o desenvolvimento de estratégias e medidas de implementação. Até o momento, só foram criados três programas de duração

determinada. Contudo, a publicação OIT/IPEC *An integrated and time-bound approach: a guide for governments, employers, workers, donors, and other stakeholders* (2001) trata da integração de gêneros aos programas de duração determinada [59], o que significa que a prática de integração de gênero pode ser reproduzida.

### *Condições necessárias para essa Boa Prática*

- Os funcionários-chave e parceiros da OIT/IPEC, bem como os principais elaboradores de política nacional, demonstraram a vontade política de incluir o gênero como uma variável importante.
- A inclusão do gênero no processo geral de consulta nacional com as partes interessadas foi planejada com bastante antecedência, além de levar em consideração perguntas como quando e como a questão seria levantada, e por quem.
- Os interesses dos grupos em maior desvantagem e mais vulneráveis de meninas e meninos foram identificados de uma forma participativa e transmitidos a todos os envolvidos. Foi importante ter os resultados da pesquisa desagregada por gênero sobre a situação das crianças trabalhadoras.

**Maiores informações:**

Sra. Patrícia Roberts (ed.): *Report on the national stakeholder consultation on the time-bound programme against the worst forms of child labour in Nepal* (Kathmandu, OIT/IPEC, Junho de 2001).

*Eliminating the worst forms of child labour: an integrated and time-bound approach: a guide for governments, employers, workers, donors and other stakeholders* (2001). A seção 4.6 lida com a integração de gênero e a integração de gênero aos programas de duração determinada. http://www.ilo.org/public/english/standards/ipec/timebound/manual.pdf.

**Cinco informes de evaluaciones rápidas:**

1. K.C. Bal Kumar; Subedi Govind; Gurung Bahadur Yogendra; Adhikari Keshab Prasad: *Nepal: Trafficking in girls with special reference to prostitution.* Avaliação Rápida Nº 2 (Genebra, OIT-IPEC, 2001). ISBN 92 – 2 112698-6.
2. Shiva Sharma, Manasa Thakurathi, Krishna Sapkota, Bishnu Devkota, Brahma Rimal: *Nepal: situation of domestic child labourers in Kathmandu*. Avaliação Rápida Nº 3 (Genebra, OIT-IPEC, 2001). ISBN 92-2- 112734-6.
3. K.C. Bal Kumar; Gurung Bahadur Yogendra; Adhikari Keshab Prasad; Subedi Govind: *Nepal: situation of child ragpickers*. Avaliação Rápida Nº 4 (Genebra, OIT-IPEC, 2001). ISBN 92-2- 112808-3.
4. Shiva Sharma, Basnyat Bijendra, G. C. Ganesh: *Nepal: Bonded child labour among child workers of the kamaiya system.* Avaliação Rápida Nº 5 (Genebra, OIT-IPEC, 2001). ISBN 92-2- 112820-2.
5. K.C. Kumar, Subedi Bal, Govind Gurung; Bahadur Yogendra, Adhikari, Keshab Prasad: *Nepal: Situation of child porters.* Avaliação Rápida Nº 6 (Genebra, OIT-IPEC, 2001). ISBN 92-2- 112821-0

**Contatos**

Gerente do Programa Nacional do Escritório da OIT no Nepal, Sr. Amatya Yadav: yadav@ilo.org.

Secretária administrativa, Sra. Maskey Aditee: aditee@ilo.org.
OIT Kathmandu, Pulchowk, Laliptur, Kathmandu.
Endereço postal: OIT Kathmandu, Caixa Postal 8971, Kathmandu.
Tel.: 53.17.52, 54.21.29 / 50.05; fax: 53.13.32.

OIT/IPEC Genebra, Myrstad Geir: myrstad@ilo.org; Panudda Boonpala: boonpala@ilo.org; Phan Thuy, phan@ilo.org.

[59] Veja a seção 4.6.

## 4.6. Dando ouvidos às opiniões sobre as questões de igualdade de gêneros na Guatemala

Nível 1: Prática inovadora

**Palavras-chave:** enfrentando os estereótipos de gênero e os papéis de gênero; patriarcado; capacitação exercício de conscientização

**Essa Boa Prática mostra que oferecer uma oportunidade aos homens e às mulheres para expressarem suas opiniões sobre determinadas questões de igualdade de gênero é importante e pode ser realizada de uma forma divertida. Quando todo mundo tem a chance de falar suas opiniões, são criadas mais oportunidades para chegar a um consenso sobre como seguir adiante. A igualdade de gênero pode ser um exercício de capacitação tanto para homens quanto para mulheres** [60].

### *Questões de gênero e a Boa Prática*

A atitude predominante em muitas comunidades latino-americanas onde os programas da OIT/IPEC são realizados é que apenas os homens, como os chefes da casa, podem decidir sobre o futuro de seus filhos e filhas, inclusive se eles devem trabalhar ou não. De forma geral, as mães (como esposas) devem aceitar a decisão de seus maridos e a condição de um poder mais baixo de decisão em casa. Esse condicionamento social geralmente resulta em mais restrições para as mulheres e resulta em menor participação das mulheres nas atividades organizadas pelos projetos OIT/IPEC.

Os projetos OIT/IPEC voltados à eliminação do trabalho infantil em determinas indústrias, por exemplo, normalmente precisam do envolvimento tanto das mães quanto dos pais na conscientização e nas discussões sobre como reduzir os riscos que as crianças enfrentam no trabalho. Talvez isso seja particularmente verdadeiro à medida que os homens migram para as cidades, em muitos países, e as mulheres cada vez mais realizam trabalhos agrícolas. Sem uma creche com custos razoáveis ou oportunidades de escola, as mulheres precisam levar os filhos com elas para os campos, assim expondo as crianças ao risco de perigos como ferramentas agrícolas e pesticidas. Conseqüentemente, é especialmente importante que as mulheres participem em quaisquer estratégias para evitar e eliminar o trabalho infantil.

Os preconceitos sociais, as atitudes e os comportamentos são moldados principalmente em casa. Nas escolas, as atitudes patriarcais também se refletem no comportamento dos professores e nas relações que as crianças têm com outros colegas de sala. Às vezes, existe o receio de que melhorar a posição das mulheres e das crianças queira dizer retirar algo dos homens. A promoção da igualdade entre mulheres e homens não precisa envolver simplesmente a transferência do poder dos homens para as mulheres. A promoção da igualdade pode ser geradora de poder para os dois sexos e, de forma geral, leva a uma melhor situação para ambos.

As estratégias de igualdade, ao lidar com as questões de trabalho infantil, devem levar em consideração as formas como as identidades de gênero masculino forçam os homens a

[60] Essa Boa Prática foi realizada durante a Implementação do Programa da OIT de Prevenção e Eliminação Progressiva do Trabalho Infantil na Indústria Cafeeira na Guatemala, de novembro de 1999 a 2001.

agirem de determinadas formas, afetando as mulheres e impedindo a realização das metas de desenvolvimento. Além de assegurar a participação das mulheres nas atividades, trata-se também do caso de remodelar as atitudes tanto dos homens quanto das mulheres. Um aspecto-chave da capacitação das mulheres é a participação delas. As intervenções podem criar as condições de apoio à participação das mulheres e das crianças, ajudando as mulheres a se tornarem os agentes de seu próprio desenvolvimento e a articular seus próprios interesses e opiniões em relação aos interesses das crianças.

A Unidade da OIT/IPEC sobre Trabalho Infantil Perigoso na Agricultura está realizando atualmente um projeto sobre Prevenção e Progressiva Eliminação do Trabalho Infantil na Indústria Cafeeira na Guatemala. Este projeto, que foi iniciado no final de 1999, está sendo implementado pela Universidad de Valle, Fundación Rural, HOPE, INTERVIDA e pela Cooperativa de Periodisticas Departamentales de Guatemala.

Na Guatemala, as crianças com apenas 6 a 8 anos de idade ajudam seus pais na indústria cafeeira. Além de colher e selecionar os grãos de café, as crianças carregam sacos de café e, às vezes, lidam com fertilizantes e pesticidas sem o devido equipamento de proteção. As mulheres e as crianças que aceitam pagamentos mais baixos normalmente têm preferência sobre os homens para trabalhar nas plantações. Essa situação é combinada a uma discriminação étnica — a população guatemalteca, especialmente nas áreas de produção de café, inclui um alto percentual de povos indígenas. De forma, as mulheres são discriminadas tanto legalmente quanto tradicionalmente.

Durante a implementação do projeto, as funcionárias observaram que é difícil conseguir que as mulheres participem das atividades. As reuniões da escola e as sessões de conscientização em relação ao trabalho infantil perigoso na indústria cafeeira normalmente são freqüentadas mais por pais do que por mães. Quebrar esses estereótipos sociais foi um objetivo adjacente do projeto, dada a necessidade, pelos motivos supracitados, de incluir um número maior de mulheres nos comitês dos projetos e nas reuniões da comunidade local.

Em maio de 2002, visando superar os estereótipos de gênero, a HOPE deu início a uma prática com os pais e professores que pode ser chamada de um exercício de conscientização sobre a igualdade de gênero. O exercício foi usado como uma técnica para administrar, de forma não ameaçadora e leve, o debate sobre as questões de gênero, tornando-se o ponto de partida para as discussões e reações sobre as questões de igualdade de gênero. O exercício incentivou as pessoas que têm opiniões diversas sobre o que os homens e as mulheres podem ou não fazer a encontrarem uma base comum.

### *Principais passos para iniciar um exercício de conscientização sobre igualdade de gênero.*

Esse exercício de conscientização sobre igualdade de gênero foi realizado na Guatemala em 22 comunidades onde o Projeto do Café da OIT/IPEC estava sendo executado. Os grupos de discussão eram formados por menos de 30 pessoas. (Quando os grupos eram muito pequenos, as pessoas se sentiam mais inibidas para compartilhar suas opiniões pessoais). Para começar, as regras do exercício eram explicadas.

- O facilitador apresenta uma frase que, depois, se torna o tópico de discussão. Pode ser uma noção deliberadamente provocadora, tal como «os homens devem tomar todas as decisões em casa» ou «apenas as pessoas casadas podem se envolver no planejamento» ou «os homens devem ter experiências sexuais antes do casamento». Essas proposições são elaboradas especificamente para cada comunidade, segundo a pesquisa a respeito das percepções comuns sobre o que os homens e as mulheres, respectivamente, são capazes de fazer. (No exercício na Guatemala, as questões de

igualdade relativas a meninos e meninas também foram levantadas em afirmações provocadoras).

- Os que concordam com a afirmação vão para um lado da área, os que são contra vão para o outro lado, e os que não têm certeza ou estão indecisos ficam no meio.

- Quando alguém quer falar, deve levantar a mão ou segurar um determinado objeto que dá a ela o direito a falar. Quando alguém acaba de falar, os outros entram no debate.

- Qualquer um que seja convencido a mudar seu ponto de vista inicial, por causa dos argumentos apresentados, pode mudar de lado a qualquer momento. (No exercício acima, houve até quem se mudasse para o meio quando ficou menos convicto de seus pontos de vista. Ninguém foi levado a se sentir constrangido por ter mudado de idéia).

- Não há vencedores ou perdedores. O objetivo não é ganhar o poder ou ter mais pessoas de um lado ou de outro, mas simplesmente expressar seus pontos de vista e ouvir os pontos de vista dos outros.

A discussão continua ao máximo possível, até que haja um consenso sobre a questão ou que os homens permitam que suas «esposas» participem das atividades do projeto.

## *Por que o exercício de conscientização sobre a igualda de de gênero é uma Boa Prática na integração de gênero?*

**Dando uma voz ativa às meninas e às mulheres (e a outras pessoas marginalizadas).** Ao conduzir esse exercício em nível comunitário com os trabalhadores do café na Guatemala, foi feita uma tentativa de superar o patriarcado masculino e as noções tanto dos professores quanto dos pais em relação à superioridade do homem sobre a mulher. Por exemplo, era comum a argumentação que, como os homens trabalham fora de casa e dão o dinheiro para o lar, eles deveriam ser os principais responsáveis pelas decisões. A validade dessas noções foi questionada. O objetivo final era que a comunidade aceitasse a participação das mulheres nos comitês relacionados ao projeto e em outras atividades participativas.

Esse exercício de conscientização sobre a igualdade de gênero insere-se como uma boa prática também por causa de sua ênfase sobre a remodelagem do curso principal do projeto, no geral, ao invés de simplesmente acrescentar as atividades das mulheres. Portanto, o exercício pretende assegurar que as atividades sejam estruturadas de forma a oferecer oportunidades mais igualitárias para a participação tanto de homens quanto de mulheres. Assim sendo, a Boa Prática se inclui na Categoria 4 dos métodos da OIT/IPEC necessários para integrar as questões de gênero em todas as atividades — aumentando a participação das mulheres para garantir que seus interesses e perspectivas sejam levados em consideração no trabalho de desenvolvimento.

## *Efetividade/impacto*

Antes do exercício de conscientização sobre igualdade de gênero nas áreas do Projeto OIT/IPEC na Guatemala, não havia mães freqüentando os cursos de segurança e saúde, e os meninos e as meninas não dividiam as carteiras na escola. Desde que o exercício foi realizado, há mais mulheres participando dos comitês da escola. As mães têm uma influência maior sobre o que é adquirido com o dinheiro das bolsas de estudo, por exemplo — desde que as mulheres começaram a participar dos comitês conjuntos da escola, tem-se gastado mais com uniformes e sapatos para as crianças. Isso reflete o fato de que as mulheres e os homens normalmente têm prioridades e necessidades diferentes. Os

professores que participaram do exercício se mostraram mais sensíveis, em suas atitudes, em relação aos meninos e às meninas na sala de aula.

### *Replicabilidade e Sustentabilidade*

Na essência, o exercício pode ser aplicado sempre que for necessária uma mudança na atitude visando eliminar os desequilíbrios de gênero. Ele tem sido reproduzido, com um custo mínimo, onde a participação conjunta de pais e mães é necessária. Em algumas situações, as questões específicas de desigualdade, ligadas às questões de trabalho infantil, alvos do projeto, foram claramente definidas com antecedência. As afirmações e os tópicos relacionados à desigualdade de gênero precisaram ser adaptados para a faixa etária e o nível de entendimento dos participantes. Contudo, qualquer que seja a localização ou a situação, a meta tem sido a mesma — reduzir as atitudes patriarcais machistas e aumentar a noção de auto-estima entre as próprias mulheres.

### *Relevância*

Durante o exercício, os homens geralmente se sentiam culpados por suas atitudes — especialmente quando era revelado em público que eles faziam uma forte discriminação entre os filhos e as filhas. Eles eram desafiados a pensar sobre essas discriminações e os seus efeitos, o que se mostrou interessante, uma vez que eles nunca haviam pensado nessas coisas. Por exemplo, eles foram estimulados a reconsiderar sobre permitir que suas filhas participassem do programa nacional de bolsa de estudo da Guatemala para a educação de mulheres.

### *Sensibilidade / força ética*

O exercício de conscientização sobre igualdade de gênero foi realizado sem uma crítica excessiva aos homens ou aos professores. Os facilitadores que conduziram o exercício apresentaram novos conceitos de uma forma tranqüila e consciente. De forma geral, foram feitos esforços para criar uma atmosfera que fosse tanto divertida quanto competitiva. Os que tinham atitudes contenciosas não foram expulsos nem ridicularizados em público.

### *Eficiência e implementação*

A capacitação foi oferecida, primeiramente, para os facilitadores que conduziram o exercício. Uma vez feito esse investimento inicial, os mesmos facilitadores poderiam ir adiante e conduzir exercícios semelhantes em muitas comunidades. O exercício era mais efetivo quando os participantes, ao invés dos próprios facilitadores, especificavam as desigualdades predominantes na comunidade. O exercício também demonstrou sua eficiência, provando ser muito efetivo no incentivo aos maridos para que "permitissem" que as mulheres participassem das atividades de grupo para a eliminação progressiva do trabalho infantil na indústria cafeeira na Guatemala.

### *Condições necessárias para essa Boa Prática*

- A situação do projeto envolvia questões específicas de desequilíbrio, inclusive atitudes patriarcais predominantes, que precisavam ser abordadas.

- Havia facilitadores que tinham capacidade de implementar rapidamente esse tipo de exercício, uma vez que os participantes estavam ocupados com responsabilidades de trabalho e coisas assim.

**Maiores informações:**

HOPE: aragonhope@itelgua.com; victorhope@itelgua.com.

E. Roberto Jordán Ramirez, Coordenador do Projeto de Café, São Marcos, Guatemala: cafeipec@intelnett.com; tel. + 502 760 8003.

**Contatos da OIT:**

Marinka Romeijn: romeijn@ilo.org.
Carmen Moreno: moreno@ilo.org.

## Metodologia

Essa é a primeira vez que a OIT/IPEC coletou e documentou as boas práticas na integração de gêneros em ações contra o trabalho infantil. Conseqüentemente, embora se acredite que as 19 boas práticas contidas no relatório sejam realmente boas práticas, é necessário que se faça mais pesquisas para estabelecer isso de forma conclusiva. Quanto mais detalhadas as informações em relação aos principais elementos da boa prática, melhores serão os esforços para reproduzi-las e demonstrá-las.

As limitações e as dificuldades em realizar uma medida exata das boas práticas em ações de integração de gênero contra o trabalho infantil incluem:

- As boas práticas em integração de gênero são interdisciplinares, cruzando a política de trabalho infantil; a implementação do projeto e do programa OIT/IPEC, seu monitoramento e avaliação, a pesquisa; a lei internacional e a teoria da comunicação.
- Ver a boa prática no contexto onde ela surge.
- Os relatórios e os documentos podem ser escrutinados para ver como as diferentes iniciativas abordaram o gênero. Contudo, esse processo pode muito bem perder o componente tácito – ou seja, as informações que não foram explicitamente apresentadas nos dados ou nas análises. A transmissão das informações de um agente para o outro, portanto, é central para determinar o que realmente aconteceu e, na verdade, a documentação das boas práticas em integração de gênero.

A identificação das boas práticas em integração de gênero na OIT/IPEC empregou o seguinte método:

1) Análise do documento "Marco e processo para identificação, disseminação e uso das Boas Prática no cambate ao trabalho infantil"[61], da OIT/IPEC.Estudo das boas práticas em integração de gêneros publicadas pelas Nações Unidas e outras agências[62]. Comparação dos critérios sobre o que constitui uma boa prática na integração de gênero. Investigação dos diferentes formatos para apresentar as boas práticas usadas por outras agências e das boas práticas em uso.

2) Revisão dos materiais relativos a gênero da OIT/IPEC.

3) Adaptação das definições, dos níveis de boas práticas e dos critérios de boas práticas do documento da OIT/IPEC "Marco e processo para identificação, disseminação e uso das Boas Prática no cambate ao trabalho infantil" para os conceitos de integração de gênero. Preparação das definições preliminares em relação à boa prática em integração de gênero nas ações contra o trabalho infantil. Uma revisão cuidadosa dos critérios sobre o que faz uma boa prática "boa", de como medi-los e adaptá-los à estrutura existente de integração de gênero na OIT/IPEC.

[61] Burt Perrin, Consultor Independente: *Framework and process for identifying, disseminating and using good practices in child labour*. Versão preliminar apresentada para a Unidade de Elaboração, Avaliação e Base de dados da OIT/IPEC (13 de outubro de 2001).

[62] FAO, UNICEF, PNUD e grupo de assessoria da APEC sobre integração de gênero, ACNUR, Conselho da Europa, etc.

4) Preparação de um folheto para os funcionários apresentando a idéia do relatório sobre boas práticas na integração de gênero em ações contra o trabalho infantil, e solicitando boas práticas para o IPEC em integração de gênero.

5) A coleta de insumo da sede da OIT/IPEC e dos funcionários de campo, e a análise das sugestões que refletiram suas experiências positivas na área de integração de gênero nos projetos operacionais e nas pesquisas do IPEC. A revisão de diversos documentos, inclusive o website OIT / IPEC; o programa vinculado a tempo; os documentos de projeto; os termos de referência para os principais estudos ou atividades; os documentos de avaliação temática; os programas de ação; os relatórios de avaliação rápida do IPEC; as cartilhas; as descrições de postos; as listas de verificação e as recomendações dos relatórios. Análise dos resultados.

6) Entrevistas com funcionários-chave na sede da OIT/IPEC.

7) Preparação e elaboração da versão preliminar do relatório, e categorização das boas práticas. Definição revista da boa prática em ações contra o trabalho infantil e pela integração de gênero.

8) Apresentação de cada boa prática elaborada para o Oficial da OIT/IPEC para comentários.

9) Revisão e finalização.

### *Critérios de uma Boa Prática na integração de gênero: o sustentáculo das boas práticas*

Uma questão crítica na preparação deste relatório foi a consideração dos critérios utilizados para designar uma atividade como uma boa prática. Os critérios estabelecidos no documento da OIT/IPEC "Marco e processo para identificação, disseminação e uso das Boas Prática no cambate ao trabalho infantil" foram estudados juntamente com os conceitos existentes de integração de gênero, aplicando critérios de outras agências. Ficou claro que poderiam ser usados os mesmos critérios do Marco supracitado, com ajustes, para as boas práticas em integração de gênero no relatório de ações contra o trabalho infantil. (Veja o Anexo 4: Adoção de critérios e níveis).

### *Solicitando Boas Práticas dos funcionários da OIT/IPEC*

Um folheto colorido foi desenvolvido para a sede da OIT/IPEC e para seus funcionários (veja o Anexo 3), solicitando a ajuda deles para sugerir as boas práticas para inclusão no relatório. O folheto delineava o que era uma boa prática e o que significava a integração de gênero, e apresentava uma definição tentativa de uma boa prática em integração de gênero para a OIT/IPEC, acompanhada de exemplos. O folheto também apresentava os métodos da OIT/IPEC para inserir as questões de gênero em todas as políticas, programas e atividades.

Por causa de atividades relacionadas a gênero, tais como uma oficina sobre integração de gênero na OIT/IPEC, que já havia sido realizada na OIT/IPEC, e por causa de muitas solicitações de documentos de boas práticas, os funcionários estavam ansiosos em apresentar candidatos. Depois do recebimento das sugestões feitas pelos funcionários, o ponto focal de gênero na OIT/IPEC acompanhou, por telefone, as entrevistas e as solicitações de esclarecimentos.

### *Entrevistas com os funcionários-chave*

As entrevistas com os funcionários-chave da OIT/IPEC forneceram um meio flexível de adquirir dados descritivos sobre um determinado projeto, programa ou política. Elas também abriram canais para determinar em que nível a boa prática deveria ser categorizada.

De forma geral, a informação de suporte da prática era estudada antes das entrevistas. Assim o consultor estava mais bem preparado para fazer perguntas pertinentes, que se voltavam ao motivo pelo qual os funcionários da OIT/IPEC achavam que as práticas propostas deveriam ser incluídas entre as boas práticas em integração de gênero. As entrevistas também buscaram descobrir se a prática havia sido deliberadamente planejada com antecedência, ou se o gênero havia sido integrado por causa da participação das agencias parceiras e dos beneficiários.

Mas esse processo pode sofrer limitações. A tendência do entrevistador pode influenciar as perguntas, por um lado, ao mesmo tempo em que os entrevistados podem, embora inadvertidamente, não apresentar suas práticas de uma forma exata, na esperança de que elas sejam escolhidas para serem incluídas no relatório.

### *Selecionando as Boas Práticas para inclusão no relatório*

Uma mistura eclética de técnicas foi utilizada na coleta das boas práticas, inclusive pedindo sugestões dos funcionários da OIT/IPEC, localizando boas práticas através dos pontos focais para gênero, e coletando práticas que já desfrutem de um consenso geral em relação à sua natureza “boa”. Como essa é a primeira vez que essas boas práticas foram documentadas, sua coleta e análise foram um processo de aprendizagem. Existem planos para sistematizar os diversos caminhos para identificar as boas práticas para todas as atividades da OIT/IPEC, como exposto no documento da OIT/IPEC, “Marco e processo para identificação, disseminação e uso das Boas Prática no cambate ao trabalho infantil”.

### *Análise e categorias de Boa Prática*

As quatro categorias onde as boas práticas foram selecionadas, como mencionado anteriormente, foram retiradas dos métodos existentes descritos no documento da OIT/IPEC Guia de igualdade de gênero nas ações contra o trabalho infantil*.* Os níveis de boa prática foram retirados do documento da OIT/IPEC, “Marco e processo para identificação, disseminação e uso das Boas Prática no cambate ao trabalho infantil” e, como supracitado, os critérios analíticos foram adotados da mesma fonte.

### *Níveis de Boas Práticas*

Este relatório descreve 19 boas práticas que tentaram, de alguma forma, integrar o gênero nas ações contra o trabalho infantil. Dessas, 13 boas práticas são classificadas como Nível 1 – práticas inovadoras em integração de gênero a ações de combate ao trabalho infantil, mas que não podem ser comprovadas por dados ou avaliações formais. As últimas práticas podem necessitar de informações adicionais e análise, se quiserem ser validadas com mais certeza e classificadas em um nível mais alto. Se não tiverem o suporte de uma avaliação posterior, contudo, ou se não houver evidência de seu impacto, por exemplo, em um prazo de seis meses, então talvez o melhor seja retirá-la da lista de boas práticas.

Quatro boas práticas são atualmente classificadas no Nível 2, o que quer dizer que elas produziram resultados demonstráveis em pelo menos um contexto. Em um futuro

próximo, se elas houverem levado aos resultados esperados em diversos cenários, essas boas práticas podem se graduar no Nível 3.

Apenas duas boas práticas foram classificadas no Nível 3, tendo funcionado em diversos cenários, de uma forma que pode ser demonstrada. No futuro, muito mais ações e atividades organizadas pela OIT/IPEC e seus parceiros devem atingir resultados do Nível 3 em termos de integração de gênero em ações contra o trabalho infantil.

## Lista de recursos: Boas Práticas em integração de gênero

- **ECPAT INTERNATIONAL**

  Boa prática no combate da exploração sexual comercial de crianças (CSEC) http://www.ecpta.net/eng/CSEC/good_practices/trafficking_mekong.asp

- **O Banco de Desenvolvimento Asiático (ADP)**

  As boas práticas do ADP em gênero e desenvolvimento nas seguintes áreas: infra-strutura e desenvolvimento urbano; abastecimento de água e serviços sanitários; saúde; educação; setor de água e irrigação; agricultura e desenvolvimento rural; manejo de recurso natural; micro-finanças e governo. http://www.adb.org/gender/practices.asp

- **Boas práticas em integração de gênero do fórum de Cooperação Econômica da Ásia Pacífica (APEC)**

  Grupo de assessoria da APEC sobre integração de gênero. Essas boas práticas cobrem a integração de gênero em empresas de pequeno e médio porte; promoção da participação das mulheres nos setores de ciências, tecnologia e telecomunicações; evitalização da agricultura em relação às mulheres e à produção de alimento e um método de conscientização para ajuste à mudança estrutural. http://www.apecsec.org.sg/

- **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**

  Boa prática do PNUD em gênero no banco de dados de integração de gênero. http://www.undp.org/gender/practices/completed.html

- **Programa de Promoção de Gênero da OIT**

  Maior quantidade e qualidade de trabalho para as mulheres e para os homens. http://www.ilo.org/public/english/employment/gems/advance.htm

- **Organização das Nações Unidas para Alimento e Agricultura (FAO)**

  Boas práticas da FAO em integração de gênero e implementação da Plataforma de Pequim para Ação http://www.fao.org/

- **Banco Mundial**

  O Banco Mundial traz exemplos de estudos de casos que mostram como as diferentes equipes de projeto do Banco integraram o gênero às suas atividades. http://Inweb18.worldbank.org/

- **Commonwealth**

  A página inicial do Commonwealth fornece alguns exemplos de como os países têm alcançado um significativo progresso e atingido resultados práticos para a integração de gênero.
  http://www.thecommonwealth.org/gender/htm/whatwedo/activities/mainstreaming/go odpractice.htm

- **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)**

  O livreto sobre boas práticas do ACNUR em integração de igualdade de gênero – um guia político para a capacitação
  http://www.unhcr.ch/cgi

- **O Conselho da Europa**

  O Grupo Relator sobre Igualdade entre Mulheres e Homens no Conselho da Europa traz uma estrutura conceitual, uma metodologia e uma apresentação de boas práticas em integração de gênero.
  http://cm.coe.int/reports/1998/98greg1.htm
  http://cm.coe.int/reports/1998/98greg1/31.htm#1

- **Instituto das Nações Unidas para Pesquisa Internacional e Treinamento para o Desenvolvimento da Mulher (INSTRAW)**

  Sistema de Rede de Informações do INSTRAW para Conscientização sobre Gênero (GAINS)
  http://www.gains.iatp.org.ge/genpol.htm

- **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)**

  Exemplos de boas práticas com mulheres e saúde
  http://www.unicef.org/programme/gpp/new/beijing5/health.html

## Glossário: Conceitos-chave relacionados a gênero

***Igualdade de gênero:*** refere-se a direitos, responsabilidades e oportunidades iguais para homens e mulheres / meninas e meninos.

***Integração de gênero:*** conforme a definição adotada pela ONU em 1997, é o processo de avaliar as implicações de qualquer ação planejada sobre as mulheres e os homens, inclusive legislação, políticas ou programas em qualquer área e em todos os níveis. É uma estratégia para transformar os problemas e as experiências das mulheres, bem como as dos homens, em uma parte integrante da elaboração, da implementação, do monitoramento e da avaliação das políticas e dos programas em todas as esferas políticas, econômicas e da sociedade, de modo que as mulheres e os homens possam ter benefícios iguais e a desigualdade não seja perpetuada. A meta principal da integração é chegar à igualdade de gênero.[63]

***Gênero:*** refere-se às diferenças sociais e de relações entre as meninas e os meninos / mulheres e homens, que são aprendidas. Há enormes variações entre e dentre as culturas, bem como uma mudança com o tempo. Em muitos países, por exemplo, as mulheres cuidam das crianças pequenas; contudo, os homens em algumas culturas estão cuidando cada vez mais das crianças.

***Papéis dos gêneros:*** refere-se às atividades que os dois sexos realmente desempenham. Os meninos ajudam seus pais a trabalhar fora de casa, na terra, por exemplo, enquanto as meninas ajudam suas mães a tomar conta dos afazeres domésticos.

***Estereótipos de gênero:*** são idéias pré-concebidas que as pessoas têm em relação ao que é adequado para os meninos e homens, em oposição ao que é adequado às meninas e mulheres – noções que as mulheres são melhores donas de casa e os homens são melhores líderes, por exemplo, ou que os meninos são melhores em matemática do que as meninas.

***Valores e normas de gênero:*** na sociedade se referem às crenças em relação como devem ser os homens e as mulheres de todas as gerações. Em muitas sociedades, por exemplo, as meninas devem ser obedientes e bonitas, e podem chorar. Os meninos, por outro lado, devem ser bravos e não podem chorar.

***Necessidades práticas:*** surgem das condições reais que as mulheres e os homens vivenciam por conta das regras de gênero atribuídas a eles na sociedade. Normalmente essas regras se referem às mulheres como mães, donas de casas e provedoras das necessidades básicas, e têm a ver com a inadequação das condições de vida e de trabalho, tais como alimentação, água, abrigo, renda, assistência à saúde e emprego. Para as mulheres e os homens nos níveis de renda mais baixos, essas necessidades normalmente estão ligadas às estratégias de sobrevivência. Tratar dessas necessidades de uma forma isolada apenas perpetua a posição de desvantagem das mulheres em suas sociedades. Não promove a igualdade de gênero.

***Sexo:*** refere-se às diferenças biológicas universais entre os homens e as mulheres, que não mudam. Por exemplo, apenas as mulheres podem dar à luz a uma criança.

***Necessidades estratégicas:*** referem-se à posição social subordinada das mulheres em comparação aos homens, e diz respeito ao empoderamento das mulheres. Essas

[63] Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC): Conclusões Convencionadas E/1197/L.30, p. 2.

necessidades variam conforme o contexto social, econômico e político particular onde surgem. Normalmente dizem respeito a questões de igualdade tais como possibilitar que as mulheres tenham o mesmo acesso que os homens a oportunidades de trabalho e treinamento, dividam as responsabilidades de família, ganhem pagamento igual para trabalhos de igual valor, direito à terra e a outros bens, prevenção de assédio sexual no trabalho e da violência doméstica, e liberdade de escolha em relação à gravidez. Para lidar com essas necessidades é necessário um processo lento e gradual de mudança das atitudes e práticas sociais.

***Análise de gênero:*** é uma ferramenta para diagnosticar as diferenças e as relações entre meninas e meninos e entre homens e mulheres. A análise de gênero inclui a coleta de dados que são desagregados por sexo e, depois, qualquer diferença é analisada. (Veja o Anexo 1 para maiores detalhes sobre a análise de gênero).

# Anexo 1

## Análise de gênero

O termo "análise de gênero" descreve os métodos sistemáticos para analisar as diferenças sociais e econômicas relacionadas a gênero. A análise de gênero tenta identificar e entender os diferentes papéis, relações, recursos, benefícios, limitações, necessidades e interesses dos homens e das mulheres em um determinado contexto social. Em primeiro lugar, essa análise divide os dados por sexo. Para tanto, é necessário contar com um pessoal com capacidade de interpretar esses dados desagregados por gênero, de forma que eles tenham aplicações práticas para lidar com as questões pertinentes. A análise desses dados pode identificar, por exemplo, as variáveis que levam as crianças a se envolverem com as piores formas de trabalho infantil. Essa análise de gênero deve fornecer uma sólida base para o planejamento e a implementação de programas, projetos e atividades.

Uma análise de gênero efetiva envolve:

- Coleta de dados e separação dos mesmos por sexo (desagregá-los);
- Identificação dos diferenciais de sexo no trabalho e na vida, em termos da divisão de trabalho e do acesso e controle sobre os recursos e benefícios;
- Entender as necessidades das meninas e dos meninos / das mulheres e dos homens, bem como as limitações e as oportunidades para cada um relação a seu conhecimento e capacidades; entender as condições de trabalho entre meninas e meninos / mulheres e homens; e entender o acesso de cada grupo à proteção social, às responsabilidades da família e a oportunidades de decisão;
- Identificar as limitações e as oportunidades para ambos os sexos no ambiente legal, social, econômico e político mais amplo; e,
- Rever as capacidades das instituições e dos mecanismos existentes para atingir, em igualdade de condições, as meninas e os meninos / as mulheres e os homens, visando a promoção da igualdade de gênero.

Em termos de diferenças de gênero na pesquisa sobre trabalho, uma análise de gênero pode dar ênfase:

- Tanto às atividades econômicas quanto às não econômicas buscadas por meninos e meninas, de cinco anos de idade em diante;
- A extensão de seu envolvimento nos afazeres domésticos;
- As possíveis diferenças nas respectivas situações dos meninos e das meninas; e,
- Suas respectivas necessidades, opções, estratégias de enfrentamento e oportunidades.

A análise de gênero normalmente resulta em muita discussão sobre as limitações enfrentadas pelas mulheres e pelas meninas. Geralmente isso se dá porque os problemas que a análise de gênero enfatiza são com base as desigualdades sociais (onde as meninas geralmente enfrentam o impacto dessas desigualdades). Uma análise de gênero é uma tarefa analítica e é necessário ver as condições relativas dos meninos e das meninas – bem como dos clientes e intermediários homens e mulheres – para lidar integralmente com o problema da exploração sexual comercial das crianças.

# Anexo 2

## Importantes áreas de conhecimento sobre as questões de gênero e de trabalho infantil [64]

Incluem:

- Diferenças básicas nas condições e nas situações das meninas e dos meninos no trabalho infantil;
- Como as meninas são socializadas para aceitar uma condição mais baixa – as normas, os valores e as práticas que favorecem os meninos em detrimento das meninas, especialmente em relação ao acesso à educação;
- Trabalho não remunerado e invisível: quem está envolvido e quem é responsável pelos afazeres domésticos não remunerados, como cozinhar, limpar e cuidar dos familiares mais novos e mais velhos; questões sobre a divisão das responsabilidades do trabalho e da família;
- Os motivos pelos quais as mulheres e as crianças normalmente se envolvem em trabalho de qualidade inferior;
- Trabalho não protegido ou ilegal – quem predomina nesse tipo de trabalho, por exemplo, as meninas como donas de casa, realizando trabalho por produção para empresas de manufatura no final da cadeia de sub-contratações, e as injustiças que elas sofrem; os meninos envolvidos em ocupações perigosas como mineração e curtumes; ocupações como trabalho de construção e agricultura, que contratam os trabalhadores conforme seu estereótipo de gênero;
- Motivos pelos quais os meninos e as meninas se envolvem na indústria do sexo e do tráfico, e a extensão desse envolvimento;
- Diferenciais em ganhos e gastos entre homens e mulheres e entre meninos e meninas;
- Os motivos da preferência por trabalhadoras meninas em alguns setores;
- As relações entre as estratégias de sobrevivência da família, o trabalho de meninas e / ou dos meninos e o trabalho infantil (por exemplo, os meninos podem ver seu trabalho como o aprendizado de uma profissão, enquanto as meninas podem querer economizar para o casamento); e,
- Em muitas culturas, a falta de representação das mulheres e das meninas nas esferas de decisão.

[64] Adaptado de N. Haspels, M. Romeijn: *Promoting gender equality in actions against child labour: A practical guideline* (Bancoc, OIT, 2000).

## Anexo 3

### O folheto enviado a todos os funcionários da OIT/IPEC em julho de 2002

# Você pode propor uma boa prática para a integração de gênero ao IPEC?

**Nós estamos preparando um relatório sobre "Boas Práticas em integração de gênero para o IPEC"**

**Nós não podemos prepará-lo sem a sua contribuição!**

Se você pode identificar Boas Práticas potenciais em integração de gênero que você acha que possa ser incluída neste relatório, por favor contacte

**Anita Amorim:** amorim@ilo.org
**Tel. 41-227996346; fax 41-22-7998771**
**cc:** unamurray@compuserve.com

### *O que é uma Boa Prática?*

Uma boa prática pode ser definida como qualquer coisa que funcione em termos da estratégia da OIT para integração de gênero, seja integral ou parcialmente, e que pode ter implicações para a prática de integração de gêneros no IPEC e em qualquer nível em qualquer lugar [65].

### *Por que as Boas Práticas são úteis?*

As boas práticas em integração de gênero oferecem um meio de aprender e aplicar as experiências dos outros. Elas podem gerar assuntos a serem pensados e idéias sobre as possíveis adaptações, novas idéias instigantes, ou dar orientação sobre como lidar de forma mais efetiva com algum aspecto relacionado ao trabalho infantil, especialmente da menina.

[65] Este documento foi preparado utilizando o documento *Framework and process for identifying, disseminating and using good practices in child labour.* Versão preliminar apresentada para a Unidade de Elaboração, Avaliação e Base de dados da OIT IPEC, por Burt Perrin, Consultor Independente, em 13 de outubro de 2001.

## *O que é a integração de gênero?*

A integração de gênero é a estratégia da OIT para a promoção da igualdade de gênero. A integração de gênero foi definida pelo ECOSOC [66] e adotada pelas Nações Unidas em 1997.

- Integrar uma perspectiva de gênero é o processo de avaliar as implicações para mulheres e homens/ meninas e meninos [67] resultantes de qualquer ação planejada, inclusive legislação, políticas ou programas, em qualquer área e em todos os níveis.
- É uma estratégia para transformar os problemas e as experiências das mulheres / meninas, bem como dos homens / meninos em uma parte integral da elaboração, da implementação, do monitoramento e da avaliação das políticas e dos programas em todas as esferas políticas, econômicas e da sociedade, de modo que as mulheres e os homens / meninas e meninos se beneficiem da mesma forma, e a desigualdade não seja perpetuada.
- A meta principal da integração é chegar à igualdade de gênero.

[66] Conclusões Convencionadas do ECOSOC E/1997/L.30, p. 2.

[67] Nós acrescentamos as palavras "meninos e meninas" à definição original do ECOSOC.

**Abordagem de quatro partes para a igualdade de gênero no IPEC**

Por causa de necessidade de explorar vínculos entre as questões de trabalho infantil e as questões de gênero, a necessidade de integrar gênero nas atividades do IPEC foi identificada como primordiais nos últimos anos.

O guia prático para a promoção de igualdade de gênero na ação contra o trabalho infantil na Ásia recomenda uma abordagem de quatro partes para trazer as questões de gênero para o curso principal de todas as políticas, programas e atividades do IPEC:

1. Realizando uma análise de gênero para identificar as desigualdades.
2. Realizando ações específicas de gênero, voltadas exclusivamente a meninas ou mulheres, exclusivamente a homens ou meninos, ou a meninos, meninas, mulheres e homens juntos, visando consertar as desigualdades de gênero existentes.
3. Começar um processo de mudança institucional, de modo que os problemas de gênero sejam incorporados em todos os procedimentos e todos os aspectos da elaboração do programa.
4. Dar às meninas e às mulheres uma voz ativa, aumentando sua participação para assegurar que suas perspectivas sejam levadas em consideração.

**Exemplos**

Uma boa prática não precisa ser um projeto ou um programa – pode ser uma atividade em nível de política que beneficiou meninas e meninos, ou pode ser um processo ou uma atividade "básicos", por exemplo:

- Uma estratégia para incorporar a outras pesquisas domiciliares as questões de gênero relacionadas ao trabalho infantil;
- Um meio de fazer com que os professores de um ambiente rural incorporem ao currículo as considerações sobre o trabalho infantil, prestando atenção aos diferentes problemas de meninos e meninas;
- Uma técnica bem sucedida de conseguir que uma associação de patrões elimine o trabalho de meninas;
- Uma efetiva estratégia de comunicação que fez alguma diferença para as meninas (bem como para os meninos)
- Uma abordagem de gênero que levou à adoção da Convenção Nº 182 da OIT; ou,
- Uma cláusula legal innovadora na implementação da legislação

**O escopo das boas práticas na integração de gêneros**

Uma boa prática na integração de gêneros pode representar qualquer tipo de prática, pequena ou grande, que utilizou uma das abordagens do quadro acima, ou que

- Tenha levado em consideração os diferentes papéis dos meninos e das meninas;
- Tenha analisado as relações de gênero entre meninos e meninas, ou de meninos e meninas com adultos; ou,
- Tenha sido criada explicitamente para beneficiar a igualdade para meninas e meninos

Mesmo que um projeto, no geral, não tenha tido êxito, ainda pode haver boas práticas que ele tenha desenvolvido ou aplicado.

**Alguns critérios de uma "boa" prática**

***Inovadora ou criativa:*** O que a prática tem de especial que a torna potencialmente interessante para os outros?

***Efetiva:*** Qual evidência que se tem de que a prática realmente fez alguma diferença?

***Replicável:*** Ela pode ser aplicada, de alguma forma, a outras situações ou a outros cenários?

***Sustentabilidade:*** Há possibilidade dos benefícios continuarem de alguma forma?

***Relevante:*** Ela contribui de alguma forma para a ação contra o trabalho infantil?

***Sensível e ética:*** Ela é consistente com os princípios de conduta social e profissional, bem como com os Padrões e as Convenções de Trabalho da OIT?

***Eficiente*:** Os recursos humanos, financeiros e materiais foram utilizados de modo a maximizar seu impacto?

# Anexo 4

## Adaptação dos critérios e dos níveis

Adaptação dos critérios do documento da OIT/IPEC *Marco e processo para identificação, disseminação e uso das Boas Prática no cambate ao trabalho infantil* para boas práticas e níveis para incorporar os conceitos de integração de gênero.

### *Realizações / feitos*

*O que torna essa prática «boa», e qual a base – por exemplo, quaisquer avaliações ou verificações formais ou informais – para alguém dizer isso? O que se pode esperar que essa prática realize? Para cada boa prática*, verifique os 7 critérios abaixo e tente registrar, em 1 a 4 parágrafos, as realizações em termos de quais os critérios de boa prática que foram satisfeitos.

#### i) Inovadora ou criativa

O que a prática tem de especial em termos de integração de gênero que a torna potencialmente interessante para os outros que desejam integrar o gênero às atividades de trabalho infantil?

#### ii) Efetiva / Impactos que podem ser demonstrados

Qual a evidência que comprova que a prática realmente fez diferença em termos de integração de gênero ou igualdade de gênero? O impacto da prática pode ser documentado de alguma forma, por uma avaliação formal do programa ou de alguma outra forma?

#### iii) Replicável

Trata-se de uma prática que poderá ser aplicada de alguma forma para as atividades de integração de gênero em outras situações ou outros cenários? Observe que a prática não precisa ser copiada ou "clonada" para ser útil para os outros – alguns elementos podem ser úteis, por si só, para outros programas.

#### iv) Sustentável

Há a possibilidade da prática e / ou seus benefícios continuarem, de alguma forma, e continuarem a ser efetivos em médio ou longo prazo? A sustentabilidade poderia envolver, por exemplo, a continuação de um projeto ou de uma atividade depois de seu financiamento inicial ter expirado. Porém, também pode envolver realizações como a criação de novas atitudes em relação às questões de igualdade de gênero no trabalho infantil, novas formas de integrar as considerações sobre o trabalho infantil (especialmente da menina), ou a capacitação dos parceiros e funcionários da OIT para lidarem com questões de gênero.

#### v) Relevante

Como a prática contribui, direta ou indiretamente, para alguma forma de ação contra o trabalho infantil? Como a prática contribui ou tem implicações para a prática de integração de gênero em outro lugar?

#### vi) Sensível e ética

A prática é consistente com as necessidades identificadas; ela envolveu uma abordagem de consenso; ela respeita os interesses e os desejos dos participantes e de outras pessoas; ela é consistente com os princípios de conduta social e profissional; e está de acordo com os Padrões e as Convenções de Trabalho da OIT? As meninas, assim como os meninos, tiveram voz ativa, aumentando sua participação, assegurando que sues interesses e perspectivas fossem levados em consideração?

vii) Efetiva e implementável

Os recursos humanos, físicos e materiais foram utilizados de forma a maximizar o impacto?

## *Em qual nível está a boa prática?*

### Nível 1: Práticas inovadoras

As práticas neste nível podem não ser consubstanciadas por dados ou por uma avaliação formal, mas elas foram realmente testadas e transformaram-se em um forte caso, referindo-se aos sete critérios listados acima, por sua efetividade na integração de gênero.

### Nível 2: Práticas de sucesso comprovado

As práticas neste nível demonstraram funcionar bem em um cenário. Apesar desta prática ser localizada, ela tem características ou elementos de integração de gênero que podem ser transferidos para outros cenários ou outras situações.

### Nível 3: Boas práticas reproduzidas

As práticas neste nível funcionaram bem em diversos cenários. Esses cenários poderiam ser entre países, projetos ou setores, ou diferentes cenários abordados pelo mesmo projeto (por exemplo, em diferentes comunidades ou com diferentes grupos).